

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
(FAAC)

FLÁVIO AGNELLI MESQUITA

**As fontes jornalísticas no Caso Dossiê
– uma análise de enquadramento da
cobertura das revistas *Veja*, *Época*,
IstoÉ e *CartaCapital***

Bauru, 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FLÁVIO AGNELLI MESQUITA

**As fontes jornalísticas no Caso Dossiê
– uma análise de enquadramento da
cobertura das revistas *Veja*, *Época*,
IstoÉ e *CartaCapital***

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação da
Universidade Estadual Paulista como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Comunicação, área de concentração “Gêneros
e formatos na cultura midiática”, sob a
orientação do Prof. Dr. Murilo César Soares

Bauru, 2008

AGRADECIMENTOS

A vida é uma caminhada, uma sucessão de desafios, transformações e conhecimentos que vão nos enriquecendo. Neste passar do tempo, tudo muda... menos as coisas realmente essenciais.

Por essa razão, nesta dedicatória, lembro-me de todos aqueles a quem este espaço já foi dedicado há quase quatro anos atrás, quando da minha conclusão da graduação.

Primeiramente a Deus e Nossa Senhora pela companhia auxiliadora de mestres e próximas de amigos.

Ao meu orientador, Murilo César Soares, pelo conselho exato nos momentos mais difíceis de análise, conselhos que apenas alguém com tamanho conhecimento acadêmico poderia me passar.

À FAPESP, pelo apoio em parte importante desta pesquisa.

Aos meus amigos e familiares próximos – cunhados, cunhadas, sogro e sogra – pela torcida espontânea e incondicional, tão difícil de se encontrar no mundo muitas vezes competitivo e desumano de hoje.

À minha tia Elza e primos Eliane, Rogério e a pequena Paulinha por me esperarem com toda atenção e apoio nas minhas idas constantes para Bauru.

Aos meus pais, irmãos e ao recém-chegado à família – Rafinha. Mais difícil do que concluir o mestrado é transformar em palavras o significado de pessoas que completam nossa existência.

Por fim, à minha futura esposa, Daniele. Pra você, qualquer palavra seria insuficiente. Mas saiba que todas essas páginas são *por* você, *para* você e *com* você, minha companheira de vida, diversão e também de trabalho.

Todos vocês me ajudaram a enfrentar as mudanças da vida e saber crescer com elas. A vocês meu eterno agradecimento por torcerem pelo meu sucesso profissional e pessoal. A vocês esta dedicatória e todas as outras que o caminhar da vida me levar a fazer.

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de identificar a maneira como quatro das mais importantes revistas semanais brasileiras (*Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*) recorrem a fontes de informação, considerando apenas como fonte pessoas diretamente relacionadas ao fato ou ainda aqueles que contribuam para avaliações dos acontecimentos. Por meio de análises quantitativas e qualitativas da cobertura jornalística do chamado Caso Dossiê dos Sanguessugas, procuramos mostrar que o uso de diferentes fontes caracteriza-se como estratégias para ratificar discursos previamente preparados pelas revistas. Tendo em vista que a pesquisa é fundamentada na Análise do Enquadramento, consideramos que analisar as fontes e citações presentes em cada veículo significa chegar à gênese do enquadramento, momento inicial em que cada revista define seus enfoques e, então, parte para escolhas de determinadas fontes e citações.

Palavras-chave: Análise do Enquadramento; revistas semanais de informação; fontes de informação; eleição presidencial de 2006.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify how the most important Brazilian magazines (*Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*) search for information sources. Here it's important to say that we just consider sources people that are directly involved in the facts or those ones that bring contributions to the evaluation of the happenings. Analysing quantitatively and qualitatively the journalistic coverage in Dossiê dos Sanguessugas case, we tend to show that the use of different sources are strategies to confirm discourses that are previously prepared for the magazines. Viewing that this research is based on Frame Analysis, we consider that analysing these sources and their quotations that are inserted in the magazines means achieve the beginning of the frame, the initial moment when each magazine define their bases and, then, make options for this or that resources and quotations.

Keywords: frame analysis; magazines; information sources; presidencial election of 2006.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO NAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO.....	14
1.1 Os enquadramentos da mídia.....	17
1.2 As duas vertentes do enquadramento: emissão e recepção.....	19
1.3 Enquadramento e agendamento: contraposição ou complementaridade?.....	21
1.4 A ação de enquadrar.....	23
1.5 Critérios de análise.....	24
1.6 As imagens na constituição do enunciado.....	26
1.7 As fontes jornalísticas.....	32
2 CONTEXTUALIZANDO O FATO – O CASO DOSSIÊ.....	41
2.1 Os escândalos políticos mediáticos.....	42
2.2 O escândalo do Dossiê.....	44
2.3 O desfecho do Caso Dossiê.....	47
3 AS REVISTAS SEMANAIS E SUAS FONTES DE INFORMAÇÃO.....	49
3.1 As revistas semanais de informação.....	49
3.1.1 Revista <i>Veja</i>	50
3.1.2 Revista <i>IstoÉ</i>	53
3.1.3 Revista <i>Época</i>	55
3.1.4 Revista <i>CartaCapital</i>	57
3.2 As fontes nas revistas semanais.....	59
3.2.1 Tipos de fontes.....	59
3.2.2 Orientações das fontes.....	61
3.2.3 O enquadramento e as citações.....	63
3.2.3.1 Fontes não-partidárias: papel de destaque na cobertura dos semanários.....	66
3.2.3.2 Fontes Anônimas.....	67
3.2.4 Coincidência de vozes.....	69
3.2.5 Fontes políticas similares.....	69
3.2.6 O contexto das fontes similares.....	72
3.2.6.1 Análise das fontes petistas.....	72

a) Presidente Lula.....	72
b) Ricardo Berzoini.....	75
c) Aloízio Mercadante.....	76
d) Tarso Genro.....	77
e) Gustavo Hermann.....	78
f) Vanessa Grazziotin (PC do B)	79
g) Márcio Thomaz Bastos.....	80
3.2.6.2 Análise das fontes ligadas ao PSDB.....	81
3.2.6.3 Análise das fontes não-partidárias.....	82
a) Mário Lúcio Avelar.....	83
b) Geraldo Pereira.....	84
c) Delegado Bruno.....	85
d) Roberto Romano.....	86
e) Lucia Hippolito.....	87
f) Jornalista Alberto Dines.....	88
3.2.7 Verbos de dizer e sua influência no enunciado.....	89
3.3 As imagens do Dossiê.....	91
a) Revista <i>Veja</i>	94
b) Revista <i>Época</i>	96
c) Revista <i>IstoÉ</i>	99
d) Revista <i>CartaCapital</i>	101
e) As imagens dos Vedoin.....	106
f) Fotos do dinheiro.....	107
4. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	111
4.1 Comportamentos distintos e similares.....	111
4.1.1 Os contextos de utilização das citações.....	111
4.1.2 Partidarização dos meios.....	113
4.2 Fontes não-partidárias: definidoras dos enquadramentos.....	115
4.2.1 A escolha das fontes não-partidárias.....	117
4.3 Coincidências partidárias.....	121
4.3.1 Outras fontes petistas.....	122
4.3.2 Coincidência de fontes do PSDB.....	124
4.4 As fotos como suporte aos enquadramentos.....	125

4.4.1 Fotos do dinheiro: aproximação ou distanciamento de Lula e do PT.....	125
4.4.2 Fotos das fontes: confirmação dos enquadramentos textuais.....	126
4.5 As fontes como gênese do enquadramento.....	128
4.6 A função das fontes no jornalismo.....	130
CONCLUSÃO.....	132
PESQUISAS FUTURAS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Características gerais das matérias sobre o Dossiê dos Sanguessugas nas revistas analisadas.....	60
TABELA 2 – Orientações das fontes citadas em matérias sobre o Caso Dossiê.....	62
TABELA 3 – Fontes petistas. Teor das citações de fontes ligadas ao PT utilizadas pelas revistas analisadas.....	64
TABELA 4 – Fontes tucanas Teor das citações de fontes ligadas ao PSDB utilizadas pelas revistas analisadas.....	65
TABELA 5 – Teor das citações de fontes não-partidárias utilizadas pelas revistas.....	66
TABELA 6 – Fontes anônimas.....	68
TABELA 7 – Contexto das citações anônimas.....	68
TABELA 8 – Fontes petistas Fontes ligadas ao PT utilizadas por, pelo menos, duas revistas.....	70
TABELA 9 – Fontes peessedebistas Fontes ligadas ao PSDB utilizadas por, pelo menos, duas revistas.....	70
TABELA 10 – Fontes não-partidárias Fontes sem ligação direta com partidos políticos utilizadas por, pelo menos, duas revistas.....	71
TABELA 11 – Principais “verbos de dizer” nas revistas semanais.....	90
TABELA 12 – Fotos das fontes do Dossiê – Dados gerais.....	92
TABELA 13 – Contexto das fotos do Dossiê.....	93
TABELA 14 – As fotos do dinheiro.....	108

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1** – Festa. Amigos de um dos filhos do Presidente passaram férias no Palácio da Alvorada, onde usaram a piscina. Eles viajaram em avião oficial, num exemplo de confusão entre público e privado.....30
- Figura 2** – Paz e amor. Preocupado com uma derrota, Lula retoma o figurino “Lulinha paz e amor” que deu certo em 2002. (*Veja*, 11 de outubro de 2006, p. 57).....31
- Figura 3** – Ilustrações tiradas da Revista *CartaCapital*, que criticou o posicionamento tendencioso dos dois jornais. (*CartaCapital*, 18 de outubro de 2006, p. 23).....46
- Figura 4** – Primeira capa de *Veja*, datada de 9 de setembro de 1968.....53
- Figura 5** – Capa de 23 de março de 1988, a primeira grande aparição de Collor em mídia nacional.....53
- Figura 6** – *Veja*, 1º de novembro de 2006. Última edição antes do segundo turno das eleições presidenciais.....53
- Figura 7** – 1ª capa da história da revista, em 1976. Escolha por coberturas políticas desde o início das coberturas jornalísticas.....54
- Figura 8** – Edição de 29 de junho de 2005. Informações sobre as transações financeiras do mensalão.....55
- Figura 9** – Edição de 20 de setembro de 2006. Em primeira mão, entrevista sobre o Caso Dossiê.....55
- Figura 10** – Primeira capa da revista, datada de 25 de maio de 1998. Título: “Choque e pavor. Arrogância e poder do império americano”.....56
- Figura 11** – Um dos exemplos de capas afeitas a variedades.....56
- Figura 12** – Capa política da revista, na edição de 9 de fevereiro de 2006.....56
- Figura 13** – Revistas do dia 23 de março de 2005. Em julho do mesmo ano, *CartaCapital* critica suas concorrentes sobre o silenciamento frente ao caso Daniel Dantas ao preferirem destacar o escritor Paulo Coelho.....58
- Figura 14** – Neste momento, a revista critica a cobertura empregada pelos meios de comunicação (24 de outubro de 2006).....59
- Figura 15** – Cobertura da revista do Presidente e candidato Lula (5 de setembro de 2006)....59
- Figura 16** – Companheiros de viagem: Lula (4), com os companheiros em 2002. Mercadante (1), que perdeu um assessor no Caso do Dossiê; o homônimo de Bob Marques (2), sombra de

Dirceu (3); Freud Godoy (5), segurança caído; Palocci (6), o da violação do sigilo do caseiro; e Gilberto Carvalho (7). (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 61).....94

Figura 17 – Freud Godoy (ao lado) e o presidente licenciado do PT, Ricardo Berzoini. O primeiro voltou ao rol de suspeitos no episódio do dossiê; o segundo está cada vez mais enrolado. Outra novidade no caso é o envolvimento de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Lula. (*Veja*, 25 de outubro de 2006, p. 69).....95

Figura 18 – (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 65)96

Figura 19 – (*Época*, 25 de setembro de 2006, p.32).....97

Figura 20 – (*Época*, 25 de setembro, p. 33).....97

Figura 21 – (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 32-33).....98

Figura 22 – EM DUPLA. Serra teve Barjas Negri como secretário executivo e depois o fez seu sucessor no Ministério da Saúde. (*IstoÉ*, 20 de setembro de 2006, p. 31).....99

Figura 23 – (*IstoÉ*, 1º de novembro de 2006, p. 47).....100

Figura 24 – CERCO. Abel terá que explicar o destino do dinheiro que foi entregue a ele pelos Vedoin. (*IstoÉ*, 11 de outubro de 2006, p. 55).....100

Figura 25 – O presidente classificou o episódio de “abominável”. (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 21).....101

Figura 26 – (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 20).....102

Figura 27 – (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 24).....103

Figura 28 – (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 25).....103

Figura 29 – (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 22).....104

Figura 30 – (*CartaCapital*, 11 de outubro de 2006, p. 31).....105

Figura 31 – PREOCUPAÇÃO. “Tem de sair no Jornal Nacional”, exigiu o delegado Bruno ao entregar as fotos do dinheiro. (*CartaCapital*, 18 de outubro de 2006, p. 21).....105

Figura 32 – PAI E FILHO. Denúncias feitas pelos Vedoin foram protocoladas na Polícia Federal. (*IstoÉ*, 20 setembro de 2006, p. 29).....106

Figura 33 – (*Veja*, 27 setembro de 2006, p.64).....107

Figura 34 – (*Veja*, 4 de outubro de 2006, p. 58-59).....109

Figura 35 – (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 20)110

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como um de seus objetivos analisar a cobertura feita pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital* do Caso Dossiê, escândalo ocorrido em 2006, durante o primeiro turno das eleições para a Presidência. O caso envolvia um plano de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores para supostamente comprar vários documentos que incriminariam José Serra, então candidato ao governo paulista, quando ele exercia o cargo de Ministro da Saúde. A intenção destes documentos seria prejudicar Serra e, assim, ajudar o petista Aloízio Mercadante à disputa em São Paulo.

No entanto, em meio a toda essa polêmica pela suposta compra do dossiê, um protagonista do caso se destacou: a imprensa. Naquele momento, vários meios decidiram criticar essa atitude cometida pelo estafe petista, tentando, ao mesmo tempo, ligar o presidente a toda a história. Em contrapartida, alguns veículos decidiram comentar a veracidade dos documentos. Assim, deu-se início a uma disputa na imprensa, através dos mais variados enfoques.

Outro objetivo é verificar quais foram os principais enquadramentos utilizados pelas quatro revistas para construir significados relativos ao fato durante a cobertura. Para isso, a fundamentação teórica de todo o estudo encontra-se na análise de enquadramento.

Entretanto, dentro dessa análise, a contribuição específica deste estudo é exatamente dirigir o foco a um elemento pouco estudado no cenário da comunicação, mas essencial na estruturação dos discursos jornalísticos: as fontes de informação. Mais exatamente a veiculação de falas de terceiros, sejam eles políticos ou pessoas da sociedade civil, que tragam versões à cobertura do fato.

Assim, primeiramente, procuramos apresentar os referenciais teóricos importantes dentro da análise de enquadramento que norteassem as observações dos semanários. Além disso, ainda na etapa de conceituação teórica, detalhamos algumas questões relativas às fontes, também demonstradas por analistas do enquadramento e outros pesquisadores de comunicação em relação à definição desse elemento primordial da cobertura jornalística.

Antes da análise propriamente dita, fizemos também a contextualização do fato, ou seja, do que foi o Caso Dossiê, relatando as circunstâncias em que ocorreu, suas repercussões na sociedade da época e, ao final do capítulo, apresentando dados sobre a conclusão das eleições e os desdobramentos finais do caso. Esta abordagem torna-se essencial nas Análises de Enquadramento, uma vez que esta teoria pressupõe que todo estudo esteja focado no

contexto histórico-social do ocorrido, contexto este que traz significados importantes para entendermos até mesmo algumas estratégias textuais adotadas pelos veículos de comunicação.

Depois, realizamos um histórico das revistas semanais em análise, visando descrever os veículos e as orientações ideológicas que permeiam seu início e manutenção na sociedade, fator essencial para uma análise mais fundamentada das matérias provenientes desses suportes. Obviamente, saber as características gerais que norteiam cada veículo não nos dá permissão para sermos deterministas a ponto de pré-julgar um enquadramento antes de uma análise propriamente dita. Mas, ao contrário, a disponibilidade de informações a respeito do *corpus* torna-se mais um instrumento fundamental para o reconhecimento do campo em que adentraremos.

Descritas as informações gerais do fato e das revistas que cobriram o mesmo, partimos para a análise propriamente dita das fontes, com base na análise das reportagens. Para tanto, fizemos vários levantamentos quantitativos no sentido de indicar as fontes mais recorrentes de cada semanário e, mais do que isso, identificar as falas dessas pessoas utilizadas como fontes na cobertura a esse caso.

Posteriormente, outra necessidade também fez-se notória: pontuar não apenas quantitativamente essas citações, mas, principalmente, verificar os recortes feitos pelas revistas das falas na montagem de discursos específicos, sejam de crítica a um ou outro partido político.

Todas essas observações levaram-nos também a uma outra empreitada: analisar agora a quantidade de fontes coincidentes, ou seja, que foram utilizadas em duas ou mais revistas. Além disso, constatando essa coincidência de fontes, analisamos se houve uma coincidência também no teor das citações utilizadas.

Ao final da análise quantitativa da pesquisa a respeito das fontes, o capítulo três também dedicou-se a uma abordagem relativa às fotos presentes nas coberturas, verificando como se deu o suporte imagético para a sustentação ou não dos enquadramentos das fontes e dos seus discursos. A realização de todo o terceiro capítulo teve como objetivo central ir fechando as possibilidades de análise das fontes e citações. Ou seja, o estudo adentrou por várias características do texto que nos dessem condições de cruzar informações para descrever as fontes nas revistas e como elas se relacionam com a escolha dos enquadramentos seguidos pelos meios.

Ancorada nos resultados, a pesquisa pôde, enfim, definir os enquadramentos utilizados pelas revistas na cobertura ao Caso Dossiê, definição esta que partiu da verificação de como se estruturaram as vozes citadas nas reportagens sobre o caso.

Partindo do acontecimento específico, buscamos refletir sobre a função das fontes em segmentos importantes da imprensa brasileira. A contribuição, nesse sentido, é a de trazer análises relativas a esse elemento muitas vezes pouco enfatizado na observação jornalística, que corresponde às escolhas feitas pelos profissionais da imprensa em relação às vozes presentes nas reportagens.

A origem do enquadramento (em inglês – framing) no contexto da comunicação está na fotografia e no cinema, referindo-se a várias qualidades técnicas, como a angulação das câmeras e as perspectivas de estilo para a criação das imagens visuais. De acordo com McCombs e Ghanem (2001, p. 71), embora o enquadramento seja utilizado nas características que envolvem a produção televisiva, o conceito também vem se difundindo na análise aos meios impressos. Os autores destacam, inclusive, alguns estudos (McCombs e Mauro, 1977; Ghanem, 1997) que analisam exatamente mecanismos de enquadramento utilizados nos formatos impressos que influenciam a maneira com que os fatos são expostos e até mesmo entendidos pela audiência.

Um dos pioneiros do estudo do enquadramento foi a socióloga Gaye Tuchman, que se dedicou à sua conceitualização no livro *Making News* (1978). Para a pesquisadora, as notícias apresentam enquadramentos que orientam um entendimento específico do assunto retratado e constroem realidades. Contudo, de acordo com Scheufele (apud PORTO: 2002, p. 04), o trabalho de Tuchman “não definiu claramente o conceito e não investigou como os enquadramentos dão forma à realidade que é apresentada pelo noticiário”. Em outras palavras, apesar de sua atuação inédita na abordagem do enquadramento e em várias iniciativas de definição de estratégias no reconhecimento dos enquadramentos, a pesquisadora não se dedicou às aplicações do conceito em fatos decorrentes da cobertura midiática.

Antes de Tuchman, Erving Goffman (1974) já havia dado os primeiros passos no sentido de introduzir a discussão do enquadramento, especialmente no campo da sociologia. No entanto, como comenta Stephen Reese (2001, p. 7), o próprio Goffman atribui o crédito da origem da metáfora do enquadramento a Gregory Bateson (1972).

Nesta primeira discussão do enquadramento, os autores e, em especial, Erving Goffman (1986), utilizam-se do conceito de enquadramento para analisar os fenômenos sociais. De acordo com Mauro Porto (2002), a articulação teórica de Goffman, principalmente no livro *Frame Analysis* (1986), tem como objetivo principal fundamentar as análises sobre as interações sociais.

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes

eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: ‘O que está ocorrendo aqui?’. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. (PORTO, 2002, p. 3)

A transição do conceito sociológico do enquadramento para a comunicação (*media frames*) ocorreu no final dos anos 80 e início dos anos 90, tendo como um dos expoentes Robert Entman, um dos pioneiros na aplicação conceitual em fatos recorrentes da cobertura jornalística mundial.

Em um de seus estudos mais citados, Entman (1991) realizou uma análise comparativa sobre a cobertura da imprensa norte-americana de dois incidentes aéreos. Um deles foi a queda de um avião coreano da KAL (Korean Air Lines), em 1º de setembro de 1983, transportando 269 passageiros e abatido por um míssil russo. Cinco anos mais tarde, em 3 de julho de 1988, um avião iraniano da Iran Air, com 290 passageiros, foi derrubado por um barco de guerra norte-americano. Têm-se aí dois acontecimentos muito similares e que ocorreram em épocas relativamente próximas, em meio às disputas suscitadas pela Guerra Fria e pelos eixos EUA e URSS. No entanto, se por um lado há semelhanças no desdobramento trágico dos incidentes, vêm-se também duas situações opostas: enquanto a Coreia fazia parte do eixo americano durante a Guerra Fria, o Irã era inimigo da doutrina capitalista norte-americana. Frente a esses dois acontecimentos, Entman examina a cobertura da imprensa norte-americana dos dois episódios.

Assim, comparando as narrativas empregadas por diversos meios de comunicação, ele analisa os enquadramentos noticiosos escolhidos, revelando como as escolhas textuais e opções por determinadas adjetivações e imagens eram diferentes na cobertura dos fatos. Tendo em mãos esses dados, o pesquisador pôde demonstrar como os meios de comunicação norte-americanos enquadraram os episódios e deram diferentes noções aos leitores.

Em linhas gerais, o pesquisador verificou que o dimensionamento dado ao caso da KAL foi muito maior do que o da Iran Air, ganhando um enquadramento de tragédia muito mais intenso do que o ocorrido no Irã. Além disso, o acidente com o avião coreano foi enquadrado como sendo uma ação consciente do governo soviético enquanto que a tragédia envolvendo os norte-americanos recebeu um enquadramento que o apresentava como um suposto erro técnico do oficial norte-americano, ao mesmo tempo em que não dramatizava o acidente na comunicação.

Apesar de ser um dos primeiros trabalhos do enquadramento a atingir notoriedade frente aos pesquisadores, vários outros autores se dedicaram às mais variadas análises. O norte-americano Gitlin (1980), por exemplo, alcançou grande repercussão com seu estudo sobre a cobertura da imprensa de seu país ao movimento contra a Guerra do Vietnã (o SDS – Student for a Democratic Society). O pesquisador analisou também possíveis influências dos veículos de comunicação nos desdobramentos do movimento e na caracterização de seus líderes.

Analisando-se o cenário brasileiro, podemos dizer que a análise de enquadramento encontra uma receptividade ainda pequena nos estudos de comunicação, muito embora venha se intensificando a partir da segunda metade dos anos 1990.

Como pontos marcantes de pesquisas brasileiras no campo da comunicação, podemos verificar a presença do enquadramento em duas frentes principais: a análise da relação entre os meios e a política (especialmente nos momentos eleitorais) e a relação entre os meios e movimentos sociais (por exemplo, Aldé e Lattman-Weltman, 2000; Lima, 2001).

Em relação às análises entre os meios e a política, notamos uma recorrência cada vez mais freqüente ao conceito de enquadramento. De acordo com Mauro Porto,

a utilização do conceito de enquadramento por acadêmicos brasileiros expandiu-se nas pesquisas realizadas sobre a eleição presidencial de 1998. Vários autores recorreram ao conceito para ressaltar como a mídia construiu um cenário favorável à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no que se refere à cobertura da crise econômica que o país atravessava no período eleitoral. (PORTO, 2002, p 8).

Assim, é possível descrever inúmeros pesquisadores que se dedicam à temática eleitoral nos períodos recentes, como Albuquerque (1994), Fabrício (1997), Miguel (1999), Soares (2000), Porto (2001c) e vários outros. De maneira geral, todos eles se dedicam ao estudo de eleições presidenciais brasileiras e estrangeiras (especialmente as norte-americanas) e o conseqüente espaço dedicado aos candidatos, assim como o enquadramento às principais campanhas em cada pleito.

Dessa maneira, notamos a recente incorporação da Análise do Enquadramento às pesquisas brasileiras em comunicação. Estudar o enquadramento abre a possibilidade para se verificarem as diferenças de abordagem e significação criadas pelos veículos de comunicação na cobertura a determinados eventos.

1.1 Os enquadramentos dos meios

O conceito de enquadramento implica a necessidade de considerar o contexto histórico-social em que o *corpus* de análise está inserido. De acordo com Carragee e Roefs (2004, p. 214), a proposta da análise do enquadramento é justamente mostrar que ela deve estar ligada não só aos meios, mas sua relação com as questões políticas e sociais que a envolvem também se faz necessária. Esse fator torna-se essencial e ponto de partida obrigatório para se aplicar o conceito a qualquer conteúdo mediático estudado. De acordo com os autores, é importante definir claramente o que vem a ser o conceito de enquadramento em sua perspectiva heurística, ao contrário de algumas tentativas de reduzir o enquadramento apenas a uma forma de efeito dos meios.

Nós nos voltamos aos problemas conceituais em recentes definições de enquadramento, que diminuem consideravelmente a extensão desse conceito. Nós também examinamos como os recentes estudos de enquadramento negligenciam a importância dos patrocinadores do enquadramento, os recursos dispensados para patrocinar e como os contextos políticos e sociais influenciam os conteúdos do enquadramento (CARRAGEE e ROEFS, 2004, p. 215).

Os dois autores defendem, ainda, a análise de enquadramento como um elemento para o estudo do efeito mediático, conjugado a outras questões políticas, interesses econômicos e à realidade atual de uma dada sociedade. Para Stephen Reese (2001, p. 10), o enquadramento mediático nada mais é do que um exercício de poder, no qual o jornalista define as orientações pelas quais o leitor irá seguir. “Eu entendo enquadramento como um exercício de poder, particularmente como ele afeta o nosso entendimento do mundo político” (tradução nossa).

Da mesma maneira, Hertog e McLeod (apud REESE, p. 11) descrevem que o enquadramento define o contexto de uma ocorrência. “O enquadramento usado para interpretar um evento determina qual informação avaliada é relevante (e, desse modo, o que é irrelevante)”. Para exemplificar as considerações expostas, Reese descreve a seguinte cobertura jornalística:

Se uma passeata de protesto, por exemplo, é enquadrada como um confronto entre policiais e manifestantes, as críticas dos protestos sociais podem não ser parte da história – não porque não houvesse lugar para elas, mas porque não foram definidas como relevantes. (REESE, 2001, p. 11, tradução nossa).

Na mesma linha de Reese, Entman (1993) considera que o enquadramento é uma questão de saliência, um processo em que o jornalista escolhe aspectos da realidade enquanto outros ficam relegadas ao segundo plano.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de maneira a promover uma definição particular do problema, interpretações causais, avaliações morais e/ou recomendações de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52).

A opção por alguns aspectos de uma realidade faz com que muitos autores considerem que o ato de enquadrar uma matéria está intimamente ligado à ideologia do jornalista e/ou, em grande medida, do veículo. Segundo Michel Maher (2001), o conceito de enquadramento oferece uma alternativa ao velho paradigma objetividade-subjetividade. Nesse sentido, Tankard (2001, p. 96) destaca que a análise de enquadramento reflete justamente essa tentativa de observar as ideologias e preferências presentes em um discurso jornalístico.

Voltando-se também para a definição do enquadramento, Hertog e McLeod (2001, p. 141) entendem que as realidades enquadradas são fenômenos culturais e não meramente cognitivos. Para os autores, os conceitos centrais de um enquadramento estão sempre ligados a mitos, narrativas e metáforas que apresentam conexões com a cultura.

Dentre outras razões, os pesquisadores apontam que o comunicador necessita aproximar-se da realidade de seu receptor. Assim sendo, o enquadramento dado a determinado assunto requer a apresentação de realidades que sejam de conhecimento dos membros da sociedade que fazem parte daquela cultura.

Dessa forma, podemos entender o enquadramento como um processo que salienta aspectos da realidade segundo as orientações ideológicas e culturais em dada ocasião, que reflete diretamente na maneira com que as pessoas serão informadas sobre determinado assunto. “A forma pela qual uma história é enquadrada tem o potencial de determinar o que a maioria das pessoas irá notar, entender e lembrar sobre um evento, assim como elas avaliarão e escolherão agir sobre a história.” (ENTMAN apud MESSARIS e ABRAHAM, 2001, p. 221).

Exatamente nessa mesma linha, Patrick Charaudeau (2007, p. 131) considera a importância de avaliarmos a cobertura da imprensa sob a perspectiva da construção de realidades.

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. (CHARAUDEAU, 2007, p. 131)

Portanto, fica clara a necessidade de assumir que uma análise do enquadramento parte, a priori, do reconhecimento de que o ato jornalístico constrói realidades, algumas mais próximas, outras mais distantes do real, mas nenhuma delas a própria realidade.

1.2 As duas vertentes do enquadramento: emissão e recepção

Segundo Carragee e Roefs (2004, p. 2), a atração de muitos pesquisadores pela análise do enquadramento explica-se pela capacidade desse conceito de analisar as notícias segundo seus processos de produção e recepção. Em outras palavras, pela capacidade de examinar como os jornalistas empregam enquadramentos na construção das notícias e como a audiência interpreta estes enquadramentos.

Ao contrário de outras teorias que muitas vezes privilegiam um tipo de abordagem, o enquadramento pode ser analisado tanto em relação à emissão quanto à recepção, ficando o caráter da pesquisa à escolha do pesquisador. Essa característica pode ser claramente identificada numa das mais conhecidas e respeitadas definições sobre o conceito de enquadramento, apresentada por Gitlin:

Os enquadramentos dos meios [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos dos meios são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira. (GITLIN apud PORTO, 2002, p. 4).

Nessa mesma linha, Scheufele (1999, p. 4-5) descreve a diferença entre os enquadramentos mediáticos e aqueles construídos na mente de cada ser humano, possivelmente como consequência de uma orientação provocada pelos próprios meios. Para o autor, os enquadramentos dos meios são as idéias centrais que organizam uma notícia e que definem um significado específico para cada evento. Já os enquadramentos individuais são destacados como um armazenamento de grupos de idéias processados, criados e influenciados a partir do próprio enquadramento mediático.

Em relação à emissão, os estudos voltam-se à análise de termos, frases e palavras repetidas que permitem a identificação de uma orientação imposta pelo jornalista na construção das notícias. Dessa forma, por meio de categorias de análise pré-definidas, o pesquisador procura identificar no texto as marcas do jornalista. Isso ocorre, muitas vezes, por meio da comparação entre dois ou mais veículos, verificando as similaridades e diferenças que caracterizaram a cobertura de cada veículo.

Por outro lado, a recepção utiliza, por vezes, a análise a grupos focais, tendo como objetivo verificar a influência de um determinado enquadramento no entendimento que o leitor terá sobre o fato. Como descreve James Tankard,

O enquadramento mediático é importante porque ele pode ter sutis, mas poderosos efeitos na audiência, até mesmo a ponto de ajudar a depor um presidente. O estudo do enquadramento dos meios pode nos ajudar a identificar e examinar pontos cruciais no processo de mudança de opinião, onde estes poderosos efeitos estão atuando. (TANKARD, 2001, p. 97, tradução nossa).

Essa flexibilidade conceitual, no entanto, obriga o pesquisador a definir muito bem o seu *corpus* e o seu objetivo a ser traçado, seja trabalhando apenas com a análise dos enquadramentos ou, por outro lado, com o entendimento do consumidor das notícias ou ainda com uma abordagem que contemple ambos estudos, algo que obrigaria a organização de uma pesquisa muito abrangente e complexa.

1.3 Enquadramento e agendamento: contraposição ou complementaridade?

A hipótese do agenda setting surgiu no final da década de 60, motivada pelos estudos de opinião pública em momentos eleitorais realizados por Donald Shaw e Maxwell McCombs.

Em linhas gerais, a hipótese descreve que o público agenda suas preocupações, ou melhor, pensa cotidianamente sobre alguns temas, motivado pelo que os meios propõem como importante ser lido (ouvido, assistido), compreendido e pensado. Em outras palavras, são os meios de comunicação que determinam a ordem de importância dos temas na agenda da audiência.

Tendo em vista a definição do que vem a ser o agenda setting, vários autores apontam uma aproximação deste conceito com o enquadramento.

Michel Maher, por exemplo, avalia que o enquadramento tem raízes históricas diferentes do agenda setting. No livro *Framing Public Life* (2001), Maher explicita, já no título de seu capítulo, essa preocupação em delinear o escopo conceitual de cada uma das frentes. Sob o título “Enquadramento: um paradigma em emergência ou uma fase do Agenda Setting?”, seu texto destaca a opinião de vários outros pesquisadores que se dedicam a uma diferenciação entre os dois conceitos. Kosicki (apud MAHER, 2001, p. 83) aponta que o enquadramento não pode ser visto como uma extensão do agenda-setting, uma vez que aquele nasceu de uma perspectiva cognitiva, o que não acontece com a hipótese do agenda-setting. Robert Entman (apud MAHER, 2001, p. 83), por sua vez, também distingue os dois conceitos, dizendo que “o enquadramento é atualmente um conceito maior que poderia se tornar uma teoria geral de como os textos comunicativos funcionam”.

Aproximando-se das opiniões de Kosicki e Entman, Michel Maher enfatiza que a preocupação de análise dos pesquisadores em agenda setting é distinta das intenções dos estudiosos em enquadramento, uma vez que eles ignoram o contexto da história e minimizam o poder dos jornalistas como definidores do conteúdo mediático que está sendo estudado. Segundo Maher,

A escola do enquadramento, ao invés de enfatizar a construção natural das mensagens mediáticas, sempre examina as representações mediáticas de um assunto como pistas para se chegar às decisões de enquadramento dos jornalistas. Estas decisões de enquadramento, a propósito, revelam importantes evidências sobre o fluxo de poder na sociedade. (MAHER, 2001, p. 88, tradução nossa).

Mais à frente, corroborando esta clara distinção entre as duas escolas, Maher estabelece, conclusivamente, as posturas de ambas: “para os pesquisadores do enquadramento, o enquadramento dos jornalistas organiza os significados dos assuntos e não o contrário, como sugerem os pesquisadores do agenda setting”. O autor, inclusive, cita as argumentações de McCombs para apontar as falhas que, na sua opinião, existem na tentativa em juntar os dois conceitos. McCombs e Ghanem (2001, p. 69) defendem que o enquadramento seria um segundo nível do agenda-setting, apontando como pensar sobre alguns objetos, ao passo que o agenda-setting analisa a tentativa dos meios de oferecer ao público sobre o que se deve pensar.

Entretanto, Maher opõe-se à análise feita sobre a função do enquadramento. Para ele, o conceito refere-se não só ao “como pensar sobre algo”, mas também ao “por que” os jornalistas apresentam ou ignoram explicações conflitantes sobre os fatores noticiados e as soluções possíveis.

Robert Entman também dedica-se à construção de limites conceituais que definem a diferença entre o pesquisador do agendamento e o do enquadramento. Ele aponta que o enquadramento tem, ao menos, quatro elementos no processo de comunicação (o comunicador, o texto, o receptor e a cultura) e que a postura de análise mostra-se diferente dependendo do conceito adotado pelo pesquisador.

A escola do enquadramento tipicamente concentra-se no enquadramento do comunicador, que é o enquadramento do jornalista. As pesquisas em agenda-setting examinam a transferência das saliências entre o texto (de acordo com a interpretação do pesquisador) e o receptor (público). (Entman apud MAHER, 2001, p. 89).

No entanto, embora tenham sido claramente definidas as atenções atribuídas a cada um dos conceitos, o próprio Maher vai dedicar-se ao levantamento de possibilidades de pesquisas em conjunto. Ele destaca que vários estudos em agenda-setting vêm tendo também a preocupação de analisar as causas e definições do problema que está sendo noticiado, algo amplamente trabalhado pelo enquadramento. Por outro lado, inúmeros autores do enquadramento começam a considerar (e a estudar) os efeitos que um dado enquadramento mediático pode ter na audiência.

Dessa maneira, Maher finaliza suas observações dizendo que nenhum dos conceitos anulará ou substituirá o outro, mas co-existirão nas atuações frente aos fenômenos mediáticos, segundo suas particularidades e focalizações e, em alguns casos, atuando conjuntamente.

Curiosamente, esta opinião também é dividida quase que literalmente por Maxwell McCombs e Salma Ghanem. Embora Maher tenha colocado uma postura crítica em relação a McCombs, ambos encontram um ponto de encontro. No capítulo “A convergência do agenda-setting e do enquadramento”, McCombs e Ghanem comentam que esta convergência traz inúmeras vantagens para os estudos, dada a complementaridade das escolas. Segundo eles, dentro da tradição do agendamento há um vasto campo de estudo sobre o impacto do conteúdo dos meios de comunicação de massa na agenda do público. Por outro lado, os estudos de enquadramento tem contribuído para a análise dos conteúdos encontrados nos veículos e para entender as origens dos enquadramentos. “A convergência dessas duas tradições de pesquisas trará uma grande unidade no nosso conhecimento de como os desenhos dos meios de comunicação sobre o mundo são construídos e, a propósito, como o público responde a estes desenhos.” (McCOMBS; GHANEM, 2001, p. 68). Dessa forma, em suas exposições, McCombs e Ghanem consideram o agenda-setting e o enquadramento como olhares complementares para analisar as notícias e o impacto destas na audiência.

1.4 A ação de enquadrar

Antes de comentar as aplicações do conceito e as metodologias necessárias para se chegar a elas, é necessário ter em mente os objetivos que comportam uma análise do enquadramento. Como já dito em ocasiões anteriores, para definir um dado enquadramento é preciso realizar análises que ponham em evidência de que forma os meios estão narrando determinado acontecimento. Michel Maher, ao comentar a importância do enquadramento nas pesquisas sobre coberturas políticas, resume as contribuições que o enquadramento traz para as pesquisas em comunicação:

Embora muitos estudos em agenda-setting tenham mostrado que os meios de comunicação nos dizem sobre o que pensar, nenhum tem estudado sistematicamente de que forma os veículos estão nos dizendo para pensar sobre as coisas certas. Que tipos de assuntos, interpretações causais e potenciais soluções os meios estão ignorando e que não deveriam? Onde os enquadramentos se originam e como eles se difundem? Por que os repórteres adotam um dado enquadramento para um problema social e ignoram outros enquadramentos? Quais segmentos da sociedade ganham ou perdem com as decisões de enquadramento dos jornalistas? Por que diferentes públicos aceitam ou rejeitam os enquadramentos dos jornalistas? (MAHER, 2001, p. 92, tradução nossa).

Tendo em vista esses objetivos de análise, as pesquisas em enquadramento devem, primeiramente, adotar metodologias sistemáticas na abordagem às notícias.

Uma das primeiras definições da pesquisa em enquadramento refere-se à adoção de análises quantitativas, qualitativas ou mistas. Exatamente sobre este ponto é que surgem algumas opiniões divergentes entre os pesquisadores do enquadramento e que devem ser muito bem entendidas antes da aplicação da análise.

Dentre os estudiosos do enquadramento, há uma corrente de importantes estudiosos (Entman, 1991; Cappella e Jamieson, 1997; e outros) que defendem a análise quantitativa como importante estratégia para se chegar à essência dos enquadramentos escolhidos e enfatizados (ou não) nas matérias jornalísticas. Por outro lado, há também aqueles que rejeitam a verificação quantitativa sob o argumento de que, muitas vezes, o mais importante não é o mais freqüente.

Contudo, uma alternativa a esse embate e, mais ainda, a aplicação de uma visão mais completa do todo é aplicar uma análise mista. Como avalia Mauro Porto (2001), uma análise integrada entre elementos quantitativos e qualitativos pode ser a saída para solucionar as debilidades de ambas aplicações, atendo-se a uma visão complementar que resulte numa pesquisa mais completa e detalhada sobre as escolhas de enquadramentos presentes e ausentes nos discursos jornalísticos estudados.

Nesse caso, deve-se, todavia, elaborar uma cuidadosa metodologia de trabalho para que ambas análises (qualitativa e quantitativa) sejam realizadas separadamente e, posteriormente, sejam interligadas, de modo a alcançar os objetivos propostos de análise.

1.5 Critérios de análise

Os pesquisadores da análise do enquadramento aplicam diversas abordagens no estudo às coberturas jornalísticas. Não há metodologias fechadas e pré-determinadas que devam ser seguidas, mas, sim, um amplo leque de opções que o próprio pesquisador pode montar a partir de sua proposta.

Em qualquer escolha, contudo, é necessário utilizar categorias sistemáticas e rigorosas de aplicação, para que todo o corpus – do princípio ao fim – esteja submetido às mesmas regras de observação. Por exemplo, numa análise político-eleitoral, deve-se aplicar as mesmas

categorias de observação aos candidatos envolvidos no pleito, a fim de que seja possível montar um quadro comparativo do conteúdo utilizado nos enquadramentos de todos os personagens políticos indistintamente.

James Tankard (2001), ao comentar a análise empírica do enquadramento, salienta exatamente a importância de definir uma abordagem rigorosa e homogênea do corpus, a fim de que o pesquisador não defina os enquadramentos segundo estereótipos e caminhos convencionalmente estabelecidos na sociedade. “Sem uma aproximação sistemática para definir possíveis enquadramentos, os pesquisadores podem tender a encontrar os enquadramentos que eles, consciente ou inconscientemente, estavam procurando.” (TANKARD, 2001, p. 98, tradução nossa).

Ainda em relação ao rigor analítico que a pesquisa em enquadramento deve ter, Tankard descreve que o próprio conceito oferece variadas maneiras para se chegar à observação de como os veículos de comunicação enfocam determinados acontecimentos. No entanto, para ele, esta área de estudo requer, primeiramente, uma grande precisão e coerência.

Nessa linha, o pesquisador comenta que uma das mais importantes formas de se chegar às pistas dos enquadramentos utilizados é a análise de termos, frases e repetições presentes nas matérias a serem estudadas. “Estes enquadramentos representativos selecionados são manifestados na escolha e alcance dos termos que produzem o contexto no qual os assuntos são interpretados e discutidos”. (TANKARD, 2001, p. 109, tradução nossa).

Vários outros estudiosos apontam a importância de atentar aos termos presentes e repetidos nos discursos jornalísticos como um degrau para se chegar aos enquadramentos propostos pelos jornalistas. Hertog e McLeod avaliam que muitos termos são periféricos ao enquadramento, mas a análise quantitativa da repetição de certos termos pode auxiliar o pesquisador na definição dos enfoques escolhidos. De acordo com os pesquisadores, cada veículo e situação de comunicação têm seu próprio vocabulário. Por exemplo, o uso dos termos “bebê” e “feto” dão a uma matéria sobre aborto significados consideravelmente distintos.

Outra pesquisadora que traz contribuições interessantes sobre a importância da análise aos termos de uma notícia é Donna Dickerson. Segundo ela, a repetição de certas palavras e frases no decorrer de um texto jornalístico dá-nos condições para que observemos quais são os elementos importantes da matéria e como pensar sobre eles. Entretanto, como destaca Miller e Riechert (2001, p. 114), as palavras não são os enquadramentos em si, mas indicativos importantes das escolhas que os jornalistas utilizam para argumentar suas posições.

Contudo, embora essencial, a pesquisa das repetições de termos não é suficiente para a observação e comprovação dos enquadramentos realizados pelos semanários. Um ponto importante é a análise das fontes jornalísticas escolhidas para corroborar os discursos apresentados, visualizando a orientação de cada uma dessas fontes, o contexto em que foram utilizadas e, finalmente, inferindo algumas conclusões do porquê da recorrência a cada tipo de fonte. É exatamente em relação a essa linha de pesquisa que nos debruçaremos no item 1.7, mostrando a importância das fontes na constituição dos enunciados e, mais do que isso, a variedade de pistas que o estudo delas nos dá para chegarmos aos enquadramentos centrais propostos pelos veículos de comunicação.

1.6 As imagens na constituição do enunciado

A fotografia não está ali por acaso. Ela tem uma função, aparece em um formato, possui uma intenção. A própria maneira como está impressa resulta de uma série de negociações – às vezes tensas e conflituosas – que envolvem um complexo processo de produção editorial. (TAVARES e VAZ, 2005, p. 125)

A citação acima nos dá uma clara noção da importância das fotos no discurso jornalístico e, mais do que isso, da intencionalidade deste recurso num produto jornalístico, de uma determinada maneira, como fatias da realidade enfatizadas e outras muitas vezes deixadas de lado.

Além disso, segundo Messaris e Abraham (2001, p. 215), a capacidade dessas fotos parecerem reproduções naturais faz com que a ideologia presente nas escolhas imagéticas fique camuflada nos textos jornalísticos. De acordo com os autores, “as imagens visuais têm a capacidade de impor mensagens que encontrariam grande resistência se colocadas em palavras, mas que são recebidas de maneira mais aceitável no formato visual” (MESSARIS E ABRAHAM, 2001, p. 225, tradução nossa).

A fim de diferenciar as abordagens jornalísticas textuais e visuais, os autores destacam que estas apresentam três particularidades: “a qualidade analógica, a indexicalidade e a ausência de uma proposição sintática explícita – cada qual podendo fazer os enquadramentos visuais menos taxativos do que o enquadramento verbal”. (MESSARIS E ABRAHAM, 2001, p. 215, tradução nossa).

Essas três qualidades encontram-se inter-relacionadas na apresentação e interpretação de uma imagem. No entanto, é importante fazer uma definição de cada uma delas, separadamente, a fim de verificar os desdobramentos que o poder imagético adquire na produção de significado dos discursos jornalísticos.

A primeira característica apontada por Messaris e Abraham refere-se à qualidade analógica das imagens. Esta é a grande definidora das imagens, o fator que as distingue das palavras, principalmente porque, enquanto a mensagem escrita apresenta significados em grande medida arbitrários, as imagens incorporam um vasto quadro de significações, dependendo da situação em que estão empregadas.

Esta familiar distinção refere-se ao fato de que a relação entre a maioria das palavras e o seu significado é puramente um problema de convenção social, enquanto que as relações entre as imagens e seus significados são baseadas em similaridade ou analogia. (MESSARIS e ABRAHAM, 2001, p. 216, tradução nossa).

Estas similaridades ou analogias descritas por Messaris e Abraham (2001) abrem um vasto leque de significações e interpretações oriundas das imagens jornalísticas, uma vez que o contexto social e a cultura de um determinado país orientam a leitura analógica, fazendo-nos partir para interpretações que se relacionem com todo o conhecimento adquirido e partilhado socialmente.

Os autores destacam, também, que o cérebro humano é perfeitamente capaz de dar um significado para as imagens, ainda que elas não sejam réplicas fiéis de uma realidade percebida. Além disso, Messaris e Abraham (2001, p. 217) enfatizam que os recursos imagéticos são entendidos pelo receptor como mais naturais, mais próximos à realidade do que as palavras, levando-o a esquecer o fato de que as imagens também são construções artificiais, preparadas e selecionadas pelo homem. Essa maior aparência de realidade, portanto, faz com que o leitor (ou espectador) esteja “desarmado” na interação com as imagens jornalísticas, assumindo uma postura mais receptiva do que em relação às mensagens textuais.

Outra característica apontada pelos autores refere-se à indexicalidade das imagens. Este termo é originário dos estudos do filósofo e semioticista Peirce (1991) que, segundo Messaris e Abraham, utiliza-se dessa denominação para diferenciar a fotografia das pinturas. Estas não seriam capazes de apresentar a autenticidade que as fotografias possuem na conexão com a realidade. Justamente esta conexão é definida por Pierce como índice. Analisando este

componente imagético, Messaris e Abraham novamente apontam para o poder das imagens jornalísticas quando são recebidas pelo leitor (espectador).

Em razão da indexicalidade, as fotos apresentam uma garantia implícita de serem mais próximas da realidade do que as outras formas de comunicação. Conseqüentemente, o uso de fotos mediáticas (incluindo a televisão e o vídeo) no processo de enquadramento diminui a probabilidade de os receptores questionarem o que estão vendo. (MESSARIS E ABRAHAM, 2001, p. 217, tradução nossa).

Dentro da temática das imagens, várias produções bibliográficas trabalham com a possibilidade de alteração imagética por meio de inúmeros recursos, como a manipulação via programa de computadores. No entanto, distanciando-se desta análise, Messaris e Abraham optam por destacar um aspecto comum, mas importante definidor das imagens jornalísticas: o simples ato de selecionar, escolhendo uma visão a várias outras também disponíveis ao enquadramento imagético.

A prática em questão é o simples ato de selecionar – escolhendo uma visão ao invés de outra ao fazer a foto, cortando ou editando a imagem resultante de um modo e não de outro, ou simplesmente escolhendo mostrar ao receptor uma imagem ao invés de muitas outras que foram produzidas no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Diferentemente de ser uma encenação ou alteração, a seleção é uma parte inevitável de todo o ato de fazer uma imagem fotográfica e disponibiliza-la para o público (MESSARIS E ABRAHAM, 2001, p. 218).

Dessa maneira, o estudo das imagens, no contexto da Análise do Enquadramento, torna-se essencial para entender as escolhas realizadas pelos veículos de comunicação, fugindo da tendência de aceitar as fotos jornalísticas como mais fidedignas à realidade dos fatos.

Dentro da perspectiva de tomar a produção visual como um ato de seleção, e reconhecendo as particularidades que a distinguem dos discursos textuais, Messaris e Abraham (2001, p. 218-219) apontam outra característica essencial das imagens: a abertura para significações diversas, dependendo de seu contexto de aplicação. Segundo os autores, enquanto a palavra é baseada fortemente em convenções sintáticas, as imagens apresentam maior liberdade na construção dos significados. Daí, por exemplo, as revistas semanais de informação utilizarem-se de imagens (tanto as fotografias quanto as ilustrações) para dar ao leitor umaimensidão de mensagens dificilmente traduzíveis em algumas palavras.

Em comparação com a linguagem verbal, as propostas visuais são mais dependentes da habilidade do leitor de dar um sentido intuitivamente para significados implícitos tendo como base o contexto ou outras insinuações. Consequentemente, os leitores podem ter menos consciência de estarem diante de um conjunto totalmente articulado de insinuações, algo que não aconteceria se estas insinuações tivessem sido feitas de forma verbal. (MESSARIS e ABRAHAM, 2001, p. 219)

Apenas tomando como exemplo o período eleitoral de 2006, percebe-se aí o uso de imagens diferenciadas, a fim de trazer ao leitor um número variado de significações. Tendo como ponto de análise unicamente fotos, ou seja, desconsiderando as caricaturas e imagens trabalhadas graficamente (que, aliás, vêm tomando um espaço cada vez maior nas revistas semanais), podem-se observar os enfoques privilegiados pelas matérias com base na escolha das fotos.

Outro ponto importante é a observação não apenas das fotos em si, mas de sua combinação com as palavras presentes nas legendas. Segundo Jorge Pedro Sousa (2000; 2004b), não existe fotojornalismo sem texto, uma vez que as palavras conjugadas à imagem podem chamar atenção do leitor para um aspecto específico da foto ou mesmo alterar completamente a orientação de leitura, com chamadas que buscam ironizar/ridicularizar determinada situação.

Não se está, com isso, tirando a autonomia de criação de sentidos própria do recurso imagético, como salienta Lorenzo Vilches (1993). O que deve-se ter em mente na abordagem às fotos é a importância vital de sua relação com a mensagem textual no resultado do todo do enunciado e, exatamente por esta característica, é que o presente estudo também considerará a relação foto-legenda nas análises realizadas.

É necessário destacar também que os semanários que servem como corpus da pesquisa (*Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*), assim como todos os meios de comunicação, utilizam fotos em duas situações distintas. Primeiramente, recorrem aos recursos visuais para referenciar diretamente a situação noticiada (por exemplo, a foto de uma reunião partidária). Esta seria a forma mais comum (não necessariamente a mais utilizada) do jornalismo como um todo.

Dentro desta categoria imagética, inserem-se alguns exemplos existentes nos semanários durante a cobertura presidencial. A revista *IstoÉ* de 20 de setembro de 2006 traz em suas páginas os dois denunciadores do esquema de compra de ambulâncias superfaturadas, Luiz Antonio e Darci Vedoin, ambos entrevistados exclusivamente pela revista. No início da matéria, há uma foto deles no local em que foi concedida a entrevista.

Outro exemplo é a edição de 25 de setembro de 2006 de *Época*. Na ocasião, há fotos de amigos de um dos filhos do presidente Lula durante férias no Palácio da Alvorada. As imagens vêm comprovar a tese da matéria de que havia uma confusão no governo entre o interesse público e o privado. Outro exemplo que podemos destacar.



Figura 1 – Festa. Amigos de um dos filhos do Presidente passaram férias no Palácio da Alvorada, onde usaram a piscina. Eles viajaram em avião oficial, num exemplo de confusão entre público e privado.

Não se deve interpretar, todavia, que essa primeira categoria criada reflita os fatos de maneira mais isenta. As imagens expostas dos fatos noticiados não indicam a ausência de subjetividade, já que o ato de enquadrar aspectos de uma realidade, salientando algumas características e excluindo outras, é inerente a todo trabalho jornalístico.

A segunda característica na recorrência aos recursos visuais é a utilização de fotos não referenciais com o objetivo de trazer à matéria a sensação que está sendo noticiada. Essas imagens são fruto do instantâneo fotográfico, que capta posições e expressões cuja significação pode ser atribuída pelo texto, pela observação crítica. Na primeira característica, estar-se-ia diante de fotos referenciais, mas, nesse caso, o uso da imagem seria expressivo. A edição da revista *Veja* do dia 11 de outubro, por exemplo, traz uma foto do presidente Lula com ar de preocupação para ilustrar a mensagem textual, como observamos a seguir:



Figura 2 – Paz e amor. Preocupado com uma derrota, Lula retoma o figurino “Lulinha paz e amor” que deu certo em 2002. (Veja, 11 de outubro de 2006, p. 57)

Essas e tantas outras fotos ao longo da campanha presidencial (e do escândalo do Dossiê dos Sanguessugas) fazem uso exatamente da abertura de significados trazida pela imagem. Mais do que isso, como afirma Messaris e Abraham (2001, p. 219), as imagens aparecem constantemente nos discursos jornalísticos para produzir mensagens que encontrariam entraves legais e problemas jurídicos se fossem traduzidas em palavras.

Dessa forma, tendo em vista a riqueza de significações e a constância desse recurso no jornalismo, faz-se essencial aplicar uma análise das imagens na verificação dos enquadramentos construídos pelos veículos de comunicação. Entretanto, a proposta deste estudo é atentar apenas para as fotos presentes nos semanários, não considerando as imagens, montagens e ilustrações graficamente produzidas.

1.7 As fontes jornalísticas

Embora cada veículo de comunicação tenha sua particularidade de redação e exposição dos fatos, a recorrência a fontes é um fenômeno comum a todos os textos jornalísticos. A busca e consulta às fontes é, portanto, a essência do trabalho de reportagem, sendo a origem das informações, como o seu próprio sentido estrito indica: “fontes”. No entanto, antes mesmo de apenas servirem para detalhar fatos ou acontecimentos, as fontes são recorrências marcantes nas revistas semanais de informação para trazer maior veracidade ao texto e um aspecto (aparente) de isenção no momento em que se decide por este ou aquele enquadramento.

Dessa maneira, esta característica presente no jornalismo pode ser vista como o ponto inicial dos enquadramentos textuais, uma vez que a escolha destas fontes pré-anuncia a orientação que a narrativa de um determinado veículo seguirá. Exatamente por isso, a análise das fontes a que os jornalistas recorrem constitui o ponto inicial e, em grande medida, essencial para a aproximação das orientações de enfoque seguidas pelos veículos de comunicação.

A presente pesquisa tem como propósito justamente examinar as fontes jornalísticas, como um aspecto essencial dos textos jornalísticos e ainda pouco enfatizado nos estudos de enquadramento. Essa abordagem será realizada em quatro das mais importantes revistas semanais de informação do país: *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*.

Segundo Mazzarino (2007), por meio do estudo das fontes é possível apreender características importantes que definem as coberturas jornalísticas.

Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege. Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma conversão de interesses entre o profissional do campo jornalístico e o promotor da informação, e esta relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca (MAZZARINO, 2007, p. 57).

Enfatizando também a importância da verificação de quais pessoas têm o privilégio de falar em determinado veículo de comunicação, Meditsch e Segala (2005) ressaltam a

conveniência na identificação dessas vozes no jornalismo e, mais ainda, nas razões que levaram à escolha desta ou daquela fonte.

Sendo que diferentes indivíduos fornecem diferentes dados, que variam de acordo com seus interesses e pontos de vista, considera-se importante conhecer quem são as pessoas que têm voz no jornalismo, bem como apreender as implicações da escolha das mesmas pelos profissionais da informação (MEDITSCH e SEGALA, 2005, p. 17).

Da mesma maneira, Sousa (2001) justifica a centralidade do estudo das fontes como identificador das informações e idéias veiculadas pelos meios, que levam ao espaço público novas sugestões de debate e conhecimento do mundo social. O autor destaca a importância não apenas de se chegar até as fontes, mas de ir além delas, rumo a identificações das forças e regras que norteiam determinado veículo de comunicação no trabalho jornalístico de apuração e escolha das informações a serem enquadradas.

O estudo das fontes de informação tem constituído um aspecto central da pesquisa sobre jornalismo. De algum modo, a razão para este facto residirá na constatação de que se o jornalismo fornece informações e idéias ao espaço público, e se essas informações e idéias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas, então importa esclarecer qual é a proveniência dessas informações e idéias, qual o processamento e enquadramento a que são sujeitas antes de chegarem ao espaço público, quais as forças que bloqueiam algumas delas ou aceleram a difusão e aumentam o impacto de outras. (SOUSA: 2001, p. 2).

Exatamente nesta mesma direção escolhida por Sousa, os analistas do enquadramento Kevin Caragee e Win Roefs (2004) destacam a necessidade de analisar a proveniência das informações presentes nos meios de comunicação. Segundo eles, vários estudos negligenciam o poder das fontes na montagem das notícias, correndo o risco de exagerar o peso dado à autonomia do jornalista. “Esses estudos consideram os textos jornalísticos como algo dado, negligenciando o momento em que o discurso jornalístico sofre influência de fontes externas, incluindo as elites, defensores de uma causa específica e movimentos” (CARRAGEE e ROEFS, 2004, p. 219, tradução nossa).

Nesse sentido, a análise pretende atentar às maneiras com que cada veículo utiliza os discursos das fontes para adicionar informações, complementar dados, corroborar ou contrapor argumentos às teses apresentadas nos textos jornalísticos. Esta característica, como se vê, pode ser considerada o ponto preliminar primordial na construção de um

enquadramento, o momento em que o jornalista monta o escopo geral dos seus enfoques, baseado na opinião previamente apurada de suas fontes.

Portanto, analisar quem são as fontes deste ou daquele veículo significa, dentre outras questões, atentar à interação dos veículos de comunicação com as fontes, quando sujeitos de outros campos sociais também buscam visibilidade para informações, novidades e/ou opiniões que lhes pertencem e que, convenientemente, devem torná-las mediatizadas para conhecimento do público (MAZZARINO, 2007).

No entanto, antes de comentar mais atentamente sobre as disputas de poder que se estabelecem no relacionamento das fontes com os jornalistas, é importante fazer uma definição metodológica em relação ao que vêm a ser as fontes jornalísticas.

Segundo Mauro Wolf (1987), as fontes apresentam duas abordagens: uma referindo-se às pessoas envolvidas no fato ou mesmo indivíduos que tenham condição de informar sobre algo e, outra, às agências de informação.

Manuel Pinto (2000), considerando este segundo tipo de fontes, destaca que as agências de informação ganharam notoriedade nos últimos anos, estendendo-se a várias formas de comunicação institucional, como assessorias de comunicação, gabinetes de imprensa, conselheiros de imagem, porta-vozes e adidos.

Há hoje, claramente instituída, uma vasta e complexa teia de mecanismos, de instituições e de saberes, cujo propósito assumido é utilizar e, se possível, marcar a agenda dos media, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento e, por essa via, atingir os objetivos que são, em primeiro lugar, os dos interesses que servem (PINTO, 2000, p. 282).

Esse processo de profissionalização das fontes delineou-se mais acentuadamente após a segunda guerra mundial, quando os contatos com empresas, instituições ou mesmo pessoas de reconhecido valor passaram a ser feitos de maneira profissional, intermediados por uma pessoa – geralmente também jornalista – responsável por esse intermédio (LAGE, 2003).

Entretanto, é importante destacar que não se pretende fazer avaliações quanto à eficiência ou não deste novo tipo de fonte institucionalizada. A intenção, neste momento, é apenas apontar os desmembramentos dos tipos de fontes que foram surgindo no decorrer do tempo, o que nos obriga a definir, a priori, sobre quais fontes estamos falando ao analisar a importância deste recurso dentro das coberturas jornalísticas.

A esse respeito, tendo em vista a multiplicidade de fontes de informação existentes (livros, documentos, agências, assessorias de imprensa etc), vários autores utilizam denominações diferentes ao considerar “fontes” as pessoas diretamente envolvidas no fato ou

com autoridade para comentar sobre ele. Neste caso, Gans (2005) prefere usar “atores” para designar as citações diretas das notícias, ao passo que Cunha (2004) recorre ao termo “vozes”.

Embora todas essas formas citadas sejam consideradas “fontes jornalísticas”, possibilitando a conquista de variadas informações importantes para a constituição das matérias, Wolf chama atenção para a clara distinção entre elas, uma vez que as agências e assessorias já oferecem ao veículo de comunicação a notícia confeccionada, enviada de acordo com enfoques previamente definidos. As fontes propriamente ditas, por outro lado, não se dedicam à produção de informação, mas, sobretudo, desempenham um papel de divulgadoras de um fato de que ela seja participante ou tenha autoridade para falar, cabendo ao jornalista a escolha dos enfoques a serem dados após a recorrência a estas fontes. Obviamente que esta definição não ignora as subjetividades e os próprios enfoques dados pela fonte ao narrar um fato ou comentar sobre algo. O que se enfatiza, neste momento, é a possibilidade que o jornalista tem de montar seus próprios enquadramentos a partir das informações fornecidas pelas fontes, recurso dificultado (mas não impossibilitado) no caso da utilização dos materiais de agências de informação ou mesmo das assessorias.

Feita essa distinção, a presente pesquisa irá trabalhar apenas com as fontes relativas às pessoas com quem as revistas semanais manteve contato para obter informações, análises ou opiniões em relação ao Caso Dossiê dos Sanguessugas.

Portanto, nomenclaturas como “vozes”, “atores” ou apenas “fontes” sempre serão utilizadas para designar as falas de pessoas diretamente utilizadas nas revistas semanais de informação, excluindo outros meios de informação, como documentos oficiais, matérias de jornais ou redes de televisão e vários outros meios de se adquirir determinada informação.

Obviamente que, a exemplo do que destaca Wolf (1987), estas fontes também não são homogêneas, mas apresentam diferenças quanto à sua origem (institucionais, políticas, científicas etc) e relevância no contexto em que foram utilizadas. Por essa razão é que se deve sempre defini-las quanto às suas particularidades que, muitas vezes, pela natureza (por exemplo, fontes presidenciais, autoridades ou simples observadores de um fato) trazem sentidos e valorações específicos às matérias.

Diversos autores dedicam-se à categorização dessas fontes, exatamente no sentido de entender o que suas especificidades podem trazer às matérias jornalísticas. Manuel Pinto (2000, p. 279), por exemplo, elabora oito classificações: segundo a natureza (fontes pessoais ou documentais); origem (fontes públicas oficiais ou privadas); duração (fontes episódicas ou permanentes); âmbito geográfico (fontes locais, nacionais ou internacionais); grau de envolvimento nos fatos (oculares/primárias ou indiretas/ secundárias); atitude face ao

jornalista (fontes ativas – espontâneas, ávidas – ou passivas – abertas, resistentes); identificação (fontes assumidas/explicitadas ou anônimas/confidenciais); metodologia ou estratégia de atuação (fontes pró-ativas ou reativas, preventivas ou defensivas).

Além desta classificação detalhada, Lage (2003) expõe outras três categorias mais gerais, baseadas nos tipos e comportamentos das fontes na relação com os jornalistas. A primeira delas propõe-se a definir as fontes em oficiais (por instituições que preservam algum poder de Estado), oficiosas (ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não autorizadas a falar em nome deles) e independentes (desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico). Esta seria, então, a primeira abordagem importante a ser feita no momento das verificações das vozes recorrentes no jornalismo.

A segunda categoria criada por Lage divide-se em fontes primárias e secundárias. Aquelas fornecem os fatos, versões e dados de um acontecimento, sendo o recurso utilizado pelo jornalista para se basear no momento da coleta do essencial de uma matéria. As fontes secundárias, por sua vez, são consultadas para a preparação de uma pauta. Por exemplo, se o jornalista for realizar uma matéria sobre a produção de látex na Amazônia, certamente as fontes primárias serão os seringueiros e donos dos negócios da região ao passo que as secundárias serão economistas, geógrafos e especialistas em geral que dêem um panorama sobre as características políticas, sociais e econômicas da região, além do impacto desta produção para a população local.

Meditsch e Segala (2005), ao comentarem sobre algumas utilizações das fontes, definem exatamente o que Lage (1999) entende por fontes secundárias:

Em certas situações, a conversa com a fonte de informação é útil para que o jornalista compreenda melhor o contexto em que se desenrolam os fatos que deverá noticiar. Nestes casos, os dados obtidos podem estar presentes na matéria jornalística ou podem apenas servir para conhecimento pessoal do jornalista. (MEDITSCH e SEGALA, 2005, p. 23)

Por fim, há a separação entre testemunhos e experts. Os testemunhos são geralmente envolvidos pela emotividade das fontes e modificados pela perspectiva com que se assistiu ao fato. Lage (1999) comenta, por exemplo, a diferença de testemunhos de uma guerra do lado do vencedor ou do vencido. Contudo, o autor ressalta que o testemunho mais confiável é sempre o mais imediato ao fato, com menor possibilidade de distorções e perda de informações.

Por outro lado, os experts são geralmente fontes secundárias que dão versões ou interpretações de eventos. Por exemplo, oceanógrafos que expliquem nos jornais o fenômeno

dos tsunamis, biólogos que interpretem a extinção de animais, todos eles são considerados experts.

No entanto, de um modo geral, as fontes – sejam elas de qualquer procedência ou presença nos textos – podem ser consideradas a gênese do discurso jornalístico, o passo inicial dado pelo profissional antes da construção das matérias. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2000), o jornalista é dependente de suas fontes, mantendo com elas relações de poder que possam garantir a aquisição de informações. Ao mesmo tempo, a relação estabelecida, segundo Sousa, deve procurar limitar as tentativas das fontes de moldar a publicação segundo seus interesses. Essa característica nas relações de poder “jornalista – fonte” é que leva o jornalista a selecioná-las previamente, escolhendo os caminhos que a notícia tomará. E, após essa escolha, os dois personagens continuam mantendo relações em um jogo de poder na obtenção/veiculação das informações.

A mesma argumentação é utilizada por Lima (2006):

Jornalistas estão permanentemente em contato com suas fontes e delas recebem cumprimentos, correções, reclamações, afrontas, negativas de acesso, cassação de credenciais etc. Na prática profissional o que se pode concluir é que se estabelece uma relação circular entre jornalista-fonte-jornalista que se auto-alimenta permanentemente. (LIMA, 2006, p. 172).

Estabelece-se, portanto, uma relação de poder constante entre fontes e jornalistas na conquista e veiculação de informações e, posteriormente, na manutenção daquela pessoa como recurso para encontrar outras informações. Para Traquina (2000), o contato entre ambos baseia-se numa relação de confiança em que as duas partes se beneficiam, o jornalista ao conseguir informações valiosas e em alguns casos inéditas, e a fonte por tornar público seus atos e interesses específicos.

Contudo, muitas vezes, o contato fonte-jornalista caracteriza-se muito mais por uma relação de “queda de braço” do que propriamente por um relacionamento simbiótico. Isto porque, segundo o próprio Traquina (2000), o que está em jogo na luta política entre fontes e jornalistas é a busca de uma aproximação entre as intenções do jornalista ao cobrir certo acontecimento e das fontes em tornar público apenas aquilo que ela deseja e que não lhe dê repercussões negativas. No campo político, especialmente, esta luta pelo sentido obriga o jornalista a estar constantemente em estado de negociação com as fontes, a fim de conseguir informações e manter com elas um relacionamento posterior que lhe garanta futuras matérias.

A negociação entre fontes e jornalistas, aliás, é um aspecto muito abordado por inúmeros teóricos da comunicação e que se caracteriza como ponto central na formação do

texto jornalístico. Para Santos (1997), por exemplo, a fonte intenta seduzir o jornalista, persuadi-lo, convencê-lo e até manipulá-lo na tentativa de fazer prevalecer suas intenções na constituição da matéria.

À mesma maneira, Molotch e Lester (1999) destacam que as fontes de informação organizam entre si diversas estratégias de adequação e negociação.

As notícias são, em primeiro lugar, resultado de um processo comunicacional entre jornalistas e fontes. Desta interação específica resulta a realidade construída socialmente pela notícia. A notícia é resultado deste diálogo, onde jogam confiança e desconfiança. Assim como o jornalista tem seus critérios de definição da sua rede noticiosa, as fontes têm seus critérios de definição da sua rede de midiatização, onde valores semelhantes entram em jogo: credibilidade, produtividade, confiança, disponibilidade, etc. (MOLOTCH e LESTER, 1999, p. 59).

De acordo com os pesquisadores, o processo de negociação extrapola também as esferas do jornalista e sua fonte, estendendo-se a todos os outros personagens envolvidos na busca de informação e veiculação da matéria jornalística. Assim, o controle dos valores e significados depende também dos relacionamentos estabelecidos entre repórteres e editores, entre organizações noticiosas e fontes e até mesmo entre a fonte e a instituição à qual pertence.

Esse complexo processo resultaria, portanto, na formação da mensagem jornalística, que tem como um ator importante o próprio jornalista, mas, a exemplo do descrito por Molotch e Lester (1999), abarca outras várias contribuições definidoras do conteúdo. Dentre elas estão justamente as fontes de informação, que atuam segundo disseminadores de informações novas e, à medida do possível, exclusivas.

Além disso, a função das fontes, em alguns casos, é trazer credibilidade aos fatos noticiados. Segundo Mauro Wolf (1987, p. 202), “se a credibilidade da história não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade”.

Dessa forma, considerando o papel de destaque das fontes na constituição do discurso jornalístico, faz-se importante a aplicação de análises cuidadosas a fim de se observar o espaço dado a elas por cada veículo de comunicação. Mais ainda, verificar quais são as pessoas escolhidas pelos jornalistas para ocupar lugar de destaque ou, ao contrário, relegadas ao esquecimento na formação das matérias. Como dizem Hertog e McLeod (2001), é importante verificar a escolha das fontes e as informações, idéias e afirmações expostas de cada uma delas. “Quem é privilegiado para falar? Que indivíduos, grupos, organizações e

assim por diante são meros espectadores e não encontram espaço para se pronunciar?” (HERTOG e McLEOD, p. 148, tradução nossa).

Vale dizer também que não apenas o conteúdo das falas dessas fontes, mas o modo como as revistas utilizam cada discurso tornam-se essenciais para uma análise precisa dos enquadramentos. A esse respeito, Donna Dickerson (2001, p. 168) faz uma consideração importante em relação a uma das características presentes nos textos jornalísticos: os “verbos de dizer” (ou verbos dicendi). Estes nada mais são do que os verbos escolhidos pelos veículos de comunicação para indicar em qual circunstância estava a fonte e qual foi o tom com que ela relatou determinado fato ou emitiu dada opinião (afirmativamente, duvidosamente, etc). Mais do que isso, Marcuschi (1982, p. 18) observa que quando citamos a fala de alguém, além de informar, realizamos também uma tomada de posição diante dos argumentos apresentados. Nesse sentido, o autor avalia que os “verbos de dizer” atribuem uma intenção ao responsável pela citação.

Por essa razão, os verbos de dizer dão ao leitor a orientação de leitura de uma determinada citação, conquistando um grande peso na construção de significados e no estabelecimento de determinado enquadramento. Segundo Fiorin (2002), estes verbos tornam-se marcas no texto relativas ao envolvimento do jornalista com a declaração citada, evidenciando a avaliação do próprio jornalista (ou do veículo de comunicação) a respeito do que o entrevistado proferiu.

Para se ter uma idéia da relevância desses verbos, é importante analisar como dois “verbos de dizer” distintos, colocados em uma mesma frase, alteram consideravelmente o conteúdo da citação. Nos dois exemplos a seguir, nota-se que a segunda frase não apresenta uma certeza tão grande quanto a primeira, sentido definido pela escolha dos verbos ao final da citação.

I. “O governo não tem nenhuma relação com isso”, afirma o presidente.

II. “O governo não tem nenhuma relação com isso”, despista o presidente.

Assim, é essencial atentar à recorrência a fontes e, em grande medida, ao modo como elas foram utilizadas.

Tendo em vista a exposição de todas as características que envolvem o universo das fontes, o objetivo central deste estudo é verificar exatamente como as quatro maiores revistas semanais de informação brasileiras (*Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*) trabalham com suas fontes, que fontes são essas, quais as orientações delas, qual é o conteúdo das citações creditadas a elas pelos semanários e, por fim, a influência do verbos de dizer na exposição dos discursos das fontes. Espera-se, com isso, estabelecer um panorama sobre o papel dessas

vozes na consolidação dos enfoques buscados pelos veículos de comunicação. No caso da presente pesquisa, a intenção é evidenciar essa função na cobertura feita pelas quatro revistas ao Caso Dossiê dos Sanguessugas e seus desdobramentos, que ganharam destaque na imprensa durante os meses de setembro e outubro de 2006.

2 CONTEXTUALIZANDO O FATO – O CASO DOSSIÊ

Após a Ditadura Militar, instalada no País em 1964, o Brasil coleciona ainda uma história muito recente de campanhas eleitorais democráticas de âmbito nacional. A retomada desse processo aconteceu apenas em 1989, quando Fernando Collor de Melo venceu surpreendentemente um pleito em que conquistou milhões de votos em apenas alguns meses, derrotando à época nomes tradicionais da política, como Mário Covas, Leonel Brizola e o próprio Lula, também novato na disputa presidencial.

A novidade de uma eleição democrática fez com que alguns veículos de imprensa assumissem posições explícitas de defesa e críticas aos candidatos, tornando-se protagonistas no apoio para que Fernando Collor vencesse as eleições.¹

Cinco anos depois, em 1994, foi a vez de Fernando Henrique Cardoso ser conduzido à Presidência da República e, devido às mudanças na legislação eleitoral, concorrer à reeleição em 1998, saindo-se novamente vitorioso.

A quarta campanha eleitoral pós-ditadura apresentou-se enfim como a possibilidade mais concreta de vitória do candidato de um partido de esquerda, representado pelo petista Luís Inácio Lula da Silva. A ausência de favoritismo após duas eleições de vitória do PSDB fez com que os meios de comunicação, segundo alguns autores, assumissem um comportamento de maior neutralidade, até mesmo diante a indefinição quanto ao resultado das urnas².

Chegando enfim às eleições de 2006, os escândalos políticos tornariam-se centro das atenções na disputa eleitoral, assim como ocorrido ao longo desses quase vinte anos. O caso Dossiê dos Sanguessugas foi, nesse sentido, certamente um dos mais noticiados escândalos político-eleitorais deflagrados em plena campanha eleitoral. Foi também um dos momentos em que se viu, como poucas vezes, um confronto mediático explícito nas páginas dos veículos de comunicação, quando revistas renomadas desferiam golpes diretos contra as concorrentes e até mesmo contra outros meios de comunicação. Por exemplo, na edição de *CartaCapital* de 25 de outubro de 2006, há fortes críticas aos meios supostamente ilegais pelos quais alguns veículos – em especial a rede Globo – obtiveram acesso a fitas de gravações petistas e, principalmente, às fotos do dinheiro que seria usado no pagamento do dossiê. Outra ocasião que também pode ser enquadrada no fogo cruzado mediático é a edição

¹ Mais detalhes sobre a participação dos meios de comunicação nas eleições de 1989 em: BARBI, 1995; DAGNINO, 1994; SOARES, 1995.

de *Veja* do dia 27 de setembro de 2006. Naquele momento, a revista acusa *IstoÉ* de ter negociado com membros petistas a publicação de uma entrevista encomendada com os protagonistas do Caso, Darci e Luiz Antônio Vedoin.

Todo escândalo do Dossiê esteve ligado a um outro acontecimento pouco anterior a ele: o Caso Mensalão. Iniciado em 2005 e com reflexos até as eleições de 2006, o chamado mensalão consistiu na suposta mensalidade paga pelo Governo brasileiro a deputados federais, com o objetivo de aprovar mais facilmente projetos de interesse do executivo.

Assim, embora os dois casos tenham se caracterizado por atitudes diferentes, ambos apresentaram a mesma raiz: uma suposta prática ilegal cometida por integrantes do PT próximos ao Presidente Lula. Dessa forma, tanto o Mensalão quanto o Dossiê entrariam na mesma esteira de críticas e acusações à existência de corrupção no governo petista.

A primeira vez que um veículo de imprensa grafou este nome (mensalão) foi o Jornal Folha de S. Paulo, no dia 6 de junho de 2005. A partir de então, várias notícias foram veiculadas corroborando o fato de que dezenas de deputados federais, de quase todos os partidos políticos, estariam recebendo verbas em troca de aprovações, procedimento, aliás, que muitos à época disseram ser antigo no universo político brasileiro.

Assim, ainda sob a efervescência do mensalão, surgiu o escândalo mais avassalador em termos de campanha eleitoral: o Caso Dossiê dos Sanguessugas.

Como já dito, a eclosão desse novo episódio envolvendo figuras-chave do PT trouxe conseqüências negativas ao Presidente e então candidato à reeleição, Luís Inácio Lula da Silva, conseqüências estas traduzidas até mesmo em perdas de voto nas urnas.

Tendo em vista todo esse cenário é que o presente estudo procurará analisar exatamente o comportamento das revistas semanais de informação na cobertura do Caso.

2.1 Os escândalos políticos mediáticos

O Caso Dossiê dos Sanguessugas foi o grande mote, em 2006, do que vários autores destacam como espetacularização dos meios de comunicação. Por essa razão, torna-se importante apresentar o fato e descrever o momento em que eclodiu o escândalo, já que a própria Análise do Enquadramento requer uma contextualização do acontecimento a ser

²

A cobertura dos meios em 2002 foi analisada por FAUSTO NETO; RUBIM; VERÓN, 2003, dentre

estudado. Para Carragee e Roefs (2004), entender o enquadramento requer justamente que analisemos, conjuntamente, o contexto histórico-social em que a matéria jornalística foi produzida, estendendo-se para implicações políticas e econômicas que, muitas vezes, determinam este ou aquele enfoque jornalístico.

Segundo Antonio Rubim (2007), a campanha eleitoral de 2006 rompeu com o tom contido dos discursos jornalísticos de 2002, trazendo à tona o posicionamento explícito dos interesses nutridos pelos veículos de comunicação, buscando, para isso, o apelo incessante a escândalos políticos, como a descoberta do suposto dossiê.

Cabe registrar a tendência de uma busca desenfreada pelo escândalo na cobertura jornalística da política no Brasil recente e, por certo, em outros países. Tal busca envolve, principalmente, temas como corrupção e deslizes de variadas espécies na vida pessoal. Ou seja, uma atitude que reduz, em notável medida, a política a uma dimensão puramente moralizante, sob o pretexto da busca de uma política conjugada com a ética. (RUBIM, 2007, p. 160).

Essa espetacularização construída nas coberturas políticas é denominada por Lima (2006, p. 12) de EPMs – escândalos políticos mediáticos. Para a elaboração deste conceito, o autor baseia-se em argumentações defendidas por Bourdieu em relação à conceituação de “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) e à definição de escândalo político elaborada por Thompson (2002).

Um breve comentário em relação ao conteúdo teórico que envolve os EPMs faz-se importante ao relatarmos sobre o Caso Dossiê, especialmente porque, como veremos, ele se encaixa perfeitamente nesta categoria definidora das coberturas mediáticas a temas políticos.

Para uma abordagem inicial ao conceito, Bourdieu (1989, p. 189) traz uma contribuição essencial ao situar os meios de comunicação como produtores e difusores de poderes simbólicos que obtêm grande impacto no curso dos acontecimentos. Esse poder, segundo Bourdieu, dá ao veículo de comunicação a possibilidade de criar acontecimentos ou desdobramentos de um fato que serão determinantes na maneira como as pessoas se comportarão diante do noticiado. O poder simbólico dos meios de comunicação tornar-se-ia, então, capaz de influenciar ações futuras e, mais do que isso, criar novos desdobramentos a partir das construções simbólicas planejadas e divulgadas ao público.

Utilizando-se desta definição, J.B. Thompson (2002) elaborará o conceito de escândalos mediáticos, empregado também por Lima (2006). Para Thompson, esses

escândalos caracterizam-se pela revelação, por meio de veículos de comunicação, de fatos polêmicos ou mesmo ilegais, ganhando tamanha repercussão que passam a ter inúmeros significados e conseqüências graves, por exemplo, o impeachment de um Presidente. O autor argumenta, também, que a centralidade dos escândalos políticos transfere-se dos indivíduos envolvidos para os veículos de comunicação, provocando uma disputa jornalística em que todos buscam as novidades relativas ao fato.

Dessa forma, observa-se que o Caso Dossiê dos Sanguessugas, assim como vários outros acontecimentos políticos, encaixa-se em grande medida no que os autores denominam de escândalo político mediático que, em suma, caracteriza-se por ser “o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma seqüência de ocorrências posteriores.” (LIMA, 2006, p. 13).

Dentro da análise da imprensa é importante ressaltar que a eclosão do Caso Dossiê fez com que os veículos de comunicação lançassem mão de uma estratégia fiscalizadora, passando à investigação de todos os passos que supostamente aconteceram antes e após a divulgação do escândalo. Essa característica dos meios de comunicação, aliás, é observada por Lima (2006) como constituinte do ethos jornalístico atual.

A auto-imagem dominante entre os jornalistas – no Brasil e nos demais países de democracia liberal – é a de profissionais que se consideram mandatários da missão de fiscalizar os governos e denunciar publicamente seus desvios. A revelação de segredos ocultos do poder é vista como uma forma de exercer sua missão de guardiões do interesse público. A publicação de escândalos tornou-se uma prática que reforça e realimenta a imagem que os jornalistas têm de si mesmos. (LIMA, 2006, p. 12)

2.2 O escândalo do Dossiê

O Caso Dossiê começou a ganhar notoriedade no dia 15 de setembro de 2006, quando a Polícia Federal prendeu dois petistas que negociavam a compra de alguns documentos e materiais (em fita de vídeo e DVD) em que políticos tucanos, dentre eles José Serra, apareciam entregando ambulâncias em algumas regiões. O dado irregular da história é que tais deputados – Pedro Henry, Lino Rossi e Ricarte de Freitas –, todos ligados ao PSDB, estariam envolvidos nos escândalos, desvendados em maio de 2006, da venda de ambulâncias superfaturadas. Este caso, por sinal, valeu até mesmo a instalação de uma CPI – a CPI dos

Sanguessugas –, que apontou irregularidades na compra de ambulâncias comercializadas pela empresa Planam entre 2000 e 2004. Daí o nome que rotulou a CPI e passou a classificar o escândalo, em referência ao esquema ilegal no qual políticos usufruíram do dinheiro público destinado à saúde.

O fato agravante para o PSDB é que algumas investigações indicaram que, das 891 ambulâncias do esquema de corrupção, 70% haviam sido adquiridas com verbas advindas da gestão de José Serra e Barjas Negri no Ministério da Saúde. Por essa razão, a intenção do dossiê preparado pelo PT seria trazer à tona novamente a ligação de José Serra – então candidato ao governo de São Paulo – com o esquema ilegal, contando, para isso, com informações compradas das pessoas mais diretamente envolvidas no caso: Darci e Luiz Antônio Vedoin, donos da empresa Planam. A compra do dossiê, segundo revelado pelos veículos de comunicação, renderia aos Vedoin cerca de dois milhões de reais em troca de recibos, cópias de cheques, discursos e um DVD com imagens dos políticos tucanos.

No entanto, o esquema ruiu com a prisão dos dois petistas supostamente negociadores do material: Valdebran Padilha – filiado do PT de Mato Grosso e que representava a família Vedoin no negócio – e Gedimar Passos, encarregado de analisar a relevância das informações cedidas pela família. Após essas prisões, vários integrantes do partido, como o coordenador da campanha de Lula, Ricardo Berzoini, foram afastados dos cargos e acusados por adversários de integrarem o esquema ilegal da compra do dossiê.

Não bastasse toda a história em si, outra polêmica surgiu dias depois da descoberta do caso e, curiosamente, nas vésperas da eleição governamental e do primeiro turno do pleito presidencial. No dia 29 de setembro (portanto, dois dias antes do pleito), as fotos do dinheiro que seria usado para o pagamento ao dossiê foram divulgadas pela imprensa. Desta vez, as críticas vieram de aliados do governo Lula, que acusaram o delegado Edmilson Pereira Bruno (então responsável pelo caso) de entregar 23 fotos do dinheiro a alguns jornalistas, fazendo dois pedidos: exigir que os jornalistas dissessem que alguém roubara e dera as fotos à imprensa e, além disso, exigir que as imagens fossem divulgadas no Jornal Nacional, da TV Globo.

Havendo ou não procedência às acusações petistas, o fato é que os grandes jornais e revistas do país publicaram, em suas manchetes, a montanha de dinheiro, dividindo espaço com o grave acidente envolvendo um avião da empresa GOL e um jato Legacy. Como exemplo, pode-se ver a similaridade entre as primeiras páginas de dois dos maiores jornais diários brasileiros: O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, do dia 30 de setembro de 2006, véspera do primeiro turno.



EDIÇÃO. O dinheiro visto de baixo, Lula como "meliante" e omissão de Lula

REDAÇÃO. O jornal "informa" que as fotos foram feitas por um policial civil

Figura 3 – Ilustrações tiradas da Revista CartaCapital, que criticou o posicionamento tendencioso dos dois jornais. (CartaCapital, 18 de outubro de 2006, p. 23)

Por outro lado, nenhum veículo comentou a origem das fotos. Além disso, o Jornal Nacional do dia 29 de setembro também destacou as imagens do dinheiro.

Independentemente da veracidade de uma ou outra acusação, o fato é que o Caso Dossiê adquiriu uma considerável efervescência, configurando-se, em 2006, como um dos mais importantes fatos políticos que mexeram, indubitavelmente, em maior ou menor intensidade, com as eleições. Saíndo apenas da guerra política, a briga estendeu-se para os veículos de comunicação, que se tornaram a notícia de sua própria notícia. Exatamente frente a todo esse quadro de antagonismos políticos e jornalísticos, a presente pesquisa tem a intenção de analisar a forma utilizada por cada revista semanal de informação no enquadramento do caso que, como dito, adquiriu grande peso e potencializou extremos fortemente definidos no jornalismo político brasileiro.

2.3 O desfecho do Caso Dossiê

Para dar uma “satisfação” à curiosidade do leitor quanto às conclusões do Caso Dossiê, comentaremos brevemente algumas das principais conseqüências do escândalo e seus desdobramentos.

Após toda a divulgação do fato, várias pessoas ligadas ao PT foram acusadas de envolvimento em negociações pela aquisição dos documentos. Por outro lado, muito se comentava sobre a veracidade de acusações contidas no Dossiê, que poderia complicar políticos como Barjas Negri e José Serra, os mais céticos atribuindo até a possibilidade de prisão a membros do PSDB.

O fato é que, encerradas as eleições presidenciais, legislativas e para governadores, em novembro de 2006, os meios de comunicação deixaram de noticiar os desdobramentos do caso e a polícia assim como a justiça, ao que parece, também esqueceram-se da continuidade das investigações. Como resultado, ninguém foi preso por mais de algumas dezenas de horas e o Dossiê nem mesmo foi confirmado como uma prática do PT. O conteúdo das documentações também seguiu o mesmo destino do esquecimento.

Todos esses fatores conjugados fizeram com que vários pesquisadores atribuíssem ao Caso Dossiê dos Sanguessugas o título de mais um factóide político-eleitoral com prazo de validade bem definido: o fim dos pleitos. Passada toda a espetacularização dos embates políticos, é como se os elementos levantados de críticas e irregularidades não tivessem mais qualquer importância ou interesse social.

No entanto, enquanto o fato ainda estava com suas propriedades nocivas em dia – no mês de outubro de 2006 –, ele trouxe efeitos consideráveis, segundo alguns autores. Por exemplo, embora seja difícil pontuar as razões de voto da população como um todo, Marcos Coimbra (2007, p. 190) destaca uma confluência muito grande entre a eclosão do Caso e a queda das intenções de voto em Lula. Essa fuga de eleitores, especialmente no caso da sucessão presidencial, é que teria definido a ocorrência de um segundo turno, já que, à época do escândalo, a diferença entre Lula e Alckmin caíra para 7%.

Contudo, mesmo com a existência desse segundo pleito presidencial, o candidato petista venceu as eleições e deu início à sua reeleição, com uma diferença de mais de 20%. A conclusão das eleições presidenciais, com a vitória petista, deu margem a mais um fato

também muito estudado e discutido atualmente: a vitória esmagadora de Lula e o número de votos de Alckmin no segundo turno inferior ao total registrado no primeiro pleito.

De acordo com Antonio Rubim (2007, p. 162), embora a cobertura da grande imprensa tenha sido acentuadamente desfavorável a Lula, o candidato petista levou a melhor, conquistando um total de mais de 58 milhões de votos contra apenas 37,5 milhões de seu adversário, Geraldo Alckmin. Além disso, num fato raro na política mundial, Alckmin teve no segundo turno um total de votos menor que no primeiro, com redução de cerca de 2,5 milhões de votos, que migraram para o candidato Lula.

Frente a esse indeditismo nos índices eleitorais, algumas hipóteses foram colocadas à mesa. A principal delas é a de que, passados os efeitos mais imediatos dos escândalos envolvendo o próprio Dossiê, uma parcela dos eleitores que não haviam votado em Lula retornou ao candidato petista no segundo pleito. O resultado foi uma vantagem inconstestável do Presidente reeleito, mesmo vários analistas apontando favorecimentos a Geraldo Alckmin na maioria dos meios de comunicação, destacadamente as emissoras de televisão.

Essa constatação fez com que pesquisadores como Venício de Lima (2007), Rubim (2007), Marcos Coimbra (2007), Lattman-Weltman (2006) e tantos outros chamassem atenção para a necessidade de uma reflexão mais atenta diante do poder dos meios frente à sociedade. Será que os anseios populares se pautam pelos enfoques dos meios de comunicação ou existiriam outros fatores importantes na tomada de posição das pessoas?

Essa é uma pergunta que, sem dúvida alguma, requer uma reflexão aprofundada e repleta de ressalvas, mas a cobertura das eleições de 2006 contribuíram, em grande medida, para que fosse colocada em pauta essa preocupação de analisar os meios e tentar avaliar seus poderes e principalmente suas limitações na sociedade brasileira.

Esta pesquisa, dentro de suas limitações de *corpus* e análises, busca evidenciar comportamentos de parte da imprensa brasileira. No entanto, a intenção em nenhum momento é a de assumir que os meios de comunicação são todo-poderosos na atribuição de idéias à população. Ao contrário, tentaremos mostrar as características das fontes nas revistas semanais e como as coberturas apresentam-se distintas dependendo da aproximação deste ou daquele candidato. Isso, sem dúvida, traz ao leitor alguma contribuição em sua decisão de voto.

No entanto, afastaremos de julgamentos deterministas que dão à mídia único meio de influir na vontade do povo. Existem inúmeras variáveis importantes que levam o eleitor a se decidir no pleito e as eleições de 2006, mais do que qualquer outra nesta democracia recente pós-ditadura no Brasil, trouxe-nos essa lição.

3 AS REVISTAS SEMANAIS E SUAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Primeiramente, faremos um breve levantamento sobre a história e as características gerais de cada uma das revistas semanais de informação que nos servirão de corpus para o estudo. Após esse momento, e tendo em vista o referencial teórico a que nos dedicamos, o enquadramento dado pelos semanários ao Caso Dossiê, aliado à reflexão sobre o papel das fontes jornalísticas, partiremos para os estudos quantitativos destas fontes. Nossa intenção é identificar quais são as fontes presentes nas páginas das revistas, quais são as orientações e ligações partidárias de cada uma e, por fim, o contexto em que todas elas foram utilizadas. Acreditamos, com isso, ser possível fundamentar nossas observações futuras sobre o conteúdo das falas para, finalmente, poder analisar – com bases sólidas e claramente delineadas – como se deu o enquadramento dos veículos em análise a um dos escândalos políticos que mais marcaram as eleições presidenciais e governamentais de 2006.

3.1 As revistas semanais de informação

Como a pesquisa pretende analisar os principais enquadramentos do Caso Dossiê dos Sanguessugas por quatro das principais revistas de informação do país: a Revista *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, começaremos por apresentá-las. Além da importância jornalística que esses veículos apresentam na sociedade brasileira, a escolha pelo corpus deve-se à variedade de linhas editoriais desses quatro materiais, variedade esta que se expressa nas diferenças de enquadramento entre elas.

A constatação inicial é que os semanários brasileiros assumiram um jornalismo muito mais opinativo do que interpretativo. A esse respeito, Ivo José Dittrich e Nilson Lage (2002) destacam que as revistas semanais praticam um jornalismo opinativo muito mais acentuado do que a cobertura interpretativa. Nessa dualidade, os autores definem a interpretação como característica de um texto jornalístico que apresenta fatos propondo ligações entre eles, podendo, assim, levar o leitor a fazer diversos entendimentos (seja por analogia, causa e consequência etc). A opinião, por sua vez, na visão de Dittrich e Lage, propõe apenas uma versão diante de vários fatos.

De acordo com os autores, “textos informativos e interpretativos diferem de textos opinativos porque fornecem ao consumidor escolhas quanto à conclusão. Diante de textos opinativos, só se pode concordar ou não” (DITTRICH e LAGE, 2002, p. 5).

É importante lembrar que os autores partem de um pressuposto que considera o próprio texto informativo como possuidor de subjetividade, por ser fruto de escolhas de enquadramentos a um determinado fato. Mesmo assim, alertam para as diferenças entre o sentido esperado pelas revistas em cada tipo de texto produzido.

Nesse sentido, analisando algumas matérias publicadas pelos semanários, os autores concluem que a venda de opinião sobrepõe-se, em grande medida, às opções interpretativas diante de um fato.

O que se evidencia é que essas revistas – e, numa análise de consistência ideológica, certamente *Veja* mais do que as outras – vendem opinião, tanto quanto ou mais do que interpretação ou informação sobre a realidade. Como não poderia deixar de ser em empreendimentos comerciais de tal grandeza, o viés reflete o conjunto de interesses dominantes na sociedade em dado momento, além de traços do *hic et nunc* dos redatores. (DITTRICH e LAGE, 2002, p. 16).

Tendo em vista essa característica geral que permeia as produções das revistas brasileiras, comentaremos mais detalhadamente cada um dos semanários que serão analisados durante a pesquisa, voltando o olhar principalmente para o contexto em que foram criadas até os nossos dias.

3.1.1 Revista *Veja*

A revista *Veja* é a que apresenta um maior número de estudos já realizados sobre seu nascimento e características editoriais. A história da revista começa dez anos antes de sua fundação, em 1958, quando Roberto Civita, filho de Victor Civita, volta dos Estados Unidos com uma idéia fixa na cabeça: montar uma revista aos moldes da *Time* americana.

No início dos anos 60, a Editora Abril, de propriedade de Victor Civita, já contava com uma gráfica e com várias revistas de sucesso: *Tio Patinhas* e *Capricho* (que chegavam a 500 mil exemplares por edição), *Manequim* e *Cláudia* (voltadas ao público feminino) e *Quatro Rodas* (semanário masculino). Além disso, em 1965, a Abril investia na publicação de

vários fascículos (Conhecer, Bom Apetite, Medicina e Saúde, A Bíblia mais Bela do Mundo etc.), chegando a vender até 1 milhão de exemplares com o fascículo Bom Apetite.

Mas é em 1967 que o projeto de *Veja* ganha força. Um ano antes, a Abril lançara a revista Realidade, que teve grande aceitação do público e rendeu à editora considerável consistência jornalística. José Salvador Faro (1999) dedicou um de seus estudos exatamente para demonstrar o sucesso conquistado pela revista Realidade em meados dos anos 60 no Brasil, um momento de grande efervescência cultural no país (talvez um dos mais marcantes de toda a história nacional) e que se abria a projetos jornalísticos diferenciados.

Contudo, o fenômeno Realidade, de acordo com Terezinha Fernandes (apud Faro, 1999) foi aos poucos desaparecendo em razão da censura militar e do desejo das pessoas em obterem – aos moldes da tevê – notícias mais rápidas e diretas.

Assim, já convencido da idéia do filho a respeito do “projeto *Veja*”, Victor Civita chama Mino Carta (atual diretor de *CartaCapital*), então na Itália, para voltar ao Brasil e dirigir a revista semanal de informação.

No dia 9 de setembro de 1968, após quatorze números zero (“edições-rascunho” antes da publicação), é lançada a primeira edição da Revista *Veja*. De acordo com Faro (1999, p. 92), quando Vitor Civita apresentou o novo semanário ao país, a justificativa era de que o país necessitava de uma revista de informação rápida e objetiva. No entanto, no primeiro número, ficou clara a deficiência anteriormente apresentada nos números zero: os jornalistas da época não estavam acostumados com uma revista semanal, de textos interpretativos e mais aprofundados que os jornais diários. Como descreve a Revista Imprensa de Setembro de 1988, “a primeira experiência é trágica: o que sai das mãos dos editores é apenas uma grande matéria, digna de ser publicada no Jornal da Tarde, mas nunca numa revista semanal de informações”.

O reflexo disso veio rapidamente. Já no segundo número, as vendas caíram para 250 mil, muito abaixo do esperado. Em dezembro de 1968, com as vendas em franca decadência, Raymond Cohen, diretor de planejamento da Abril, chega até mesmo a propor o fechamento da revista ou, ao menos, uma mudança radical no seu projeto editorial. No ano de 1970, o total de vendas era de apenas 45 mil revistas semanais, o que dava a Abril um prejuízo anual de 1 milhão de dólares. As modificações feitas até este ano, como os encartes sobre a conquista à Lua e a criação das Páginas Amarelas (local de entrevistas especiais, existentes até hoje), trouxeram alguns benefícios para *Veja*, mas não suficientes para tirá-la da crise.

Contudo, é no final de 1971 que a história da revista começa a mudar. Após algumas resistências de dentro da própria Distribuidora Abril, *Veja* coloca em prática as vendas por

assinatura. Contando com uma boa estratégia publicitária, a revista investe em comerciais através de três canais: porta-a-porta, mala direta e cupons publicados em anúncios. Menos de um ano após a campanha (em outubro de 1972), *Veja* já contava com 45 mil assinaturas. Em 76, o número era de 136 mil e, dez anos depois, as assinaturas ultrapassaram 640 mil.

Junto às vendas por assinatura, a revista conseguiu fazer grandes reportagens sobre os governos militares que atraiu a atenção dos leitores. No entanto, isso também provocou algumas reações por parte dos militares durante toda a ditadura, especialmente no governo Geisel (1974-1979). Mesmo assim, a censura à revista nunca foi tão agressiva quanto em relação a outros veículos de comunicação, especialmente porque, mesmo sendo norteadora por princípios liberais, *Veja* adotava uma política de “boa vizinhança” com os militares. Aliás, foi durante o governo Geisel que a revista conquistou um grande salto de qualidade, reformulando toda a parte gráfica e possibilitando uma consistência qualitativa maior ao semanário. Isso só foi possível graças a um empréstimo do governo que o concedeu às custas do abrandamento das críticas. Como diz Marconi (apud GAZZOTTI, 1998, p.191),

[...] de um lado estava a Editora Abril querendo um empréstimo do governo Federal, e ver-se livre da incômoda censura. Do outro, estava o governo desejando que a revista fosse mais um modelo de bom comportamento, ou seja, que abandonasse seu espírito cáustico e perdesse sua postura independente.

Contudo, Mino Carta não concordou em mudar a linha seguida até então por *Veja* e, após um acordo com Victor Civita (proprietário da Editora Abril), decidiu deixar o semanário. Enfim, todas as transformações pelas quais a revista passou, principalmente após 1971, fizeram com que ela se consolidasse na liderança das revistas semanais e ganhasse o reconhecimento e a atenção de parte considerável da sociedade brasileira, chegando em 1989 à marca mensal de 1 milhão de exemplares vendidos a cada edição. Esse número representativo mantém-se basicamente inalterado durante a década subsequente, chegando atualmente a uma tiragem de 1,1 milhão.

Analisando-se o peso político da revista, pode-se perceber que *Veja* é um dos semanários com maior ênfase nas temáticas políticas, como no período da campanha presidencial de 2006, que veremos no decorrer deste trabalho. No entanto, a abordagem política remonta a tempos mais distantes, da ditadura (a exemplo do que já comentamos),

passando pela abertura política em 1988, o governo Collor e toda a campanha favorável da revista e todos os cenários contemporâneos da política nacional ³.

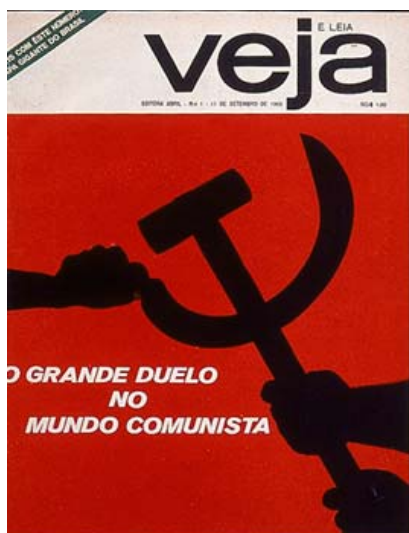


Figura 4 – Primeira capa de *Veja*, datada de 9 de setembro de 1968.



Figura 5 – Capa de 23 de março de 1988, a primeira grande aparição de Collor em mídia nacional.



Figura 6 – *Veja*, 1º de novembro de 2006. Última edição antes do segundo turno das eleições presidenciais.

3.1.2 Revista *IstoÉ*

A revista *IstoÉ*, dirigida por Domingo Alzugaray, é uma publicação semanal da Editora Três. O semanário é um dos mais tradicionais do país, tendo sido criado em 1976 (oito anos após *Veja*) e, desde então, publicando edições ininterruptas sobre os mais diversos temas políticos, econômicos, sociais e de entretenimento. Dentre as coberturas de *IstoÉ*, destacam-se as reportagens políticas, muitas delas de grande repercussão, importantes para a visualização da realidade política nacional. Já em sua primeira edição, em meio à ditadura militar, o semanário indicava uma postura de cobrir temáticas políticas relevantes do país. Na ocasião, *IstoÉ* destaca em sua capa a importância da democracia, aludindo ao fim do regime totalitário brasileiro. Além desta edição, algumas outras tornaram-se conhecidas do grande público. Por exemplo, a entrevista com o motorista Eriberto França, que revelou uma ligação

³ Para estudos detalhados sobre o comportamento de *Veja* no tratamento dado a Fernando Collor de Melo ver MESQUITA (2005), ALBUQUERQUE (1997), GUIMARÃES (1995), entre outros.

direta entre o dinheiro do empresário PC Farias e as despesas pessoais de Fernando Collor de Mello.

Mais recentemente, em 2005, a revista também revelou importantes informações sobre as operações supostamente fraudulentas do “mensalão”. Por fim, em 2006, a revista ocupou posição de destaque na divulgação do Caso Dossê, publicando entrevista com a família Vedoin, a qual deflagrou a guerra declarada entre os veículos de comunicação na ética que envolveu a divulgação dos fatos relativos ao caso.

Atendo-nos às questões empresariais de *IstoÉ*, a revista fechou parceria, em janeiro de 2006, com o Grupo Time Inc., maior conglomerado editorial de revistas do mundo. Pelo acordo, o conteúdo das revistas People, Fortune e Time passou a ser incluído, respectivamente, nas páginas de *IstoÉ Gente*, *IstoÉ Dinheiro* e *IstoÉ*, ambas pertencentes à Editora Três. *IstoÉ* encontra-se na terceira posição em termos de mercado, tendo como adversária a revista *Época*, que mantém certa vantagem nas vendas semanais.

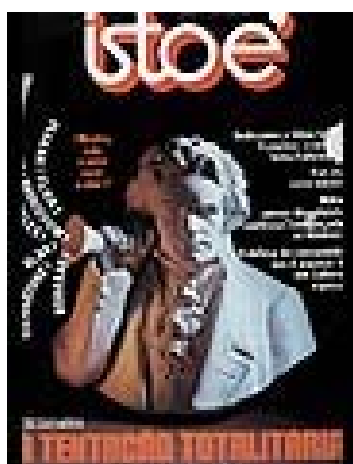


Figura 7 – 1ª capa da história da revista, em 1976.
Escolha por temas políticos desde o início das coberturas jornalísticas



Figura 8 – Edição de 29 de junho de 2005. Informações sobre as transações financeiras do mensalão.



Figura 9 – Edição de 20 de setembro de 2006. Em primeira mão, entrevista sobre o Caso Dossê.

3.1.3 Revista *Época*

A revista semanal *Época* surgiu em 25 de maio de 1998, sendo a mais nova em relação às outras três revistas em análise (*Veja*, *IstoÉ* e *CartaCapital*). Pertencente ao conglomerado Globo de jornalismo, o semanário vende cerca de 600 mil exemplares por semana e atinge, predominantemente, as classes A e B (assim como a maioria dos semanários jornalísticos).

Época possui um projeto gráfico inspirado na revista alemã “Focus”, com a qual mantém um acordo para a utilização de material fotográfico e editorial com exclusividade no Brasil.

Em relação às temáticas cobertas pela revista, nota-se uma tendência pela escolha de temas voltados a entretenimento e utilidades, assim como também evidenciado (em maior ou menor escala) nos outros semanários. Prova disso é que, das 52 edições do ano de 2006, 35 trazem na capa temáticas afeitas a variedades, como beleza, férias, ecologia, dieta, religião e vários outros temas. Outras sete edições destacam temas polêmicos, como a aids, o esquema criminoso paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e problemas da aviação e da aeronáutica brasileira.

Por fim, as capas diretamente ligadas a temas políticos envolvendo a campanha eleitoral (tanto para Presidente da República, quanto para governadores e o legislativo) não

tiveram grande recorrência em 2006. Do total de 52 edições, apenas dez destacaram o governo, o candidato Lula e os outros candidatos à presidência, dentre outras abordagens políticas. A edição de 30 de outubro de 2006, por exemplo, é o maior indicador da tendência de *Época* recorrer a abordagens relativas a entretenimento. Em plena semana do primeiro turno das eleições, a revista estampou em sua capa o tema “Férias!”, enquanto as outras três concorrentes (*Veja*, *IstoÉ* e *CartaCapital*) optaram por temáticas político-eleitorais. Além disso, outra constatação desta mesma característica pode ser feita se analisarmos o mês de julho de 2006. Durante o período, as cinco edições trouxeram capas referentes a temáticas de entretenimento.

Aliás, este apelo por matérias que, no jargão jornalístico, costuma-se chamar de “frias” parece mesmo dar o tom das coberturas principais da revista. Ainda assim, é inegável o peso das matérias políticas publicadas pelo semanário, especialmente porque elas representam o posicionamento do conglomerado jornalístico ao qual a revista pertence. Nesse sentido, é que analisamos também os enquadramentos da revista *Época* sobre o caso Dossê.



Figura 10 – Primeira capa da revista, datada de 25 de maio de 1998. Título: “Choque e pavor. Arrogância e poder do império americano”.



Figura 11 – Um dos exemplos de capas afeitas a variedades.



Figura 12 – Capa política da revista, na edição de 9 de fevereiro de 2006.

3.1.4 Revista *CartaCapital*

CartaCapital é também uma revista semanal, publicada pela Editora Confiança. A revista passou por algumas alterações quanto à sua periodicidade em sua história recente. Fundada em 1994 pelo jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta, a revista manteve-se semanal até março de 1996, quando tornou-se quinzenal. Pouco mais de cinco anos depois, em agosto de 2001, o fundador do semanário decidiu por sua retomada como veículo semanal.

Contudo, mais do que sua modesta tiragem de cerca de 75 mil exemplares semanais, a revista conquistou considerável importância nacional pela sua atuação crítica em relação à imprensa em geral e, especificamente, em relação às outras revistas. Por exemplo, em julho de 2005, *CartaCapital* faz uma crítica direta às suas concorrentes (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*) evidenciando as capas dos veículos do dia 23 de março. Na ocasião, as três revistas exibiram manchetes muito similares sobre o lançamento de um livro de Paulo Coelho. Em oposição, *CartaCapital* lembrou sua edição da época, quando apresentou os desdobramentos do caso Daniel Dantas. Este caracterizou-se pela suposta espionagem financiada pelo banco Opportunity (de posse do banqueiro Daniel Dantas) a membros do governo na disputa com a Telecom Italia pelo controle da Brasil Telecom. A venda das estatais telefônicas representou o maior leilão da história nacional e, por essa razão, acirrou disputas e motivou métodos ilegais de obtenção de informações. Justamente em relação à importância em noticiar os desdobramentos dos fatos é que *CartaCapital* criticou o silenciamento das revistas semanais de informação. De forma direta e pontual, a intenção da revista foi mostrar a apatia de suas concorrentes quanto a um assunto, segundo o semanário, de grande importância para o público.

Comportamento semelhante foi também verificado em relação à divulgação das fotos do suposto dinheiro utilizado para a compra do Dossiê dos Sanguessugas, ocorrido em 2006. Como veremos no decorrer desta pesquisa, *CartaCapital* comportou-se enfaticamente contrária ao posicionamento dos grandes meios de comunicação, fato que originou a troca de acusações entre os veículos de comunicação do país.

Além dessa característica, a revista também apresenta outro aspecto que a diferencia das demais: a posição política declarada em seu editorial. Principalmente durante o período da campanha eleitoral de 2006, não raras vezes a revista – representando o posicionamento de seu diretor, Mino Carta – declarou explicitamente o estreitamento entre suas idéias e as de Luís Inácio Lula da Silva, o que suscitou (e ainda suscita) várias críticas por parte do público

e de alguns veículos de comunicação. Na edição de 25 de outubro de 2006, por exemplo, no auge das conseqüências trazidas pelo caso Dossiê, a revista traz o seguinte trecho:

Claro que não é lícito condenar a Globo, bem como outros órgãos, e empresas, da mídia, por suas simpatias políticas. Insuportável é a tentativa de esconder a parcialidade por trás de uma neutralidade que os comportamentos traem a cada passo.

Jornalismo é informação e opinião. *CartaCapital* não hesita em manifestar as suas opiniões, neste momento, na escolha nítida de uma candidatura em lugar de outra, porque respeita seus leitores, a nação e o País. (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 20).

Dessa forma, observa-se que, de maneira geral, a revista se distancia das outras três, seja pelo número de exemplares vendidos semanalmente, seja pela posição política declarada ou ainda pela proposta editorial de atuar como uma analista do comportamento mediático.



Figura 13 – Revistas do dia 23 de março de 2005. Em julho do mesmo ano, *CartaCapital* critica suas concorrentes sobre o silenciamento frente ao caso Daniel Dantas ao preferirem destacar o escritor Paulo Coelho.



Figura 14 – Neste momento, a revista critica a cobertura empregada pelos meios de comunicação (24 de outubro de 2006)



Figura 15 – Cobertura da revista do Presidente e candidato Lula (5 de setembro de 2006)

3.2 As fontes nas revistas semanais

Para aplicar uma análise que nos dê condições de observar as características que marcam as fontes recorrentes em cada uma das quatro revistas foram definidas cinco categorias: 1. características gerais das revistas e utilização das fontes; 2. quem são as fontes escolhidas e quais as suas orientações (nome, orientação político-partidária); 3. em quais contextos as citações destas fontes foram inseridas; 4. como se dá a utilização das fontes anônimas; 5. quais fontes encontram-se presentes em mais de uma revista e de que forma elas são utilizadas dependendo do veículo.

Além dessas categorias, também realizaremos uma análise das fotos das reportagens, observando o enquadramento imagético acrescentado aos enquadramentos criados por meio das fontes.

3.2.1 Tipos de fontes

Nesta abordagem inicial à cobertura dos quatro semanários sobre o Caso Dossiê, empregamos uma análise predominantemente quantitativa, a fim de montar um primeiro

quadro geral sobre o papel e o comportamento de cada veículo ao caso, sob a perspectiva das fontes jornalísticas utilizadas.

Primeiramente, é importante realizar uma apresentação da abordagem que cada veículo fez ao Caso Dossiê dos Sanguessugas. Para isso, na tabela 1, descrevemos quatro características gerais: o número de edições sobre o caso; o número de páginas; as fontes utilizadas e, por fim, o número de citações recorrentes nos textos.

TABELA 1 – Características gerais das matérias sobre o Dossiê dos Sanguessugas nas revistas analisadas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Edições do Caso Dossiê dos Sanguessugas	5 (20/9, 27/9, 4/10, 18/10, 25/10)	6 (20/9, 27/9, 4/10, 11/10, 18/10, 1/11)	4 (18/9, 25/9, 2/10, 30/10)	5 (27/9, 4/10, 11/10, 18/10, 25/10)
Nº de páginas sobre o assunto	42 páginas	36 páginas	19 páginas	34 páginas
Nº de matérias de capa	2 (27/9 e 18/10)	2 (20/9 e 27/9)	1 (25/9)	4 (27/9, 4/10, 18/10, 25/10)
Fontes utilizadas	29	20	34	39
Nº de citações	46	38	57	67

Nessa primeira aproximação em relação ao objeto de estudo, é possível observar algumas diferenças claras entre as revistas. Do ponto de vista das edições que versam sobre o dossiê, não há diferenças consideráveis, uma vez que as revistas noticiaram o caso no mesmo período (entre 18 de setembro e 25 de outubro) e com uma quantidade semelhante de edições. No entanto, observando-se o número de páginas dedicadas ao assunto, é possível verificar que *Época* abre um espaço muito menor para o caso em relação às suas concorrentes, refletindo-se também na utilização do assunto como matéria de capa: apenas em uma ocasião.

No que se refere às fontes e citações utilizadas, é importante considerar duas questões que complementarão as outras análises nas tabelas a seguir. Em primeiro lugar, embora *Época* não tenha dedicado o mesmo número de páginas dos outros semanários, há na revista um grande número de citações diretas de falas das fontes, evidenciando uma característica própria de construção textual: a ênfase na utilização de discursos de terceiros para a descrição do Caso.

Por fim, *CartaCapital* já se configura, em números absolutos, como a revista em que mais há recorrência a fontes. Contudo, indo além desta identificação mais geral em relação ao uso das fontes, passaremos para a tabela 2, que inicia o processo de desvendamento das características e orientações dos discursos empregados nas quatro revistas semanais de informação.

3.2.2 Orientações das fontes

A tabela a seguir procura distinguir as fontes utilizadas pelas revistas semanais com o objetivo de descrever as características de cada uma, apontando quem são elas (pertencentes a partidos, envolvidos diretamente com o Caso, fontes não-partidárias?) e com que frequência foram utilizadas.

TABELA 2: Orientações das fontes citadas em matérias sobre o Caso Dossiê

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Fontes ligadas ao PT	Fontes: 9 N ^o citações: 18	Fontes: 5 N ^o citações: 7	Fontes: 7 N ^o citações: 12	Fontes: 11 N ^o citações: 18
Fontes ligadas ao PSDB	Fontes: 5 N ^o citações: 7	Fontes: 3 N ^o citações: 3	Fontes: 4 N ^o citações: 7	Fontes: 0 N ^o citações: 0
Fontes partidárias “neutras”**	Fontes: 1 N ^o citações: 3	Fontes: 1 N ^o citações: 1	Fontes: 0 N ^o citações: 0	Fontes: 1 N ^o citações: 1
Fontes não-partidárias**	Fontes: 14 N ^o citações: 19	Fontes: 9 N ^o citações: 11	Fontes: 23 N ^o citações: 38	Fontes: 26 N ^o citações: 47
Os Vedoin e Gedimar Passos (envolvidos diretos ao caso)	Fontes: 0 N ^o citações: 0	Fontes: 2 N ^o citações: 16 + 2 pág.***	Fontes: 0 N ^o citações: 0	Fontes: 1 N ^o citações: 1

* Partidos sem coligação com o PSDB ou com o PT.

** Consideram-se fontes não-partidárias policiais federais, procuradores que cuidam do Caso, cientistas políticos, pesquisadores, sociólogos, economistas, historiadores, etc.

*** Entrevista exclusiva dada pelos Vedoin à revista IstoÉ.

A análise da tabela 2 permite que observemos duas características muito bem delineadas no decorrer da cobertura ao Caso Dossiê. Primeiramente, vemos que *IstoÉ* foi a única revista a utilizar como fonte os dois personagens diretamente ligados ao caso: Luiz Antônio e Darci Vedoin, indiciados pelas negociações das supostas provas contra José Serra. De acordo com algumas suposições posteriores, feitas principalmente pela revista *Veja*, eles teriam sido pagos para acusar José Serra no escândalo das ambulâncias superfaturadas quando este era Ministro da Saúde.

CartaCapital, que publicou uma fala de Gedimar Passos (também envolvido em supostas negociações do Dossiê), e *IstoÉ* foram as únicas revistas que recorreram aos Vedoin. Este fato, inclusive, ganhou grande repercussão nas revistas, que acusaram esta última de usar intenções partidárias em suas páginas.

Analisando-se a cobertura de *IstoÉ*, notamos que, das 14 citações dos Vedoin, 11 acusam Serra e o PSDB de corrupção no governo paulista. Além disso, a revista publicou duas páginas com entrevistas a Luiz Antônio e Darci, nas quais há outras acusações diretas à

antiga pasta da Saúde do Governo Federal comandada por Serra. Podemos dizer que este fato foi o ponto marcante de uma divisão entre a cobertura das quatro revistas semanais, cada uma optando por um enquadramento específico, como podemos verificar na escolha das fontes e citações utilizadas pelos veículos.

Por fim, outro dado destacado na tabela foi o fato de que *CartaCapital* não faz uso de nenhuma fonte ligada ao PSDB. Das doze fontes partidárias, onze têm ligações com o PT e uma não apresenta ligações com os dois partidos envolvidos no Caso.

3.2.3 O enquadramento e as citações

As duas tabelas seguintes (3 e 4) têm a função de analisar especificamente o enquadramento e a forma como as fontes ligadas aos partidos (PT e PSDB) foram utilizadas. É importante contextualizar as citações descritas por cada revista, a fim de se ter uma noção clara da função que cada uma atribuiu a determinados discursos de políticos ou não-políticos. Para citar um exemplo, a revista *Época*, na edição de 25 de setembro de 2006, faz uso de uma fala do presidente Lula para corroborar uma tese contrária aos interesses do próprio candidato petista. Para isso, o semanário explicita a posição do presidente para depois respondê-la, como vemos na transcrição a seguir:

‘Por que tantas pessoas se envolveram em uma coisa que para mim não fazia sentido?’, perguntou Lula. A resposta é que a manobra parece fazer, sim, sentido para o PT [...] (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 29).

A revista *Veja* de 27 de setembro de 2006 lança mão de uma estratégia idêntica, utilizando declaração do presidente Lula para posteriormente confrontá-la.

‘Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil’, disse Lula, durante viagem a Nova York. Respondendo: 1) Um dossiê devastador contra José Serra interessaria ao PT em São Paulo [...] 2) Disparar um tiro de morte contra Serra significaria exterminar praticamente o PSDB em nível nacional. 3) Melar o processo eleitoral não interessa a nenhum democrata, mas sobre esta questão seria mais útil perguntar aos seus colaboradores íntimos, que entraram na fria de comprar um dossiê com dinheiro sujo. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 61).

Dessa forma, é possível verificar que não é suficiente apenas pontuar a voz dada a determinada fonte ou mesmo o número de citações publicadas, mas, sim, detalhar o contexto em que cada uma foi utilizada. Dessa forma, ao contrário do que muitas vezes se imagina, as próprias falas de membros de um partido são descritas com o objetivo de servir para a construção de teses contrárias aos seus interesses.

TABELA 3 – Fontes petistas.

Teor das citações de fontes ligadas ao PT utilizadas pelas revistas analisadas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Contexto de acusações ao PT e/ou defesa do PSDB	13	0	4	5
Contexto de acusações ao PSDB e/ou defesa do PT	0	6	0	10
Citações sem acusação*	5	1	8	3

* Citações que apenas comentam aspectos legais, sem mencionar partidos e candidatos ou mesmo estar inseridas em contextos valorativos.

** Os Vedoin, envolvidos diretos no Caso, não foram considerados fontes ligadas ao PT.

A tabela 3 nos dá uma clara distinção entre o posicionamento adotado pelas revistas. Nesta análise é notória uma polarização entre os quatro veículos: de um lado, *Veja* e *Época*; de outro, *IstoÉ* e *CartaCapital*. Os contextos em que as fontes ligadas ao PT são expostos distinguem-se claramente quando comparamos as quatro revistas. Para tanto, basta observar que, enquanto *Veja* e *Época* não usam nenhuma fonte petista para defesa do partido, *IstoÉ* e *CartaCapital* dedicam-se a estratégias opostas: seis e onze recorrências, respectivamente.

Por essa razão, a estratégia adotada de observação das fontes e, principalmente, do contexto delas evidencia-nos de maneira clara os lados que cada revista de informação adotou

na cobertura ao Caso Dossiê. A tabela 4 também confirma as mesmas tendências dos veículos, tomando como referência as fontes ligadas ao PSDB.

TABELA 4 – Fontes tucanas

Teor das citações de fontes ligadas ao PSDB utilizadas pelas revistas analisadas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Contexto de acusações ao PT e/ou defesa do PSDB	5	1	5	0
Contexto de acusações ao PSDB e/ou defesa do PT	0	2	0	0
Citações sem acusação*	2	0	2	0

* Citações que apenas comentam aspectos legais, jurídicos ou características do caso Dossiê, sem mencionar culpados ou criticar partidos e candidatos.

** Os Vedoin, envolvidos diretos no Caso, não foram considerados fontes.

Embora as fontes ligadas ao PSDB não tenham assumido papel de destaque nas páginas das revistas semanais, podemos identificar a mesma polarização *Veja-Época versus IstoÉ-CartaCapital* verificada na tabela 3. *Veja* e *Época*, por exemplo, mostram estratégia similar de utilização das fontes: de sete recorrências a tucanos, cinco são empregadas para acusações ao PT ou mesmo a defesas do próprio partido.

Contudo, este item também reappresenta uma característica peculiar, já revelada na tabela 1: a revista *CartaCapital* não utiliza fontes do PSDB em nenhuma ocasião, ou seja, das 43 fontes presentes no semanário, nenhuma possui ligações com o partido tucano.

3.2.3.1 Fontes não-partidárias: papel de destaque na cobertura dos semanários

Embora seja importante analisar as fontes partidárias utilizadas pelas revistas de informação, é essencial prestar atenção nos contextos em que se situam as falas de fontes não-partidárias, ou seja, pessoas que não apresentam ligações diretas com partidos, fazendo parte deste grupo cientistas políticos, historiadores, filósofos, sociólogos, economistas ou mesmo autoridades envolvidas com as investigações do Caso Dossiê.

Na Tabela 5, podemos observar que essas fontes, embora consideradas “sem relações com partidos”, exercem função de destaque na exposição de opiniões claramente defendidas pelos semanários. Tanto em relação à constante recorrência a estas fontes quanto à polarização de suas falas, é possível perceber o peso que as citações não-partidárias ganham nas páginas das revistas.

TABELA 5 – Teor das citações de fontes não-partidárias utilizadas pelas revistas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Contexto de acusações ao PT ou defesa ao PSDB	18	0	29	3
Contexto de acusações ao PSDB ou defesa ao PT	0	11	0	36
Citações sem acusação*	1	0	9	8

* Citações que apenas comentam aspectos legais, jurídicos ou características do Caso Dossiê, sem mencionar culpados ou criticar partidos e candidatos.

Os dados descritos na tabela mostram claramente que o recurso a fontes sem ligação com partidos não significa isenção de opiniões. Pelo contrário, é possível notar que cerca de

15% do total de citações de fontes deste tipo não apresentam acusações a um ou outro partido. Os outros 85% são utilizados pelas revistas em contextos nos quais se pretende corroborar alguma tese contrária ou similar a determinado político ou partido.

Neste ponto, novamente chama atenção a polarização das revistas, principalmente porque *Veja* e *Época* recorrem a fontes não-partidárias para explicitar acusações ao PT ou evidências de inocência de José Serra, candidato ao governo de São Paulo e um dos supostos envolvidos na compra de ambulâncias superfaturadas.

Já a revista *IstoÉ* foi a que menos usou este tipo de fonte, mas, ainda assim, nenhuma das onze recorrências a fontes não-partidárias esteve presente em contextos contrários ao PT.

CartaCapital, por sua vez, usa nada menos do que 76% de suas 35 citações para trazer acusações ao PSDB e, especialmente, para apontar a existência de um esquema mediático contrário à nova vitória do governo Lula nas eleições presidenciais de 2006.

Novamente na tabela 5, há, portanto, uma divisão estabelecida entre as orientações de *Veja-Época* e *IstoÉ-CartaCapital*, já que, enquanto as primeiras revistas não utilizam nenhuma citação sequer em contextos de crítica ao PSDB, as duas últimas utilizam as citações deste tipo de fontes para defesa ao PT e, principalmente, críticas a membros do PSDB.

3.2.3.2 Fontes Anônimas

Uma característica verificada na cobertura pelos semanários do Caso Dossiê foi a utilização de fontes anônimas, ou seja, de vozes não identificadas nas reportagens. Essas fontes eram abordadas pelas revistas como pessoas de algum partido ou instituição que não queriam se identificar ou mesmo que a revista preferia não fazê-lo.

Embora as fontes anônimas – sejam elas políticas ou não – já tenham sido consideradas nas tabelas anteriores, é interessante observarmos separadamente a ocorrência desta característica em cada semanário, separadamente. Nesse sentido, a tabela a seguir nos dá condições para identificar mais detalhadamente esta tendência, assim como o número de citações presentes nos semanários provenientes destas fontes.

Para chegar à análise das fontes anônimas consideramos as situações em que as revistas citam apenas o partido, o cargo ou o local de trabalho da fonte, mas sem explicitá-la nominalmente.

TABELA 6 – Fontes anônimas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
N ^o de fontes	2	6	1	0
N ^o de citações	2	7	2	0

A tabela 6 mostra *IstoÉ* como a revista que mais recorre às fontes anônimas, ou seja, sem indicar quem são as pessoas que estão dando determinadas informações ou mesmo emitindo opiniões. É importante verificar também que, das 6 fontes, 4 estão presentes na edição de 27 de setembro, quando *IstoÉ* dedica sua matéria de capa à investigação de supostas corrupções envolvendo o empresário Abel Pereira e o prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, aproximando-os enfaticamente de José Serra.

Por outro lado, *Veja* e *Época* seguem uma tendência similar quanto ao uso desse tipo de fonte, caracterizando-se como uma ocorrência esporádica. Por último, em *CartaCapital*, todas as fontes são identificadas, ou seja, a revista não faz uso de fontes anônimas.

Entretanto, a exemplo do que realizado nas outras análises, é interessante também identificarmos quais foram os contextos em que essas fontes estiveram presentes nas quatro revistas semanais de informação. *Vejam*os, para tanto, a tabela a seguir.

TABELA 7 – Contexto das citações anônimas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Contexto de acusação ao PT	2	0	0	_____
Contexto de acusação ao PSDB	0	7	0	_____
Citações sem acusação	0	0	2	_____

A análise dos contextos em que foram empregadas as citações anônimas permite-nos verificar que *IstoÉ* e *Veja* fizeram uso desse recurso para chegar a objetivos opostos: enquanto a primeira inseriu as sete citações em contextos de críticas ao PSDB, *Veja* utilizou suas duas citações anônimas para acusações ao Partido dos Trabalhadores.

A revista *Época*, por sua vez, evidenciou apenas duas citações de políticos anônimos para analisar os números das eleições, sem considerações relativas aos candidatos envolvidos.

3.2.4 Coincidência de vozes

A partir das cinco tabelas inicialmente estabelecidas, pode-se observar características muito próprias de cada semanário e que, confrontadas, evidenciam distinções consideráveis na maneira com que os veículos se comportam no tratamento dado às fontes e, mais ainda, na escolha dos argumentos defendidos por cada uma dessas fontes.

Outra tarefa essencial a ser realizada na tentativa de compreender o papel das fontes nos enunciados das revistas semanais é verificar se há ou não coincidência no uso das fontes, ou seja, se as vozes presentes em um determinado veículo também encontram espaço em outro concorrente.

Nossa proposta é verificar o contexto em que essas possíveis vozes coincidentes foram utilizadas, já que, como dissemos anteriormente, é possível recorrer à mesma fonte com intenção de ressaltar falas segundo orientações diversas, seja para isentar ou acusar determinado personagem político.

3.2.5 Fontes políticas similares

As tabelas a seguir procuram evidenciar as ocorrências em que houve a utilização das mesmas fontes pelas revistas semanais em análise. Dessa forma, procuramos mostrar quem foram esses personagens presentes em pelo menos duas das revistas em estudo e, posteriormente, aplicamos uma análise comparativa na tentativa de investigar quais foram as revistas com maior proximidade em relação à escolha de determinadas fontes.

TABELA 8 – Fontes petistas**Fontes ligadas ao PT utilizadas por, pelo menos, duas revistas**

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Lula (PT)	3 citações	1 citação	1 citação	4 citações
Ricardo Berzoini (PT)	2 citações	_____	_____	2 citações
Aloísio Mercadante (PT)	1 citação	_____	_____	1 citação
Tarso Genro (PT)	1 citação	_____	1 citação	2 citações
Gustavo Herrmann (PSB)	_____	1 citação	_____	1 citação
Vanessa Grazziotin (PC do B)	_____	1 citação	_____	1 citação
Márcio Thomaz Bastos (Ministro da Justiça)	3 citações	_____	_____	1 citação
Total	10	3	2	12

Do quadro geral de políticos petistas ou membros de partidos aliados, 55 citações presentes nos semanários, como demonstrou a tabela 2. No entanto, a tabela 8 indica claramente que não há grandes coincidências na utilização das fontes dessa natureza e que apenas o candidato Lula foi citado nas quatro revistas.

A partir desses dados, é possível observar uma grande variedade nas fontes petistas a que os veículos recorrem e esta variedade corrobora com os enfoques dados por cada revista aos partidos.

Continuando essas observações, partiremos para a tabela 9, que aplicará os mesmos procedimentos da tabela anterior, mas voltada especificamente aos candidatos do PSDB ou seus aliados.

TABELA 9 – Fontes peessedebistas**Fontes ligadas ao PSDB utilizadas por, pelo menos, duas revistas**

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Dep. Carlos Sampaio (PSDB)	1 citação	1 citação	_____	_____

Mais acentuadamente do que na tabela anterior, os dados da Tabela 9 indicam uma pequena correspondência entre as fontes das revistas analisadas. Em apenas uma ocasião, de um total 17 citações, há recorrência à mesma fonte por duas revistas, ainda que as citações não sejam as mesmas. Já *CartaCapital* ignora esse tipo de fontes e não veicula uma fala sequer de membro aliados do PSDB⁴.

Dessa maneira, pode-se perceber, por meio das duas tabelas anteriores, que uma tendência observada no período analisado é a busca de fontes políticas diferentes daquelas mais presentes nos veículos concorrentes. Mesmo os semanários que apresentam igual tendência a citações favoráveis a um político ou partido (ver tabelas 2 a 4) recorrem a fontes distintas para chegar ao mesmo objetivo.

Entretanto, falta-nos ainda aplicar a mesma análise ao tipo de fonte mais presente nas revistas semanais de informação: as fontes não-partidárias. A tabela a seguir terá por objetivo justamente verificar como se dá a escolha destas vozes em cada semanário.

TABELA 10 – Fontes não-partidárias

Fontes sem ligação direta com partidos políticos utilizadas por, pelo menos, duas revistas

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Mário Lúcio Avelar (procurador da República)	_____	_____	1 citação	3 citações
Geraldo Pereira (delegado)	2 citações	_____	_____	1 citação
Roberto Romano	1 citação	_____	1 citação	_____
Lúcia Hippólito	1 citação	_____	1 citação	_____
Jornalista Alberto Dines	_____	_____	2 citações	1 citação
Delegado Bruno	1 citação	_____	_____	2 citações
Total	5	_____	5	7

⁴ Ver tabela 2.

Finalmente, a análise às fontes não-partidárias também revela uma tendência à diferenciação de fontes na comparação entre os veículos. Das 42 fontes não-partidárias, apenas seis encontram similaridades entre dois veículos. Entretanto, embora não haja um número significativo de recorrências iguais utilizadas por mais de uma revista, as coincidências observadas são importantes no sentido de verificarmos a situação nas quais foram empregadas as citações destas fontes.

Dessa maneira, aplicaremos à tabela 10 – assim como nas duas tabelas anteriores – uma comparação em relação ao contexto em que a mesma fonte foi utilizada pelos semanários, a fim de analisarmos se a presença de uma mesma fonte em dois textos diferentes sofre modificações em função da tese que se está defendendo dependendo da revista observada.

3.2.6 O contexto das fontes similares

Dentre as fontes similares encontram-se personalidades petistas, peessedebistas e também não-partidárias. Assim, analisaremos separadamente cada um desses segmentos para que melhor visualizemos os direcionamentos dados a eles.

3.2.6.1 Análise das fontes petistas

Como já dissemos em oportunidades anteriores, as fontes ligadas ao PT foram as vozes políticas mais frequentes nas quatro revistas semanais, até mesmo porque o partido era o mais diretamente envolvido no escândalo do Dossiê. Por essa razão, a coincidência de fontes petistas também seguiu essa tendência com sete políticos utilizados por mais de uma revista.

a) Presidente Lula

A primeira fonte a ser analisada refere-se ao Presidente e candidato Luís Inácio Lula da Silva, a única citada pelas quatro revistas. Assim, podemos verificar – por meio da

comparação entre os contextos em que suas falas foram utilizadas – se houve ou não tratamento diferenciado da mesma fonte, dependendo do semanário em foco.

Começando pela revista *Veja*, as três falas de Lula foram utilizadas em contextos de crítica ao governo. São elas:

‘Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil’, disse Lula, durante viagem a Nova York. Respondendo: 1) Um dossiê devastador contra José Serra interessaria ao PT em São Paulo [...] 2) Disparar um tiro de morte contra Serra significaria exterminar praticamente o PSDB em nível nacional. 3) Melar o processo eleitoral não interessa a nenhum democrata, mas sobre esta questão seria mais útil perguntar aos seus colaboradores íntimos, que entraram na fria de comprar um dossiê com dinheiro sujo. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 61).

Lula sabia de sua existência [um esquema no partido, desde 2002, para preparar ataques aos adversários] e, durante a conversa que selou sua criação, ainda recomendou: ‘Seja inteligente. Não faça nada de Manuel ou Joaquim nessa história’. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 65).

Pela lei eleitoral, se reeleito, Lula pode perder o mandato caso um fato dessa gravidade seja vinculado à sua campanha. O próprio presidente reconheceu isso na semana passada usando de extraordinária sinceridade. ‘Se se cometeu um crime eleitoral, eu e qualquer outro cidadão comum deste país temos que pagar pelo crime que cometemos’, afirmou numa entrevista ao jornal Folha de S. Paulo.

Pelo que se sabia até sexta-feira passada, vai ser uma maratona jurídica e política afastar o dossiêgate de Lula e seus mais íntimos colaboradores. (*Veja*, 25 de outubro de 2006, p. 68).

Da mesma maneira que *Veja*, a revista *Época* recorre à fala de Lula também para ressaltá-la em um momento de crítica ao PT e ao próprio Presidente. O mais curioso nesta comparação é que, na edição de 27 de setembro, *Época* utiliza estratégia idêntica à edição de *Veja* do mesmo final de semana, no sentido de expor a fala de Lula para posteriormente respondê-la e, assim, desqualificar a proposição do Presidente.

‘Por que tantas pessoas se envolveram em uma coisa que para mim não fazia sentido?’, perguntou Lula. A resposta é que a manobra parece fazer, sim, sentido para o PT. Depois das eleições, o principal adversário político de Lula passaria a ser o ocupante do segundo principal cargo executivo do país: o governo de São Paulo. O favorito para ocupar esse posto não é outro senão o tucano José Serra, alvo do dossiê. (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 29).

A revista *IstoÉ*, a exemplo de *Época*, também utilizou a fala de Lula sobre o caso Dossiê em apenas uma ocasião: na edição de 4 de outubro de 2006. No entanto, ao contrário

das duas revistas já comentadas, *IstoÉ* recorre à voz do Presidente para expor o argumento de que a própria imprensa e outras instituições estavam apenas destacando o partido dos envolvidos nos casos que apresentam relação com o PT, enquanto os membros ligados ao PSDB não eram tratados como pertencentes ao partido tucano.

O mais curioso nesse contexto empregado por *IstoÉ* é observar a clara diferença de enfoque na utilização das falas do Presidente, em comparação à *Veja* e *Época*. Mais ainda, *IstoÉ* utiliza a fala de Lula para finalizar a matéria, constituindo-se como último argumento apresentado no texto, o que dá ainda maior destaque ao conteúdo da citação.

A transcrição da fala de Lula nos dá condições de perceber um enquadramento distinto ao observado nos dois semanários anteriores.

De um lado, negociavam [os Vedoin] com o PT um punhado de fotos e um vídeo vazio, que afirmavam comprometer o ex-ministro José Serra. De outro, conversavam com Abel, que tinha pleno interesse em manter os Vedoin calados diante dos tucanos. Na quarta-feira 27 até o presidente Lula se manifestou: ‘A essência é que o Barjas Negri está envolvido nisso. Quando falam o nome dele, não falam Barjas do PSDB. Quando tem alguém do PT, é do PT’. (*IstoÉ*, 4 de outubro de 2006, p. 61).

Por fim, a revista *CartaCapital* foi a que mais utilizou citações diretas do Presidente em relação ao Dossiê: quatro vezes. Destas, três citações encontram-se na edição de 27 de setembro, quando o semanário faz algumas acusações ao Partido dos Trabalhadores, mas isenta o Presidente de culpa na participação do suposto esquema contra o PSDB. Esta tentativa em evidenciar a não-participação do Presidente contrasta frontalmente com a iniciativa de *Veja* (como já visto) em aproximar Lula ao dossiê e, até mesmo, a levantar hipóteses sobre supostos processos de impeachment.

Na edição de 27 de setembro, *CartaCapital* veicula uma fala de Lula no sentido de justamente mostrar uma distância do Presidente à compra do Dossiê. A citação expõe uma contrariedade enfática de Lula com relação ao Dossiê.

Segundo o presidente, os petistas envolvidos no caso cometeram um erro ao pensar que, ao comprar o dossiê, poderiam ajudar o partido a sair vitorioso nas eleições. ‘Mexer com bandido não dá certo em lugar nenhum do mundo’, disse o presidente. (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 26).

Logo após essa citação, a revista apresenta outras duas falas de Lula, a fim de levantar outra hipótese acerca do escândalo até então pouco explorada nas citações utilizadas pelos quatro semanários: o conteúdo do dossiê.

‘Eu quero saber quem deu dinheiro, se teve dinheiro e o que tem nesse dossiê’, anunciou o presidente. (CartaCapital, 27 de setembro de 2006, p. 26).

‘Por que ele (dossiê) valia tanto? Por que tantas pessoas se envolveram numa coisa que para mim não fazia nenhum sentido? Esse dossiê, sendo divulgado ou não, não me ajuda um milímetro na campanha eleitoral’, disse Lula. (CartaCapital, 27 de setembro de 2006, p. 26).

A última citação de Lula utilizada por *CartaCapital* ocorre na edição de 4 de outubro de 2006. Mais uma vez, o semanário destaca uma crítica à e uma justificativa da decisão de evitar o debate eleitoral.

Lula optou por participar do último comício da campanha em São Bernardo do Campo, seu berço político. ‘É fato público e notório o grau de virulência e desespero de alguns adversários que estão deixando em segundo plano o debate de propostas e idéias, para se dedicar, quase exclusivamente, aos ataques gratuitos e agressões pessoais’, escreveu o presidente na carta de recusa enviada à emissora [pela não-participação no debate da TV Globo]. (CartaCapital, 4 de outubro de 2006, p. 22).

b) Ricardo Berzoini

O coordenador da campanha de Lula na ocasião, Ricardo Berzoini, foi citado pelas revistas *Veja* e *CartaCapital* em dois momentos cada. Além disso, as citações ocorreram no mesmo período (nas edições de 27 de setembro de 2006), o que nos dá ainda melhores condições para uma análise comparativa.

Essa fonte também nos dá condições de verificar se, da mesma maneira que o Presidente Lula, houve diferenciações claramente delineadas na escolha das citações e contextos em que suas falas estão colocadas na matéria.

Analisando primeiramente o caso de *Veja*, é possível observar que a revista utiliza estratégia idêntica de inserir a fala de um membro petista em contextos de duras críticas ao partido em argumentações elaboradas de forma a permitir ao próprio redator responder ao argumento apresentado pela fonte, em alguns casos até mesmo desqualificando-o.

Antes de cair, Berzoini fez o mesmo discurso numa entrevista. ‘O PT não tem nenhuma atividade que envolva recursos financeiros para compra de informações’, disse. A falta de conexão com a realidade dos petistas é preocupante: eles não conseguem mais enxergar nem mesmo um bolo de dinheiro vivo no valor de 1,7 milhão de reais. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p.64).

Assim como no escândalo do mensalão, agora também a primeira reação foi de negar qualquer envolvimento com o caso. ‘O PT não faria isso em hipótese alguma’, chegou a dizer Berzoini dois dias antes de ser ele próprio apanhado no esquema. (Veja, 27 de setembro de 2006, p.65).

CartaCapital, por outro lado, reproduz duas falas de Berzoini mostrando o desconhecimento do coordenador da campanha sobre o Caso Dossiê. Em comparação ao posicionamento de *Veja*, *CartaCapital* não faz acusações a Berzoini e, em nenhum momento, recorre às suas falas para aproximá-lo das negociações do dossiê.

A *CartaCapital*, poucas horas antes de ser substituído no cargo pelo Secretário para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, Berzoini disse desconhecer o assunto que havia levado Barjas a contatar a revista *Época*. O ex-coordenador da campanha à reeleição de Lula afirmou ter sido avisado por Barjas na saída de uma reunião, pouco antes de entrar em um elevador. ‘Não sabia qual era o assunto, pensei que era um contato de rotina com a imprensa’, disse o deputado. (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 22).

Também negou ter visto o relatório interno produzido pelo grupo de Lorenzetti. ‘Tive pouco mais de meia dúzia de reuniões com ele durante esse período de campanha’, garantiu. (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 22).

c) Aloízio Mercadante

Assim como verificado na fonte anterior, apenas *Veja* e *CartaCapital* fazem uma citação de Aloízio Mercadante, então candidato ao governo de São Paulo e político diretamente envolvido com as acusações em torno de José Serra, seu oponente direto ao cargo.

Veja traz uma fala de Mercadante no dia 27 de setembro de 2006, data marcada pela maior cobertura ao Caso por parte dos quatro semanários. Mais uma vez, *Veja* não deixa de fazer críticas duras à fonte petista, novamente recorrendo à exposição da citação para respondê-la taxativamente, de modo a desqualificar claramente o que foi exposto pela fonte.

Além disso, pode-se observar também a maneira como a revista introduz a fala do candidato (“Mercadante tentou amenizar o currículo de Lacerda dizendo [...]”). Essa redação já dá uma orientação específica ao leitor, pois explicita uma tentativa da fonte de justificar as características de seu aliado político.

Lacerda [coordenador da campanha de Mercadante ao Governo paulista] entrou no PT há vinte anos pelas mãos do ex-ministro José Dirceu (olha ele aí), a quem conheceu no fim dos anos 80, quando era líder estudantil na Universidade de Campinas. Em 2002, depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, tornou-se uma das principais lideranças petistas do ABC paulista. O próprio Mercadante convidou-o para coordenar sua campanha neste ano. Questionado por VEJA sobre essa escolha, Mercadante tentou amenizar o currículo de Lacerda dizendo que ele ‘já perdeu até um olho na militância’. Pois é, o Pirata de Perna de Pau também perdeu uma perna, tinha um olho de vidro, mas continuou pirata. (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 74).

A voz de Aloízio Mercadante também aparece em *CartaCapital* na mesma data da edição de *Veja*, dia 27 de setembro de 2006. Entretanto, a revista expõe uma fala do candidato em que ele se defende das acusações que o aproximam ao Dossiê. Além disso, antes mesmo da fala de Mercadante, a revista já havia utilizado uma fala de Lacerda – coordenador da campanha de Mercadante – que também isenta o candidato de qualquer participação no esquema da compra de acusações a Serra.

Lacerda afastou-se da campanha de Mercadante e, em nota, isentou o senador de qualquer participação no episódio. ‘Por livre e espontânea vontade, procurei a revista IstoÉ para falar sobre o assunto. O candidato Aloizio Mercadante não soube e nunca foi informado dessa minha iniciativa’, anotou o petista.

Mercadante afirmou que só tomou conhecimento da existência do dossiê contra Serra pela imprensa. ‘Nunca trabalhei dessa maneira. Não trato desse tipo de assunto, abomino e repudio qualquer tentativa de golpe baixo’, disse. (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 22).

d) Tarso Genro

Depois de Lula, que teve citações nas quatro revistas, Tarso Genro foi o político ligado ao PT que mais apareceu nos semanários: em três deles, ao menos uma citação do ministro foi utilizada.

Começando por *Veja*, a revista utiliza a citação de Tarso Genro para demonstrar a suposta estratégia do partido de distanciar o escândalo do Dossiê do Presidente Lula. A fala do ministro é apresentada como parte de uma estratégia política para inocentar o Presidente do caso dossiê.

A outra tática é montar um cordão sanitário em torno do Presidente Lula, dizendo que, se houve algo, ele não sabia de nada. Foi assim no mensalão. É assim agora. 'É uma crise normal, que não atinge em nada o presidente', diz o ministro Tarso Genro. (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 65).

A revista *Época* de 4 de outubro traz também uma citação de Tarso Genro, mas para explicitar o argumento de setores do PT de que é importante voltar a ter um maior diálogo com a oposição após as eleições.

'Passadas as eleições, a primeira coisa a fazer é esquecer as palavras de embate eleitoral e seguir para uma agenda conjunta com a oposição', afirma Genro. (*Época*, 2 de outubro de 2006, p. 32).

CartaCapital, por sua vez, traz duas citações de Tarso Genro, ambas publicadas na edição de 4 de outubro de 2006. As duas falas do ministro fazem uma análise do comportamento dos eleitores, a fim de explicar a maioria de votos a Lula, apesar da crise do Dossiê. Tarso Genro comenta a mudança social do país após o Governo Lula e o descompasso entre o comportamento dos meios de comunicação e a vontade do povo.

'A relação entre o posicionamento da mídia e a vontade do eleitor demonstra haver uma modificação na estrutura social do País', disse a *CartaCapital*. (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 20).

Genro foi destacado pelo Palácio do Planalto para dar explicações sobre o Dossiê. Segundo ele, a política social do primeiro mandato do PT serviu para criar uma nova classe média, mais pobre, porém mais digna e politizada. 'A classe média alta, remediada e acadêmica perdeu muito de sua influência no governo Lula', avalia o ministro. (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 20).

e) Gustavo Hermann

Gustavo Hermann, político do PSB, aliado ao PT e Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, apareceu em duas citações na cobertura ao Caso Dossiê: uma delas em *IstoÉ* e outra em *CartaCapital*. *IstoÉ* citou o político na edição de 27 de setembro, acusando Barjas Negri (prefeito de Piracicaba e ex-secretário executivo de Serra no Ministério da Saúde) de relacionamentos estreitos com o construtor Abel Pereira, também envolvido no escândalo do Dossiê.

IstoÉ, ao contrário dos outros semanários – principalmente *Veja* e *Época* –, destaca exatamente as supostas irregularidades envolvendo aliados do PSDB, presentes no conteúdo do dossiê.

Nos últimos 18 meses, faturaram [as empresas da família de Abel] R\$10,4 milhões, equivalente a 40% de tudo o que a Prefeitura gastou em obras. Fazem desde restaurações de ponto de ônibus até a construção de ginásio de esportes, passando por recapeamento e jardinagem. ‘Essa ação entre amigos é antiga e precisa ser apurada com rigor’, diz o Presidente da Câmara Municipal, Gustavo Hermann. (*IstoÉ*, 27 de setembro de 2006, p. 30).

CartaCapital utiliza uma citação de Gustavo Hermann em um contexto muito similar ao de *IstoÉ*. Nesta ocasião, o semanário comenta as estratégias políticas de Barjas Negri em Piracicaba para não aprovar uma comissão que investigaria supostas irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura. Nesse sentido, *CartaCapital* reproduz uma fala de Hermann corroborando as suspeitas de manobras ilícitas em Piracicaba.

‘Com certeza, o prefeito Barjas Negri articulou com sua bancada para que a comissão não fosse aprovada’, disse o presidente da Câmara Municipal, Gustavo Hermann (PSB), da oposição a Barjas Negri. (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 21).

f) Vanessa Grazziotin (PC do B)

A deputada federal do Amazonas e membro da CPI dos Sanguessugas, Vanessa Grazziotin, também foi citada apenas pelas revistas *IstoÉ* e *CartaCapital*, uma vez por cada uma. Na revista *IstoÉ*, a fala da deputada encontra-se em um contexto de detalhamento das provas relacionadas à compra superfaturada de ambulâncias, que envolvia o Ministério da Saúde à época de José Serra. Este escândalo foi deflagrado antes do Caso Dossiê e a ele é que se referiam vários dos materiais do suposto Dossiê, a fim de prejudicar os tucanos e, principalmente, José Serra. Nesse momento, a revista diz que a Polícia Federal não havia entregado todos os documentos importantes para a CPI, que poderia incriminar membros ligados ao então Ministro da Saúde, José Serra. Nesse sentido, a fala de Grazziotin confirma a tese apresentada.

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi a Cuiabá na última semana e descobriu que vários documentos importantes não foram entregues à CPI. Na lista estão os autos de apreensão feitos nas buscas da PF, que incluem detalhes sobre DVDs, cópias de documentos e material de informática recolhidos. ‘Isso atrapalhou muito o trabalho da CPI’, diz Vanessa (IstoÉ, 18 de outubro de 2006, p. 41).

CartaCapital, da mesma maneira, também utilizará a voz da deputada para comentar as outras provas que estariam em Mato Grosso e que poderiam auxiliar nas investigações de ambulâncias supostamente superfaturadas compradas na gestão de Serra.

‘O que existe na CPI é insuficiente para esclarecer o conteúdo do dossiê’, diz Vanessa Grazziotin. De fato, tudo o que a CPI tem é um envelope conseguido pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), no qual constam recibos, cheques e o DVD do evento de entregas de ambulâncias, em que o governador eleito de São Paulo, José Serra, do PSDB, aparece ao lado de parlamentares ligados à máfia dos Vedoin (*CartaCapital*, 11 de outubro de 2006, p. 31).

g) Márcio Thomaz Bastos

Por fim, a última fonte que encontra correspondência em mais de uma revista é o então Ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos. Novamente aqui, assim como já ocorrido com outras duas fontes petistas, apenas *Veja* (3 citações) e *CartaCapital* (1 citação) dão voz ao Ministro nas matérias referentes ao Caso Dossiê.

Primeiramente, é interessante observar que as três citações presentes em *Veja* foram utilizadas em edições diferentes (27 de setembro, 4 de outubro e 18 de outubro de 2006).

Na primeira ocasião, *Veja* insere a fala do ministro num contexto de duras críticas ao Partido dos Trabalhadores, ressaltando que o partido apenas levava em frente investigações que pudessem prejudicar adversários. Nesse momento, inclusive, a revista comenta que o dossiê elaborado pelo PT era um dossiê falso, fruto “dos dólares usados pelo esgoto sindical do Partido dos Trabalhadores”. Após essa consideração, a revista expõe uma tentativa do PT de deixar Lula livre das acusações. Essa tentativa é exemplificada pela fala de Thomaz Bastos, colocada numa iniciativa prévia de desmoralizar o ministro, iniciativa esta explicitada na apresentação que a revista faz dos argumentos de Thomaz Bastos.

A lógica é apertar o pé no breque e proteger o governo de qualquer revelação comprometedora, como explicou na última sexta-feira, à sua maneira, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: ‘Não se pode condicionar uma investigação policial à lógica e ao tempo de uma campanha eleitoral. Não se pode prejudicar uma investigação para obter um efeito eleitoral.’ De fato, as investigações sobre a origem da dinheirama caminham de forma hermética, lenta e errática (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 76).

As outras duas citações ao ministro utilizadas por *Veja* são idênticas, embora estejam presentes em edições diferentes. Ou seja, nas duas ocasiões, a revista expõe a preocupação do ministro com o fato da trama que envolvia a compra do Dossiê poder prejudicar Lula. Dessa forma, *Veja* explicita essa preocupação nos seguintes contextos:

Por fim, o próprio Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sem conseguir conter-se, telefonou para Geraldo José Araújo, superintendente da PF em São Paulo, para perguntar: ‘Isso respinga no Presidente?’ (Veja, 4 de outubro de 2006, p. 58).

Tão logo Gedimar foi preso, o ministro telefonou para Geraldo José Araújo, superintendente da PF em São Paulo, para perguntar: ‘Isso respinga no Presidente?’ (Veja, 18 de outubro de 2006, p. 58).

Em relação à fala do ministro em *CartaCapital*, a revista também repete a citação, mas com a intenção de enfatizar o comportamento de sua concorrente frente à cobertura ao Caso. *CartaCapital* diz que *Veja* contara uma história atraente, mas sem a preocupação de checar se todas aquelas informações eram realmente verdadeiras. Fica, então, saliente a utilização antagônica da mesma fala.

‘Isso respinga no Presidente?’, teria perguntado Bastos a Araújo, segundo *Veja* [...] A repercussão da história de *Veja* [destacando um encontro entre Freud Godoy – assessor de Lula – e Gedimar Passos, o suposto pagador do dossiê aos Vedoin] mostra, no entanto, apenas o facciosismo com que a imprensa das grandes empresas está contando a história do dossiê. (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 27).

3.2.6.2 Análise das fontes ligadas ao PSDB

Das nove fontes ligadas ao PSDB, apenas o deputado Carlos Sampaio foi citado em mais de um semanário, neste caso, nas revistas *Veja* (1 citação) e *IstoÉ* (1 citação). Em *IstoÉ*, a fala do deputado está presente na edição de 4 de outubro de 2006, quando o semanário

expôs várias investigações que levariam a provas graves contra os componentes do PSDB. É interessante notar que a revista coloca a fala do deputado como se fosse a fala de todo o partido. Carlos Sampaio vai contra o seu próprio partido em relação às investigações sobre o conteúdo do Dossiê.

Até o PSDB admite o que investigar. ‘Independentemente de o Abel ser vinculado ao Barjas ou ao PSDB, não há dúvidas de que ele deve ser ouvido’, disse a ISTOÉ o deputado Carlos Sampaio (SP), sub-relator da Comissão de Inquérito. (IstoÉ, 4 de outubro de 2006, p. 61).

Comparando com a citação utilizada por *IstoÉ*, *Veja* escolhe uma fala diferente do deputado Carlos Sampaio utilizada em um contexto exatamente diverso. Nesse segundo caso, a revista utiliza uma citação do deputado para criticar a falta de agilidade na apuração quanto à compra do Dossiê. Já no primeiro caso, como vimos, *IstoÉ* explicita uma fala do deputado em relação ao conteúdo do Dossiê, o que não mais remeteria a acusações contra o PT, mas contra o próprio partido tucano.

Portanto, a diferenciação de enfoques na utilização de uma mesma fonte, dependendo do veículo em análise.

E o que é mais grave: o mesmo Coaf que tentou esmagar o caseiro Francenildo ainda não forneceu dados às investigações. ‘A PF, que sempre foi uma parceira nas investigações, neste caso específico, no que tange a buscar a origem do dinheiro, já teria elementos para fazê-lo e não fez. Não teve a agilidade que lhe é peculiar’, diz o deputado Carlos Sampaio, do PSDB. (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 78).

3.2.6.3 Análise das fontes não-partidárias

Em números absolutos, como já dissemos, as fontes não-partidárias foram as mais freqüentes nas páginas das quatro revistas em análise. De todas as fontes utilizadas, seis delas encontram espaço em mais de um semanário.

Vejamos cada uma delas mais detalhadamente.

a) Mário Lúcio Avelar

O procurador da República, Mário Lúcio Avelar, esteve presente nas revistas *Época* (1 citação) e *CartaCapital* (3 citações). Na primeira, a fala do Procurador está inserida num contexto em que *Época* desqualifica as acusações presentes em *IstoÉ*, feitas pelos Vedoin contra José Serra e o PSDB. Nesse sentido, Avelar ganha voz para corroborar a insuficiência de provas que envolvia a acusação aos tucanos.

Nela [na revista *IstoÉ*], filho e pai fazem acusações contra Serra e Barjas Negri, secretário-executivo do Ministério da Saúde no período em que Serra era ministro da Saúde, no governo Fernando Henrique Cardoso. ‘Isso aqui (as denúncias) não prova nada’, disse o procurador da República Mário Lúcio Avelar, encarregado das investigações sobre as sanguessugas (*Época*, 18 de setembro de 2006, p. 31).

CartaCapital, por sua vez, cita o Procurador nas edições de 4 de outubro (uma vez) e 18 de outubro (duas vezes). Na primeira ocasião, a revista faz duras críticas a Avelar, destacando, inclusive, que a Polícia Federal o acusara de montar uma armadilha para prender os acusados petistas e, assim, prejudicar o partido às portas do primeiro turno.

Avelar também tratou de pedir, em pleno período eleitoral, a prisão preventiva dos seis petistas envolvidos na compra do dossiê. A Justiça Eleitoral de Mato Grosso acatou o pedido, embora qualquer estudante de Direito saiba que, segundo a legislação eleitoral em vigor, ninguém poderia ser preso desde a manhã de 26 de setembro até 48 horas após as eleições, a não ser em flagrante ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável. ‘A investigação não pode parar por causa do processo eleitoral’, disse (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 24).

Nas outras duas citações, a revista também é dura ao expor as falas de Avelar. Mais do que isso, *CartaCapital* dedica mais de uma página para expor uma biografia desfavorável à Avelar e acusá-lo de querer prejudicar intencionalmente o PT. Nesse contexto é que a revista expõe as duas citações de Avelar, como forma de ilustrar o enunciado de críticas e acusações ao Procurador.

Das duas citações a seguir, a primeira utiliza as falas para destacar um comportamento consciente de Avelar de prejudicar o PT (insinuou; disse, em tom de ironia). Já a segunda delas merece destaque pelo fato de corresponder à mesma utilizada por *Época*. Entretanto, desta vez, a fala de Avelar está envolta num contexto de severas críticas a ele, o que a

diferencia daquela utilizada por *Época*. Assim, podemos verificar que ainda que sejam semelhantes, o contexto de inserção das citações modifica o entendimento do argumento exposto.

No caso do atual dossiê, logo no início da denúncia contra os petistas, Avelar insinuou que o dinheiro para pagamento aos Vedoin era público. Disse, em tom de ironia: ‘Veja bem, estamos falando de um partido político (o PT) que tem o comando do País. Não tem mais nada. Só o país. Pode sair de onde o dinheiro?’. (CartaCapital, 18 de outubro de 2006, p. 26).

Avelar comentou, reclamando de não poder continuar as investigações: ‘Houve um pedido de prisão. A juíza concedeu, mas não pôde prender por causa do período eleitoral. Tem uma investigação. Ela vai ter de parar por causa do processo eleitoral?’. (CartaCapital, 18 de outubro de 2006, p. 26).

b) Geraldo Pereira

Por meio da utilização de mais essa fonte, é possível novamente perceber uma clara diferenciação em relação às citações que cada revista utiliza de determinados entrevistados.

O delegado da PF em Cuiabá, Geraldo Pereira, aparece duas vezes em *Veja*, na edição de 20 de setembro. Nessa edição, a revista dedica-se a mostrar que os Vedoin estavam intencionalmente empenhados em prejudicar o PSDB. As falas de Pereira reafirmam esta intenção, segundo *Veja* explicita, de atacar José Serra e os tucanos.

As conversas telefônicas indicavam que Vedoin estava empenhado em reunir indícios de envolvimento dos tucanos com a máfia das ambulâncias. O superintendente da PF em Cuiabá, Geraldo Pereira, explica que a prisão de Vedoin ocorreu pelo crime de ocultação e venda de provas. ‘Temos mais elementos contra ele’, diz o superintendente. (Veja, 20 de setembro de 2006, p. 67).

‘Essa investigação não começou ontem’. (Veja, 20 de setembro de 2006, p. 67).

Em *CartaCapital*, a citação do delegado acontece na edição de 4 de outubro de 2006. Em clara oposição a *Veja*, o semanário dedica-se a apresentar citações de Pereira contrárias ao pedido de prisão dos envolvidos no caso feito pelo Procurador Mário Lúcio Avelar. Nesse

sentido, a revista faz questão de destacar – utilizando-se da voz do delegado – uma intenção até mesmo eleitoreira nos pedidos de prisão.

A decisão [pedido de prisão] provocou reação do delegado federal, Geraldo da Silva Pereira, que investiga o caso do dossiê em Cuiabá. ‘É muito fácil pedir a prisão num momento em que não se pode cumprir os mandados. Foi uma atitude isolada dele. Repudiamos isso dentro de uma investigação nossa’, reagiu Pereira. Esse é mais um confronto que promete se arrastar até o segundo turno das eleições. (CartaCapital, 4 de outubro de 2006, p. 24).

c) Delegado Edmilson Pereira Bruno

Um dos pilares do escândalo, principalmente da revelação das fotos do dinheiro, foi o delegado Edmilson Pereira Bruno. De todos os semanários, *CartaCapital* é a que mais se dedica à investigação da participação do delegado no Caso, afirmando que, além de entregar as fotos do dinheiro aos jornalistas, ele próprio foi o autor do ensaio fotográfico.

A edição de 4 de outubro é o momento em que a revista dá maior destaque às acusações ao delegado, dedicando duas páginas para a reconstrução dos passos de Edmilson Bruno em sua suposta tentativa de prejudicar o PT. Nesse sentido, a primeira citação do delegado presente em *CartaCapital* representa bem esse contexto de críticas montado pela revista, principalmente pelo fato de a citação estar envolta por outras vozes contrárias ao delegado.

Em entrevista coletiva, no sábado 30, o delegado afirmou não ter agido por motivação política, mas que distribuiu as imagens por se sentir prejudicado pelo afastamento das investigações. ‘Tudo o que fiz foi legal. Fiz porque senti que era a verdade’, disse. O chefe de Bruno, o superintendente em São Paulo, Geraldo Araújo, ironizou: ‘Ele teve seus minutos de fama e isso pode ter subido à cabeça’. (CartaCapital, 4 de outubro de 2006, p. 22).

A segunda fala do delegado em *CartaCapital* também representa essa tentativa da revista em desqualificar o delegado. Isso pode ser observado pela conclusão utilizada após a fala de Bruno: “mentiu outra vez”.

No depoimento, Edmilson Bruno afirmou aos responsáveis pela sindicância que o CD foi levado para uma sala e, lá, teria sumido misteriosamente. ‘Houve um furto’, mentiu outra vez o delegado. (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 23).

A revista *Veja*, por sua vez, na única citação do delegado, não apresenta questionamentos em relação à maneira supostamente pouco ortodoxa como ele distribuiu as fotos do dossiê. Ao contrário, é interessante notar aqui que *Veja* utiliza uma citação da entrevista coletiva de Bruno, a exemplo de *CartaCapital*. Entretanto, as duas citações não apresentam nenhuma relação e, mais ainda, o contexto utilizado por *Veja* remonta a críticas contra o PT, exatamente o oposto de *CartaCapital*.

Em entrevista na última sexta-feira, o delegado Edmilson Bruno, um dos policiais escanteados pela PF, deu pistas sobre o motivo de seu afastamento. ‘O Gedimar disse que o dossiê era muito maior, envolveria todos os partidos políticos e o próprio PT. Em nenhum momento o senhor Gedimar disse que era um dossiê contra o PSDB. Se vocês tiverem acesso aos meus autos, no futuro, verão que ele não fala do PSDB’, afirmou. Na prática, a PF mais esfumaça o cenário do que investiga. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 77).

d) Roberto Romano

O filósofo da Unicamp, Roberto Romano, esteve presente em uma ocasião nas revistas *Veja* e *Época*, ambas expondo a fala de Romano nas edições da mesma semana e abarcadas num contexto de crítica ao PT. Embora as citações sejam diferentes em cada revista, a similaridade se encontra no momento em que Romano expõe suas opiniões. No caso de *Veja*, a situação em que se insere uma fala do filósofo é de duras críticas a Lula, principalmente em relação ao seu perfil populista. Esta situação, aliás, é a que encerra o conjunto de 21 páginas sobre os desdobramentos do Caso Dossiê na edição de 27 de setembro.

‘Toda vez que é cobrado e criticado, Lula volta à cantilena das elites golpistas, da imprensa golpista e apela para a sustentação entre as massas e os movimentos sociais’, afirma Roberto Romano, filósofo da Unicamp. Atiçar a população mais carente, beneficiária direta da bilionária caridade oficial, é uma saída a que Lula poderá recorrer pra tentar blindar-se contra uma eventual ameaça de impeachment – fantasma que continuará a assombrá-lo em um provável segundo mandato. A ele e ao país, infelizmente. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 82).

Na revista *Época*, o filósofo comenta sobre uma metáfora elaborada pela revista a fim de argumentar que, na política, a ética muitas vezes não está em primeiro plano. A intenção do semanário é fazer uma comparação explícita entre a obra “A Decisão”, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, e a suposta falta de ética do PT no Caso do Dossiê.

Nela [na obra], um militante é enviado a um país distante para espalhar a revolução. O protagonista, no entanto, não é capaz de matar, roubar, trair. A revolução não se consuma. De volta, o militante é julgado por um tribunal e condenado. Ser ético, do ponto de vista do interesse partidário, seria um defeito. ‘Segundo essa visão, qualquer coisa pode ser feita para atingir o bem maior, o reino perfeito defendido pelo grupo’, diz o filósofo Roberto Romano, professor de Ética da Universidade de Campinas. (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 31).

As duas citações, como se vê, são utilizadas para apontar supostos desvios de ética do PT e, mais especificamente, de Lula.

e) Lucia Hippolito

A cientista política Lucia Hippolito, a exemplo de Roberto Romano, também aparece uma vez nas revistas *Veja* e *Época*. Novamente nessa ocasião, no entanto, as falas de Hippolito diferem quanto ao conteúdo presente nas revistas, mas, ainda assim, ambas inserem as argumentações da entrevistada em contextos negativos ao PT e, particularmente, ao Governo Lula.

Observando primeiramente a citação em *IstoÉ*, percebe-se uma continuação em torno da mesma temática abordada pelo filósofo Roberto Romano: as características da esquerda mundial. Dentro dessa temática, *Época* destaca a existência no PT de tendências democráticas ao lado do autoritarismo típico das esquerdas do início do século XX. Para isso, a revista utiliza uma consideração de Lucia Hippolito que vem ao encontro da tese apresentada.

No Brasil, o cisma entre a esquerda democrática e a autoritária nunca se deu. Ambas convivem até hoje dentro do PT. ‘Não é que não tenha havido discussão interna’, afirma a cientista política e historiadora Lucia Hippolito. ‘O PT nunca pretendeu virar socialdemocrata. A idéia era instrumentalizar o que fosse possível e continuar a ser o que sempre foi. (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 31).

Já na revista *Veja*, a fala da cientista política insere-se na temática sobre as dificuldades que o Governo Lula terá caso vença as eleições, principalmente relacionadas a aprovações na Câmara e no Senado frente aos escândalos políticos, notadamente o Caso Dossiê. Nesse sentido, a revista destaca uma previsão de Hippolito a respeito do futuro de Lula à frente do país.

O governo terá problemas para aprovar seus projetos, principalmente no início do mandato. ‘Espero um mandato com muita medida provisória, com o Congresso decidindo tudo em cima da hora por falta de articulação política. O governo é fraco em articulação política e está sem articuladores’, prevê a cientista política Lucia Hippolito. (*Veja*, 4 de outubro de 2006, p. 68).

f) Jornalista Alberto Dines

Por fim, a última fonte não-partidária presente em mais de uma revista é o jornalista Alberto Dines, citado duas vezes em *Época* e uma vez em *CartaCapital*. Interessante observar na comparação entre as duas revistas que ambas trazem falas de Alberto Dines contrárias ao PT. No caso de *CartaCapital*, mais curioso ainda é observar que ela expõe uma citação do entrevistado contrária à própria reportagem da revista publicada anteriormente.

Na segunda-feira 16, Alberto Dines, que encampa o Observatório da Imprensa, discorda da conclusão da reportagem de *CartaCapital*, que diz ser ‘um exemplo da arte de sofismar’: ‘A trama que levou ao segundo turno não foi articulada pela grande mídia. Foi engendrada pelos trapalhões do PT e agravada pela manobra dos trapalhões do governo de impedir a publicação das fotos. No meio de tantas trapalhadas e trapalhões, a mídia entrou com sua cota-parte. Mínima, se comparada com o crime eleitoral que se quis perpetrar. (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 30).

Entretanto, *CartaCapital* não deixa de colocar um contraponto ao final da fala de Dines, expondo que, no mesmo site de notícias – o Observatório da Imprensa – há cientistas políticos e jornalistas que discordam da idéia de Alberto Dines, por exemplo, Luiz Weis.

Em relação à revista *Época*, a primeira citação do jornalista ressalta críticas à revista *IstoÉ*. Entretanto, estas críticas vêm conjugadas aos destaques negativos que o semanário faz na matéria de uma suposta troca de interesses entre *IstoÉ* e o governo petista.

O caso está sob investigação da Polícia Federal, que suspeita que o PT tenha pagado pela publicação da reportagem que prejudicaria os tucanos. ‘Há dois anos a IstoÉ vem fazendo o inominável’, diz Alberto Dines, fundador do site de crítica de mídia Observatório da Imprensa. Uma das principais acepções de ‘inominável’, no jornalismo, é misturar conteúdo editorial com interesse comercial. (Época, 25 de setembro de 2006, p. 32).

Por fim, a última citação de Dines reforça esta intenção da matéria de aproximar os interesses de Lula na publicação de provas contra Serra e *IstoÉ*, com a veiculação de uma entrevista exclusiva com os Vedoin. Nessa direção, a exposição de Alberto Dines em *Época* vem a corroborar um suposto acordo entre o PT e a revista *IstoÉ*.

A Editora Três, que publica a IstoÉ, passa por uma fase de dificuldades financeiras. ‘O governo tentou peitar a imprensa e agora mostra que a considera venal, senão não teria atacado uma empresa em estado falimentar’, diz Alberto Dines. (Época, 25 de setembro de 2006, p. 32).

Portanto, assim como verificado nas fontes políticas (petistas e peessedebistas), as vozes não-partidárias coincidentes são apresentadas de maneira marcadamente distintas pelos semanários, principalmente quando contrastamos as revistas *Veja* e *Época* de um lado e *IstoÉ* e *CartaCapital* de outro. Embora as falas reproduzidas pelas revistas sejam diferentes, a percepção de estratégias distintas na montagem dos enquadramentos se dá pelas escolhas que cada revista faz. Ou seja, todo semanário tem à disposição diversas opções de falas, sejam elas obtidas por meio de entrevistas coletivas ou exclusivas. No entanto, a escolha dessas citações dá-nos condições de perceber diferenças marcadamente opostas no tratamento às mesmas fontes.

3.2.7 Verbos de dizer e sua influência no enunciado

Observando-se todas as citações presentes nas quatro revistas semanais, aplicamos uma análise aos “verbos de dizer” empregados para apresentar ou fechar uma citação a respeito do Caso Dossiê. O objetivo é verificar a maneira como cada semanário introduz ou conclui as falas das fontes utilizadas, visualizando como esta introdução ou conclusão

contribuiu para a criação de um contexto específico, seja de crítica ou apoio a determinados políticos ou partidos.

A opção por analisar as fontes de maneira comparativa revela-se pela possibilidade de verificar a diferença de utilização desses verbos dependendo do veículo em questão, observando-se principalmente as alterações quanto aos tipos de fontes em destaque.

TABELA 11 – Principais “verbos de dizer” nas revistas semanais

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Fontes do PT	(prevê um petista, repete, chegou a dizer, diz, disse, recomendou, contou, afirma)	(sentenciou o deputado, prosseguiu, manifestou, diz)	(perguntou Lula, disse, afirma, diz)	(diz, disse, garantiu, anotou, afirmou, anunciou, avaliou, escreveu, ironizou, avisado, teria perguntado)
Fontes do PSDB	(declarou, diz)	(disse o deputado, reagiu)	(disse, afirma, afirmou, escreveu)	Não há citações do PSDB
Fontes não-partidárias	(diz, chegou a dizer)	(diz, disse, relata, acusa, lembra, completa, conclui, declarou, afirmou, assegura)	(disse, diz, afirma, escreveu)	(afirma, avaliou, respondeu, disse, reagiu, diz, ironizou, definiu, emendou, comentou, mentiu outra vez, alega, pergunta, escreveu, publicou, falou, discorda, classificou, observa)

A análise dos “verbos de dizer” empregados pelas quatro revistas evidencia-nos uma grande similaridade de estratégia textual. A grande maioria das citações é precedida ou sucedida do verbo dizer (diz, disse, dizia), o que, segundo Fiorin (2002), expressa a maior forma de neutralidade na atribuição do discurso das fontes. Outros verbos recorrentes nos semanários foram aqueles classificados por Marcuschi (1982, p. 18) como indicações de opiniões oficiais. Neste grupo, entrariam os verbos afirmar, declarar, manifestar e outros tantos.

Entretanto, em algumas ocasiões, a revista *CartaCapital* foi a responsável pela utilização de verbos que, de acordo com Marcuschi (1982), entrariam na classificação descrita pelo autor como tomada de posição diante de outra opinião e a utilização de contra-argumentos. Os quatro verbos utilizados pelo semanário que denotam esta tendência são: reagiu, ironizou (utilizado em duas ocasiões), discorda e mentiu. Este último, principalmente, revela uma forte tomada de posição da revista diante da citação, dando uma clara orientação de leitura ao receptor.

Contudo, a utilização de alguns “verbos de dizer” que indicam pré-concepções às citações (mente, desvia, despista, ironiza etc) não é uma tendência recorrente na cobertura ao Caso Dossiê.

3.3 As imagens do Dossiê

Após a análise dos tipos de fontes utilizadas e do conteúdo das mensagens proferidas por elas, faremos um estudo das fotos presentes nas quatro revistas semanais. Como já dito anteriormente, as observações a que nos dedicaremos têm a intenção de trabalhar apenas com as fotos, não considerando as imagens manual ou eletronicamente produzidas ou ainda ilustrações artísticas elaboradas principalmente nas capas dos semanários. Dessa maneira, procuraremos abordar como as fotos relativas ao Caso Dossiê complementam os contextos criados em torno das citações às fontes jornalísticas, servindo como apoio estrutural às mensagens descritas nas matérias.

Para a aplicação desta análise, elaboraremos duas categorias específicas: as fontes do dossiê (fontes políticas e não-partidárias fotografadas) e as imagens do dinheiro, que se tornou uma das mais intensas trocas de farpas entre os veículos de comunicação. É importante

destacar que, juntamente com as fotos, abordaremos a utilização das legendas como ancoragem da mensagem visual veiculada.

Primeiramente, para perceber como as fontes jornalísticas estiveram presentes visualmente nas revistas semanais, construímos duas tabelas que nos dessem condições de verificar a ocorrência dos recursos imagéticos das fontes e, além disso, visualizar se esses recursos – junto às legendas – estão em contextos de críticas ou elogios a candidatos ou partidos políticos.

TABELA 12 – Fotos das fontes do Dossiê – Dados gerais

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
N ^o de fotos das fontes do PT	22	0	13	12
N ^o de fotos das fontes do PSDB	5	7	2	3
N ^o de fotos das fontes políticas sem ligação com PT ou PSDB*	0	0	0	1
N ^o de fotos das fontes não-partidárias	2	3	4	18
N ^o de fotos dos Vedoin	4	3	1	1

* Todas as fotos dessas fontes não apresentam críticas ao PT ou ao PSDB, envolvidos diretos no Caso Dossiê.

TABELA 13 – Contexto das fotos do Dossiê

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
Fotos de fontes do PT – contexto de crítica ao PSDB ou defesa ao PT	0	0	3	8
Fotos de fontes do PT – contexto de crítica ao próprio partido	22	0	10	4
Fotos de fontes do PSDB – contexto de crítica ao PT ou defesa ao PSDB	5	0	2	0
Fotos de fontes do PSDB – contexto de crítica ao próprio partido.	0	7	0	3
Fotos de fontes não- partidárias – contexto de crítica ao PT	2	0	4	4
Fotos de fontes não- partidárias – contexto de crítica ao PSDB	0	3	0	14
Fotos dos Vedoin – crítica ao PT	4	0	1	0
Fotos dos Vedoin – crítica ao PSDB	0	3	0	0
Fotos dos Vedoin – sem crítica aos partidos	0	0	0	1
Total – críticas ao PT	33	0	17	8
Total – críticas ao PSDB	0	13	3	25

Como podemos notar no somatório das fotos utilizadas pelas revistas, há um comportamento consideravelmente contrastante. Se compararmos *Veja* e *IstoÉ*, por exemplo, ambas apresentam características distintas na escolha de fotos dos partidos. *Veja* opta por divulgar apenas duas fotos do PSDB, sendo que ambas destacam críticas ao Partido dos Trabalhadores e 22 fotos do PT, com críticas ao partido de Lula. Por outro lado, *IstoÉ* não dá espaço para fotos do PT, expondo apenas sete fotos de membros do PSDB, todas com críticas a tucanos. Assim, a presença das fotos nas quatro revistas e, especificamente, o contexto em que elas foram utilizadas junto às legendas revela um comportamento semelhante à escolha das citações, ou seja, enquanto em *Veja* e *Época* predominam críticas ao PT e a Lula, em *IstoÉ* e *CartaCapital* verificamos grande recorrência de situações exatamente opostas.

a) Revista *Veja*

Primeiramente, observando o caso da revista *Veja*, nota-se uma prevalência na exposição de fotos de membros ligados ao PT, ou seja, das 33 fotos das fontes partidárias e não-partidárias, 22 referem-se a imagens petistas ou cerca de 65 % do total. Além disso, todas as fontes petistas são utilizadas em contextos de críticas ao próprio partido de Lula.

A imagem presente na edição de 27 de setembro de 2006 é um claro exemplo desse contexto, ainda mais quando conjugada à legenda enfaticamente contrária ao Partido dos Trabalhadores, como se vê:



Figura 16 – Companheiros de viagem: Lula (4), com os companheiros em 2002. Mercadante (1), que perdeu um assessor no Caso do Dossiê; o homônimo de Bob Marques (2), sombra de Dirceu (3); Freud Godoy (5), segurança caído; Palocci (6), o da violação do sigilo do caseiro; e Gilberto Carvalho (7). (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 61)

Outro exemplo que nos dá a dimensão das críticas ao PT por meio das fotos é a edição de 25 de outubro de 2006, que traz uma foto desfavorável no tamanho de quase uma página do ex-assessor de Lula, Freud Godoy, aliada a uma legenda indicando os vários petistas envolvidos na suposta compra do Dossiê.

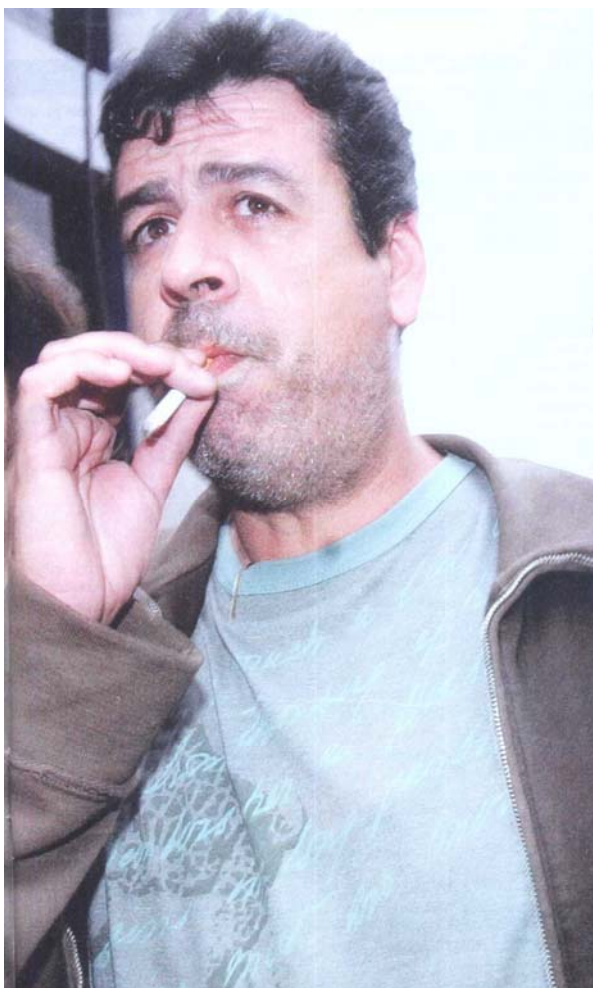
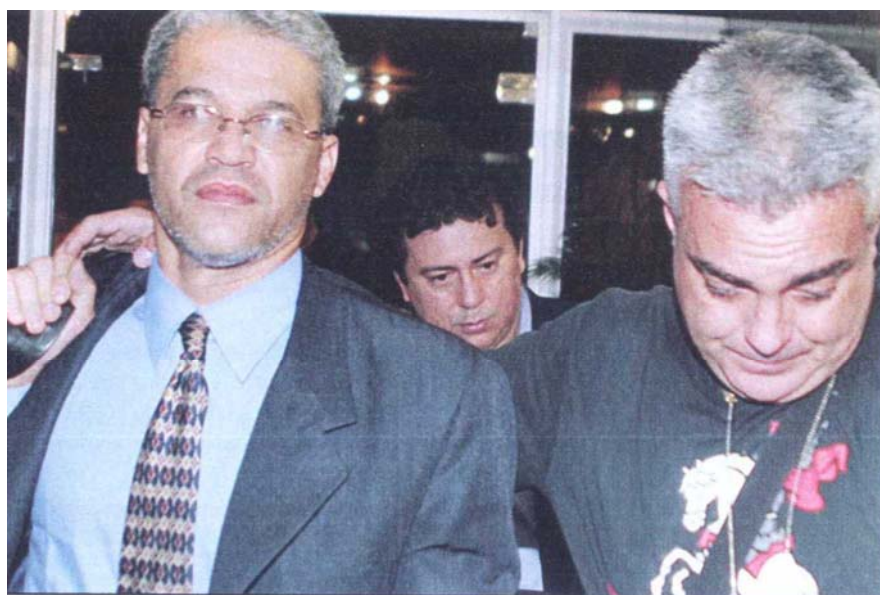


Figura 17 – Freud Godoy (ao lado) e o presidente licenciado do PT, Ricardo Berzoini. O primeiro voltou ao rol de suspeitos no episódio do dossiê; o segundo está cada vez mais enrolado. Outra novidade no caso é o envolvimento de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Lula. (*Veja*, 25 de outubro de 2006, p. 69)

Além de todas as fontes petistas serem utilizadas em contextos de críticas ao partido, as cinco fotos de políticos do PSDB também são colocadas em contextos de crítica ao PT, muito embora os tucanos não tenham ganhado destaque nas imagens veiculadas por *Veja*.

Entretanto, merece atenção também o fato de que as duas fotos de fontes não-partidárias são referentes a Gedimar Passos, empresário ligado ao PT e supostamente envolvido no Caso Dossiê. Nesse sentido, as imagens buscam aproximar as fontes do escândalo de Lula e do PT. Como exemplo, pode-se observar a edição de 27 de setembro, quando a revista destaca o ex-agente Gedimar Passos, seguida de uma legenda que claramente o aproxima do PT. Ou seja, as fotos não-partidárias têm toda a intenção de mostrar o esquema de compra dos documentos pelo Partido dos Trabalhadores e não propriamente pessoas relacionadas ao PSDB e ao suposto esquema de corrupção na época de Serra no Ministério da Saúde.



O COMEÇO DE TUDO

O ex-agente Gedimar Passos (à esq.) e, atrás dele, o empreiteiro Valdebran Padilha: com a queda deles, começou o dominó de demissões de petistas

Figura 18 – (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 65)

b) Revista *Época*

Analisando as fotos veiculadas por *Época*, é possível verificar uma semelhança em relação à revista *Veja*, já que, das 13 fotos de fontes petistas, 10 foram inseridas em contextos de crítica ao partido. Outro ponto em comum nas imagens de *Época* e *Veja* é que as fotos de políticos do PSDB são utilizadas para criticar a relação do PT com a compra do Dossiê. Embora *Época* tenha veiculado apenas duas fotos de peessedebistas, ambas seguem a tendência de crítica ao PT.

A edição de 25 de setembro de 2006 ilustra bem essa diferença de tratamento dada às fontes de membros do Partido dos Trabalhadores em relação aos políticos do PSDB. Na página 32 dessa edição, por exemplo, Aloízio Mercadante é fotografado em campanha e sua foto está acompanhada de uma legenda que o aproxima ao escândalo do Dossiê. Já na outra página, há uma foto de Serra, também em campanha, mas com sua imagem atrelada a uma legenda que o isenta do Caso.

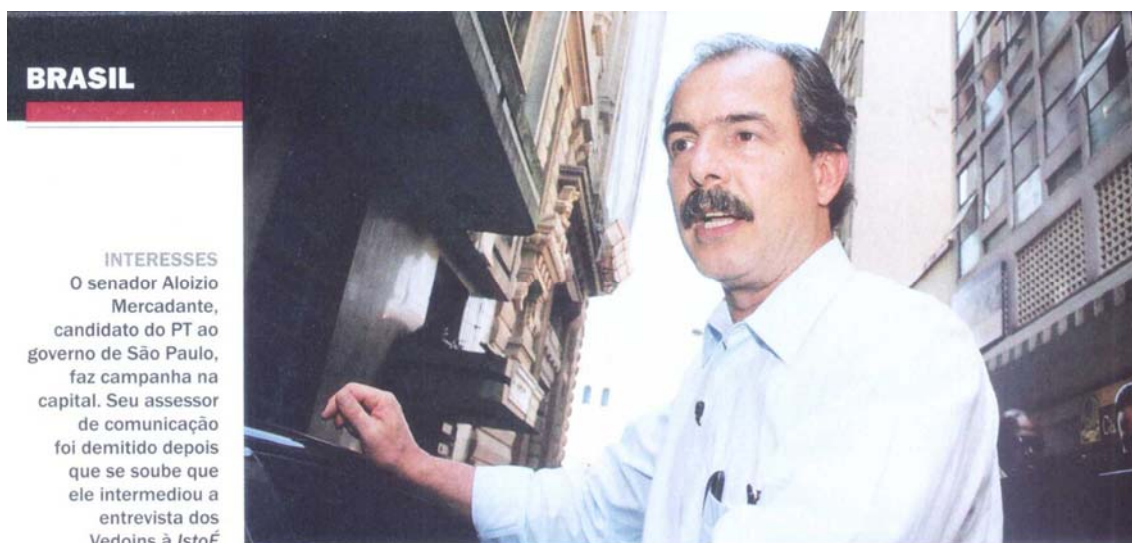


Figura 19 – *Época*, 25 de setembro de 2006, p. 32



Figura 20 – *Época*, 25 de setembro, p. 33.

Ainda em relação à *Época*, é interessante observar que o semanário é o único a enfatizar fotos de cientistas políticos e estudiosos em eleições. Também na edição de 25 de setembro, *Época* traz imagens de três dessas personalidades, seguidas de trechos a respeito da influência que o Dossiê poderia trazer ao segundo mandato de Lula.

Nessa ocasião, as três fontes em destaque abordam apenas aspectos negativos do candidato Lula, seguindo, aliás, tendência já comentada em oportunidades anteriores .



Figura 21 – *Época*, 25 de setembro de 2006, p. 32-33

No entanto, atentando-se ao conjunto das fotos, a revista *Época* dá menos atenção ao recurso fotográfico na cobertura às fontes do Dossiê, utilizando apenas 19 fotos de fontes (políticas ou não), quase a metade das ocorrências em *Veja* e *CartaCapital*.

c) Revista *IstoÉ*

A exemplo de *Época*, a revista *IstoÉ* também dá menos destaque às fotos das fontes ligadas ao Caso Dossiê, veiculando no total apenas 13 fotografias e sendo, portanto, a revista com menor presença destas, embora tenha dedicado mais páginas ao Caso do que *CartaCapital* e *Época*, só perdendo para *Veja*.

Ainda assim, comparando-se as imagens presentes em *IstoÉ* às duas revistas já analisadas, percebemos uma diferenciação evidente na escolha dos personagens a serem fotografados e, principalmente, no contexto em que as fotos foram colocadas. A revista não veicula nenhuma imagem de fontes petistas nas páginas que comentam o Caso Dossiê. Por outro lado, as 7 fotos apresentadas de políticos do PSDB estão colocadas num contexto de crítica aos tucanos, abordando justamente um enquadramento esquecido nas fotos de *Veja* e *Época*: o conteúdo do Dossiê. Nesse sentido, ganham destaque as imagens referentes a José Serra e Barjas Negri, já que eles são os únicos atores políticos presentes nas fotos. Das 7 imagens existentes, duas delas destacam apenas Serra, outras duas mostram José Serra e o ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, e, por fim, 3 fotos expõem apenas Negri, sendo duas junto a Abel Pereira, empresário acusado de ser o operador das compras de ambulâncias superfaturadas.



Figura 22 – EM DUPLA. Serra teve Barjas Negri como secretário executivo e depois o fez seu sucessor no Ministério da Saúde. (*IstoÉ*, 20 de setembro de 2006, p. 31)

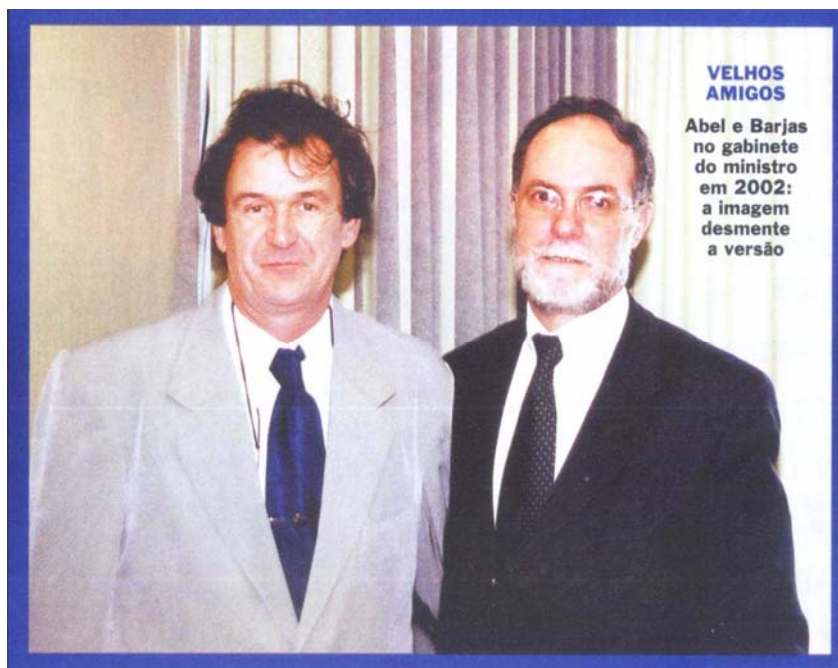


Figura 23 – *IstoÉ*, 1º de novembro de 2006, p. 47

Além das fotos de fontes ligadas ao PSDB, é importante verificar que as 3 fotos de fontes não-partidárias são referentes ao empresário Abel Pereira, numa tentativa clara da revista em aproximar sua abordagem ao conteúdo do Dossiê, o que supostamente apontaria um relacionamento ilegal entre Abel e José Serra.



Figura 24 – CERCO. Abel terá que explicar o destino do dinheiro que foi entregue a ele pelos Vedoin. (*IstoÉ*, 11 de outubro de 2006, p. 55)

Por essa razão, nota-se uma clara distinção no comportamento de *IstoÉ* em relação à *Veja* e *Época* no que diz respeito à escolha das fotos que figuram em suas reportagens ao Caso Dossiê.

d) Revista *CartaCapital*

A exemplo de *Veja*, *CartaCapital* também utilizou grande quantidade de fotos de fontes relativas à cobertura do Caso Dossiê, num total de 34. A primeira tendência observada na revista *CartaCapital* foi a grande utilização de imagens petistas em contextos de críticas ao PT. Ainda assim, as imagens de petistas para criticar o partido tucano foram o dobro do verificado nas críticas ao PT.

Além disso, se analisarmos mais atentamente as imagens, veremos que todas as fotos petistas que apresentam críticas ao próprio partido foram apresentadas na edição de 27 de setembro de 2006, momento em que a revista condena a ação de membros do PT. Contudo, em nenhum momento, o semanário aproxima a ação do candidato Lula. Pelo contrário, todas as fotos expõem apenas membros do partido com legendas destacando um distanciamento do problema do Presidente e de Aloízio Mercadante. Na edição de 27 de setembro, inclusive, o semanário reproduz também uma foto de Lula condenando o episódio.



Figura 25 – O presidente classificou o episódio de “abominável”.
(*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 21)



Figura 26 – (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 20)

Já as fotos de fontes petistas em contexto de crítica ao PSDB ou de defesa do PT estão muito mais relacionadas à isenção de culpa de Lula e Mercadante do que propriamente a acusações ao PSDB. Em relação às críticas, *CartaCapital* se dedica a desqualificar enfaticamente as matérias veiculadas por *Veja* e pela TV Globo, dizendo se tratarem de esquemas previamente montados na tentativa de prejudicar o candidato Lula.



Figura 27 – (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 24)



Figura 28 – (*CartaCapital*, 25 de outubro de 2006, p. 25)

Outra característica curiosa da cobertura fotográfica de *CartaCapital* é a utilização de três fotos de políticos do PSDB. Embora o semanário não tenha utilizado nenhuma citação de membros tucanos (ver tabela 2), *CartaCapital* recorre a duas fotos de Serra e uma do

presidente do PSDB, Tasso Jereissati, para destacar aspectos negativos do partido e, novamente, trazer à tona o conteúdo do Dossiê.



Figura 29 – (*CartaCapital*, 27 de setembro de 2006, p. 22)

Por fim, outro dado relevante é a grande presença de fotos de fontes não-partidárias para demonstrar aspectos negativos do PSDB e defesas a Lula. No total, *CartaCapital* utiliza 14 fotos para ressaltar fontes sem ligação partidária que pudessem estar inseridas em situações favoráveis ao PT e críticas ao PSDB. Uma dessas fontes, inclusive, só foi veiculada por *CartaCapital*. Trata-se do delegado da Polícia Federal, Edmilson Bruno, que aparece em 3 fotos no semanário, destacando supostas motivações partidárias do delegado na exposição do Caso Dossiê e na divulgação do dinheiro do escândalo.



Figura 30 – (*CartaCapital*, 11 de outubro de 2006, p. 31)



Figura 31 – PREOCUPAÇÃO. "Tem de sair no Jornal Nacional", exigiu o delegado Bruno ao entregar as fotos do dinheiro. (*CartaCapital*, 18 de outubro de 2006, p. 21)

e) As imagens dos Vedoin

Para encerrar a análise, devemos comentar a grande presença de fotos de Luiz Antônio e Darci Vedoin, principalmente nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Entretanto, a utilização dessas fontes nas duas revistas ocorreu de maneira oposta, já que *Veja* veiculou quatro fotos dos Vedoin em contextos de críticas ao PT e *IstoÉ*, ao contrário, publicou três fotos em situações de acusação aos tucanos, como se observa nos exemplos a seguir.

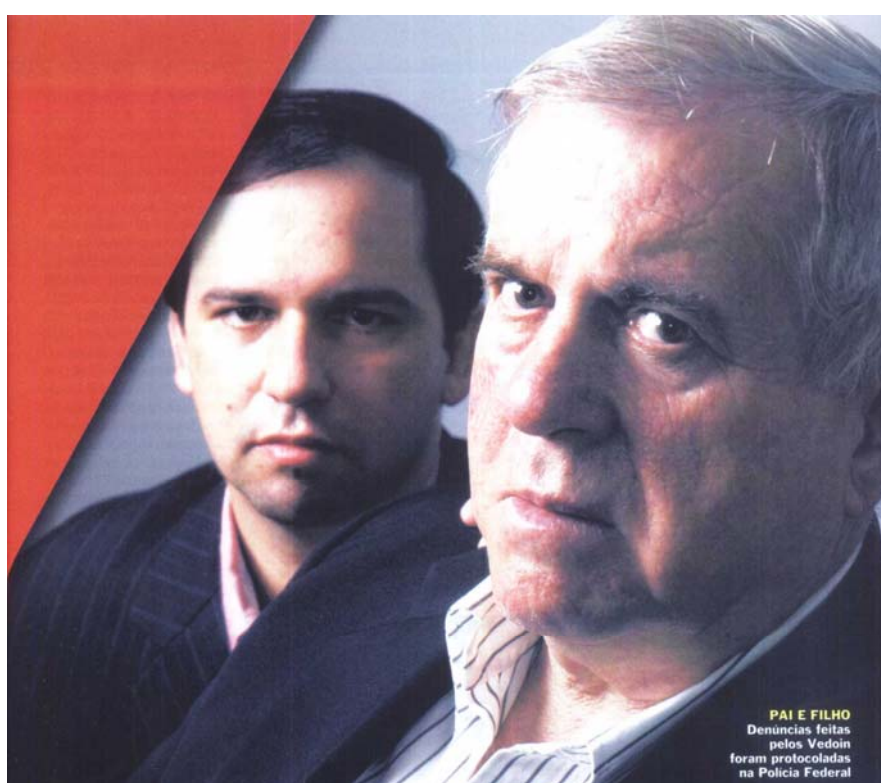


Figura 32 – PAI E FILHO. Denúncias feitas pelos Vedoin foram protocoladas na Polícia Federal. (*IstoÉ*, 20 setembro de 2006, p. 29)

**CLIMA DE DESCONFIANÇA**

Darci, o pai, e Luiz Antônio, o filho: a família Vedoin queria vender o dossiê, mas estava desconfiada de que poderia levar um calote do PT

Figura 33 – (Veja, 27 setembro de 2006, p.64)

f) Fotos do dinheiro

Uma das grandes polêmicas – se não a maior – envolvendo a cobertura ao Caso Dossiê foi a divulgação das fotos do dinheiro que seria usado para a compra dos documentos contra José Serra. Por essa razão, realizamos uma análise das edições das quatro revistas para verificar a intensidade dessas imagens em cada um dos semanários e o contexto em que elas estiveram inseridas. Embora esta análise não se atenha especificamente às fontes, a visualização da maneira como as fotos do dinheiro foram veiculadas nos dá uma melhor condição para avaliar a proximidade ou não de cada uma das revistas das fontes políticas oficiais. Isso porque a divulgação das fotos do dinheiro transformou-se num forte trunfo do PSDB contra o Partido dos Trabalhadores, uma vez que a imagem serviria aos eleitores como uma prova do suposto crime eleitoral cometido pelos petistas.

TABELA 14 – As fotos do dinheiro

	Veja	IstoÉ	Época	CartaCapital
N ^o de fotos do dinheiro	3	0	1	2
Contexto de acusação ao PT ou defesa ao PSDB	3	0	1	0
Contexto de acusação ao PSDB ou defesa ao PT	0	0	0	2

A tabela 14 indica uma oposição de comportamento entre as revistas, principalmente se observarmos os casos de *Veja* e *CartaCapital*. A primeira veicula três grandes fotos do dinheiro, ganhando um destaque muito grande nas matérias. Para se ter uma idéia, a edição de 4 de outubro dedicou toda a metade superior das páginas 58 e 59 para publicar tais imagens. Junto a elas, é interessante verificar também a presença de uma foto de Mercadante, vislumbrando um conjunto visual – complementado pela legenda – de crítica ao PT.

A exemplo desta edição, *Veja* dedica, em 18 de outubro de 2006, quase uma página para destacar três fotos juntas referentes ao dinheiro e relacioná-lo enfaticamente a Mercadante.



Os reais e os dólares (acima) que estavam presos e que foram entregues a eles por um assessor do candidato ao governo de São Paulo Aloizio Mercadante (ao lado). O PT tentou esconder as imagens por meio de limpar

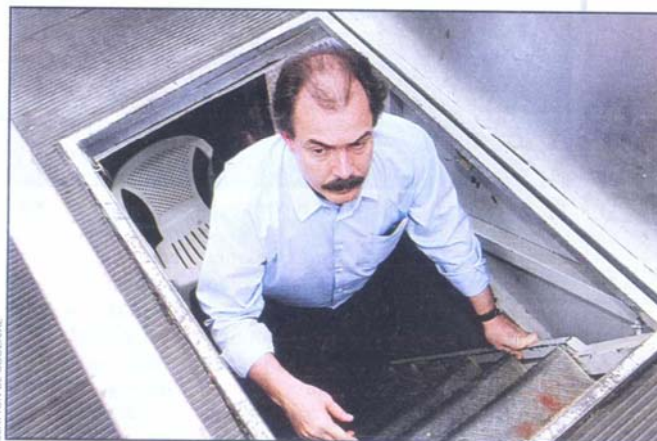


Figura 34 – (Veja, 4 de outubro de 2006, p. 58-59)

De maneira exatamente oposta, *CartaCapital* dá espaço para as fotos do dinheiro em duas ocasiões: nas edições de 4 e 18 de outubro de 2006. Entretanto, o contexto de publicação das fotos refere-se às críticas da revista quanto à perseguição ao PT por parte da imprensa, notadamente *Veja* e TV Globo. Nesse sentido, mais do que um ataque aos tucanos, a

exposição das fotos ataca os veículos de comunicação e desvincula as imagens do PT ou mesmo do Presidente Lula.



O CLÍMAX. A menos de 72 horas do voto, as imagens do dinheiro na mídia

Figura 35 – (*CartaCapital*, 4 de outubro de 2006, p. 20)

A revista *Época*, por sua vez, segue a mesma tendência de *Veja* na única ocasião de publicação de uma foto: 2 de outubro de 2006. Entretanto, o destaque da imagem é bem menor e as críticas ao PT apresentam menor intensidade, ainda que a legenda conecte o escândalo ao Partido dos Trabalhadores, com os dizeres: “Dinheiro apreendido pela polícia com os militantes acusados de comprar o suposto dossiê contra Serra. A PF está perto da origem dos dólares, mas afirma ter poucas pistas sobre os reais”.

Finalmente, a escolha de *IstoÉ* de não publicar as fotos se não revela uma defesa do PT e de Lula, ao menos distancia-se da intenção de *Veja* e *Época* de enfatizar a divulgação das fotos com legendas que indicassem uma proximidade do fato do Presidente Lula e do candidato ao governo paulista, Aloizio Mercadante.

4. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Ancorado nos levantamentos de dados quantitativos e análise descritiva realizados em torno da presença das fontes e utilização das citações nas revistas semanais, torna-se possível, enfim, verificar quais foram os papéis desempenhados por essas fontes na cobertura ao Caso Dossiê realizada pelas quatro revistas semanais.

Entretanto, partindo desse caso, acreditamos ser possível, posteriormente, ir além das interpretações específicas, fazendo considerações a respeito do papel das fontes no jornalismo contemporâneo e, mais ainda, como a escolha delas torna-se elemento definidor dos enquadramentos dados pelos veículos de comunicação.

4.1 Comportamentos distintos e similares

Olhando para o todo das investigações quantitativas, e não mais separadamente por categorias, torna-se possível realizarmos um mapeamento claro das características adotadas pelas revistas semanais que evidenciam comportamentos singulares dependendo do veículo em destaque.

Por meio da recorrência às fontes e, mais especificamente, das lógicas de seleção e citações utilizadas, é possível pontuar algumas características que demonstram as particularidades de cada revista semanal.

4.1.1 Os contextos de utilização das citações

Os procedimentos adotados para a análise das fontes mostraram quão complexa é a realização de um estudo que nos dê a orientação das revistas na escolha dessas fontes. Isso porque, mais do que apenas descrever quem são as personagens ouvidas nas páginas envolvendo o escândalo do Dossiê, é necessário analisar também a quantidade de citações utilizadas, o conteúdo das citações e, finalmente, o contexto em que foram veiculadas.

Nessa última etapa é que reside a mais sólida evidência dos direcionamentos jornalísticos dependendo da fonte em questão. E é neste momento também que nos deparamos com a questão-chave do enquadramento: analisar os enfoques e a situação em que determinado fato está inserido em um veículo de comunicação comparativamente a outro veículo.

Durante as análises quantitativas, o estudo utilizou diversas vezes o termo “contexto das citações”. Neste momento, faz-se então necessário aproximar os dois conceitos: contexto e enquadramento. Contexto é tudo aquilo que o conjunto do texto sugere e enquadramento, por sua vez, também se caracteriza pelos recortes de uma realidade realizados pelo autor e concretizados no conteúdo textual. Embora Stephen Reese (2001) não tenha se dedicado a essa tarefa de aproximação conceitual entre contexto e enquadramento, suas considerações referentes ao último termo nos dão condições de visualizar algumas semelhanças. Para Reese, (2001, p. 11), enquadramento é o resultado da combinação de vários elementos, como interesses específicos, visões do comunicador, das fontes, a cultura em que estão inseridas. Tudo isso transforma-se num combinado de maneira a dar uma interpretação coerente para o mundo. Esse também é o significado do contexto, ou seja, o resultado de todos os processos individuais e coletivos do comunicador que resultam numa maneira específica de abordar algum assunto.

Ainda na tentativa de aproximar contexto e enquadramento, podemos observar o que destaca Michel Maher (2001, p. 86) em relação aos enquadramentos. Segundo o autor, a observação ao enquadramento significa analisar os elementos microcósmicos presentes numa mensagem junto à visão macrocósmica do comunicador, ou seja, visualizar as intenções do jornalista ao inserir dado enunciado dentro de um texto específico.

Stephen Reese (2001), ao salientar as características do enquadramento, o faz de maneira que seja possível visualizarmos uma proximidade entre os termos enquadramento e contexto. Para o autor, enquadramentos são princípios de organização presentes num determinado enunciado que estruturam certos significados do mundo social.

Posto isso, fica evidente que analisar o contexto em que certas fontes e citações foram utilizadas significa chegarmos próximo aos enquadramentos revelados pela análise dos textos.

Nesse sentido, atendo-nos às análises quantitativas já empregadas, procuraremos identificar os enquadramentos coincidentes ou distintos relativos ao Caso Dossiê dependendo da revista semanal de informação em destaque.

4.1.2 Partidarização dos meios

27 de setembro de 2006. Pode-se dizer que, a partir dessa data, principalmente após a veiculação de uma entrevista dos Vedoin à *IstoÉ*, tem início a cobertura ao Caso Dossiê dos Sanguessugas. E é exatamente a partir desse momento que começam também a surgir enquadramentos conflitantes nas revistas semanais. As tabelas 3 e 4, por exemplo, demonstram pontualmente essas diferenças nas utilizações de fontes políticas em críticas ou defesas a determinados partidos ou candidatos. Das 18 citações de fontes petistas presentes em *Veja*, 13 são utilizadas para críticas ao Partido dos Trabalhadores e as outras 5 são citações sem acusação aos partidos políticos ou candidatos. A revista *Época*, por sua vez, também dedica algumas citações para criticar o PT, ainda que as falas sem acusação predominem. No entanto, assim como *Veja*, nenhuma das citações dedica-se a apontar aspectos negativos do PSDB.

Em contraposição, *CartaCapital* e *IstoÉ* assumem posicionamentos exatamente opostos, empregando as vozes das fontes para duras críticas ao PSDB e seus correligionários. Quanto às citações de fontes tucanas, percebe-se o mesmo comportamento, ainda que a quantidade desse tipo de fonte seja reduzida. Entretanto, a tabela 4 destaca um dado que deve ser detidamente analisado: a ausência total de fontes do PSDB nas páginas da revista *CartaCapital*. Como evidenciado também na tabela 13, há apenas três fotos de membros do partido veiculadas pela revista (todas elas utilizadas pejorativamente ao PSDB), mas nenhuma citação foi divulgada.

De acordo com vários analistas do enquadramento, é importante que os estudos voltem-se não apenas às características presentes em determinados veículos de comunicação, mas também aos sileciamentos, às não-publicações, que nos revelam importantes caminhos para se chegar aos enquadramentos propostos. Como diz Robert Entman (1993), enquadrar é deixar algo mais saliente no texto, é escolher aspectos da realidade tornando-os mais visíveis que outros elementos. E esta definição aplica-se também na escolha das fontes e das citações destas, uma vez que, como já dissemos, as fontes são um dos elementos mais importantes e definidores do discurso jornalístico. Como diz William Gamsom e Boston College (2001, p. ix), é importante que os estudos de enquadramento analisem a relação entre jornalistas e fontes na constituição de significados. No entanto, mais do que isso, é essencial também que sejam identificados os enquadramentos silenciados tanto quanto os enquadramentos salientes no texto.

Contudo, esses silenciamentos só tornam-se possíveis de serem analisados se comparamos mais de uma cobertura jornalística. Daí exatamente a importância das análises comparativas na tentativa de encontrar as principais orientações de enquadramento presentes na imprensa. Assim, analisando-se o silenciamento presente em *CartaCapital*, conjugado aos outros elementos que destacamos principalmente nas tabelas 3 e 4, é possível verificar um claro processo de partidarização das revistas, processo do qual as fontes são elementos centrais de criação de determinados favorecimentos a políticos ou partidos.

Esse termo, “partidarização dos meios de comunicação”, já vem sendo utilizado por vários pesquisadores. Fernando Azevedo (2006), ao fazer uma análise histórica dos veículos de comunicação nacionais, destaca um monopólio das empresas comunicacionais pelos políticos brasileiros, o que, inevitavelmente, fortalece essa partidarização da imprensa.

O monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais e a inexistência de uma imprensa partidária e/ou ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional fazem com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, reduzida e precária diversidade externa. Esse quadro adverso na oferta de fontes diversificadas de informação e opinião converte automaticamente a questão da diversidade interna num dos pontos cruciais no exame da articulação entre o nosso sistema de mídia e o sistema político (AZEVEDO, 2006, p. 35).

Rubim (2007, p. 159), por sua vez, analisa a questão da partidarização do ponto de vista do comportamento da imprensa nas coberturas eleitorais. Nesse sentido, o autor destaca que o pleito de 2006 evidenciou um momento em que os veículos de comunicação colocaram à vista todos os seus pensamentos, preferências políticas e orientações partidárias de maneira clara e incisiva. É nessa ocasião também que ocorre um racha bem definido dentro da imprensa, que parte para a exposição de notícias segundo suas visões políticas, notícias estas que nos obrigam a realizar estudos com o objetivo de analisar os efeitos possivelmente positivos e negativos dessa característica. “Essa partidarização da mídia coloca sérias questões para o aprofundamento da democracia brasileira e para a avaliação dos resultados eleitorais, pois tal intervenção político-eleitoral não pode ser menosprezada.” (RUBIM, 2007, p. 159).

Tendo em vista essas questões, identificamos, por meio das análises quantitativas, que as fontes utilizadas por cada uma das revistas permitem-nos fazer uma aproximação clara entre os interesses do PSDB e o conteúdo das matérias de *Veja* e *Época*. No outro extremo,

estão colocados, também sem qualquer ressalva, *CartaCapital* e *IstoÉ*, trazendo informações consonantes aos interesses do PT e do candidato Lula.

Para tanto, percebe-se, já nesta primeira análise – considerando-se ainda apenas as fontes políticas –, que essa partidarização dos meios se faz por meio de dois enquadramentos definidos: enquanto *Veja* e *Época* se apóiam nas fontes relativas ao Caso Dossiê para destacar irregularidades na compra dos documentos (o que atinge diretamente o PT), *CartaCapital* e *IstoÉ* dão um recorte de modo a amplificar, por meio das fontes, a factualidade e veracidade dos documentos presentes no Dossiê.

Pode-se dizer, com isso, que esses dois enquadramentos tornaram-se a tônica de grande parte da cobertura das revistas, expressas por meio das citações das fontes e citações veiculadas.

4.2 Fontes não-partidárias: definidoras dos enquadramentos

A tabela 2 nos dá condições de perceber a importância das fontes sem ligações com partidos políticos nas páginas dos semanários. Isso porque grande parte das citações referem-se a essas fontes. Em *Época* e *CartaCapital*, que são as duas revistas que mais recorrem às vozes desse tipo, cerca de 70% das citações são provenientes das fontes não-partidárias. *Veja* e *IstoÉ*, embora em números não tão expressivos, também se apóiam bastante nessas fontes: 40% e 50%, respectivamente. No caso de *IstoÉ* há ainda outras 16 citações dos Vedoin e de Gedimar Passos, que são personagens envolvidas no escândalo do Dossiê, mas que não apresentam ligações diretas com partidos. No entanto, para nosso cálculo, não consideramos essas citações, haja vista a particularidade em que foram utilizadas, tratando-se de uma “entrevista-denúncia” e não propriamente inseridas nas reportagens.

Considerando-se essa grande recorrência às citações de fontes não-partidárias, uma pergunta inevitavelmente surge para a pesquisa: mas por que o interesse neste tipo de fonte? A análise ao conteúdo das falas pode nos dar a resposta. Especialmente na tabela 5 é que podemos realmente perceber qual seria, afinal, a grande função dessas vozes sem ligações aparentes com determinadas posições políticas. Como apontado naquela tabela, das 19 citações desse tipo de fonte em *Veja*, 18 estão inseridas em contextos de acusação ao PT e apenas uma encontra-se numa posição não-valorativa em relação aos partidos e políticos. Isso

nos dá uma contundente porcentagem de quase 95% das citações não-partidárias sendo utilizadas contrariamente a Lula e ao PT.

A revista *Época*, do mesmo modo, utiliza 29 citações de fontes não-partidárias para críticas a Lula e seu partido e 9 em contextos sem acusação alguma. Nota-se que, tanto em *Veja* quanto em *Época*, não há sequer uma fonte não-partidária encontrada para contestar comportamentos supostamente irregulares de membros do PSDB na compra de ambulâncias superfaturadas.

Em parâmetros completamente opostos, a mesma tabela 5 nos indica o comportamento de *IstoÉ* e *CartaCapital*. A primeira revista registra a marca de 100% de suas citações não-partidárias dedicadas a críticas ao PSDB ou defesa ao PT, ou seja, nenhuma das 11 citações traz qualquer acusação ao Partidos dos Trabalhadores.

CartaCapital, seguindo essa mesma tendência, utiliza 36 citações não-partidárias para principalmente criticar o PSDB e, em alguns casos, defender o partido de Lula. Além destas, apenas 3 citações estão colocadas com o objetivo de criticar o PT (desvinculando-o de críticas a Lula) e outras 8 encontram-se em locais sem qualquer acusação. Percentualmente, como se vê, *CartaCapital* registra 76% de citações favoráveis ao PT e apenas 6% favoráveis ao PSDB (os outros 18%, como já dito, são referentes a citações sem qualquer crítica ou favorecimento a algum partido político).

Dessa forma, vemos que a tabela 5 é muito valiosa no sentido de nos trazer a questão central da utilização das fontes. Por meio da verificação de publicações de citações com objetivos claros de defesa de um ou de outro partido, notamos que as vozes não-partidárias parecem ter nas quatro revistas o objetivo de ser o instrumento de veiculação das opiniões dos meios. Ou seja, utilizando-se da idéia da “isenção” de cientistas políticos, analistas, historiadores e outras fontes não-partidárias, as revistas expõem os argumentos contundentes desse tipo de fontes que coincidam com a linha editorial da publicação ou com suas idéias.

Assim, partindo-se de duas constatações evidenciadas nas análises quantitativas – a grande utilização das fontes não-partidárias e o conteúdo claramente polarizado das citações – é possível apontar que essas vozes são, talvez, o ponto primordial para se chegar aos enquadramentos dos meios através das fontes. Mais do que isso, as observações do estudo demonstram ser claramente possível e seguro utilizar as fontes como elemento fundador dos enquadramentos, o momento inicial da escolha deste ou daquele recorte buscado pelas revistas. E, nesse ponto, as fontes não-partidárias, como se vê, encontram-se em sintonia com a estratégia de adotar uma pretensa isenção para então realizar as críticas mais ásperas e taxativas aos políticos ou partidos. Afinal, a idéia que se tem muitas vezes das fontes não-

partidárias é de que nada além dos fatos motivam-nas para determinadas opiniões, como aconteceria, por exemplo, com fontes diretamente ligadas aos partidos.

Ao contrário, a tabela 5, se comparada às tabelas 3 e 4, evidencia que a mesma linha de crítica ou defesa de uma revista a determinado partido ou político é mantida quando da utilização das fontes não-partidárias. Esse fato comprova a tese de que fontes sem ligações diretas com um acontecimento político não significa ausência de opinião ou favorecimentos. O simples ato de selecionar quem deve estar em destaque na matéria e quem deve ser deixado de lado já dá ao jornalista o poder para combinar os enquadramentos das vozes partidárias com o de outras vozes das mais diferentes procedências.

Utilizando-se desse pensamento é que as revistas centram suas veiculações de falas de fontes não-partidárias e, exatamente na observação dessas falas, é que comprovamos novamente o enquadramento já considerado no item anterior: de um lado *Veja* e *Época*, destacando irregularidades do PT e de Lula na compra do suposto Dossiê e, de outro, *CartaCapital* e *IstoÉ*, revelando o conteúdo dos documentos que comprovariam corrupções administrativas de José Serra e membros do PSDB.

4.2.1 A escolha das fontes não-partidárias

Dentro ainda desta tentativa em situar as fontes não-partidárias numa escala de importância considerável para a construção dos enquadramentos, é importante descrevermos também quem são essas fontes e como estão presentes nas revistas.

Para isso, faz-se necessário observarmos a tabela 10, na qual há a descrição completa das fontes sem ligação direta com partidos políticos que foram utilizadas pelas revistas, destacadamente as fontes coincidentes em dois ou mais semanários. A intenção, neste momento, é avaliar dois pontos centrais: a recorrência acentuada ou não de fontes coincidentes e a semelhança ou não do teor das citações veiculadas destas fontes. No primeiro caso, fica evidente que o uso da mesma fonte por duas ou mais revistas não é um acontecimento freqüente e usual, haja vista que apenas 6 das 42 fontes não-partidárias aparecem em mais de um semanário.

Esta característica já nos permite considerar que cada revista possui suas próprias vozes “de confiança”, por assim dizer. Isso significa que, além de apenas dizer algo sobre um acontecimento, as fontes não-partidárias parecem servir como estrutura dorsal para a

construção de enquadramentos pelos veículos de comunicação. Caso contrário, verificaríamos uma semelhança muito maior das vozes presentes nas coberturas do escândalo político.

Em segundo lugar, podemos analisar o papel do conteúdo das citações de fontes coincidentes nos enquadramentos que se quer buscar por meio da utilização das fontes.

A primeira pergunta possível em relação à utilização das fontes não-partidárias é se as fontes são utilizadas para meramente relatar algum fato, circunstância em que a utilização de uma mesma fonte para falar sobre um mesmo caso deveria ser igual ou, ao menos, semelhante.

As observações nos levam a concluir que a utilização das fontes não-partidárias vai muito além de informar. Ela reproduz a opinião enfática, a defesa de um argumento claro e contundente, ou seja, do apoio a um enquadramento premeditado pelos meios.

Embora esta semelhança de fontes não seja algo acentuado nas quatro revistas, como dito anteriormente, a comparação das vozes presentes em duas ou mais revistas nos dá subsídios para estas afirmações quanto às características desse tipo de fontes de informação nos semanários.

Primeiramente, das seis fontes não-partidárias coincidentes, duas delas estão presentes apenas em *Veja* e *Época* e, não por coincidência (como vem sendo mostrado nas tabelas e análises deste estudo), as citações explicitam posicionamentos muito similares. Tanto em relação às falas do filósofo Roberto Romano quanto da cientista política Lucia Hippolito, há um ataque claro e acentuado ao presidente e candidato Lula. Embora as citações não sejam iguais, o enquadramento dado às falas voltam-se aos mesmos enquadramentos de crítica a Lula diretamente.

Mais do que isso, as duas citações de Roberto Romano estão direcionadas para críticas ao comportamento populista do Presidente, que lhe daria atributos para se comportar como a força maior na sociedade. Nesse sentido, o trecho em *Veja* “apela para a sustentação das massas” e a frase de *Época* “segundo essa visão, qualquer coisa pode ser feita para atingir o bem maior” são opiniões de Romano com a finalidade de enfatizar uma postura até mesmo autoritária do Presidente em se colocar acima do bem e do mal.

No caso de Lucia Hippolito isso também se repete. De forma semelhante, a confluência de sentidos das citações se dá por conta de um suposto autoritarismo do PT e, por extensão, de Lula. Essa idéia se dá explicitamente em *Época* (“No Brasil, o cisma entre a esquerda democrática e a autoritária nunca se deu. Ambas convivem até hoje dentro do PT”) e de forma mais indireta em *Veja*, com a afirmação de Hippolito de que o próximo governo Lula se caracterizaria por várias medidas provisórias, ato executivo que dá ao Governo tomar

medidas temporárias e de urgência, mas sem a aprovação do Legislativo, o que é entendido no Brasil como uma atitude governamental.

Das outras fontes não-partidárias, duas estão presentes em *Veja* e *CartaCapital*. No entanto, nesta situação, as mesmas fontes estão inseridas em situações completamente opostas. Ao contrário do que foi observado nas duas fontes anteriores, esta oposição de citações é uma característica que aparentemente vai contra o fluxo natural das citações. Ou seja, se uma mesma pessoa fala sobre um mesmo assunto, então esta citação deve ser muito semelhante. Isso, no entanto, não acontece na comparação entre as duas fontes coincidentes em *Veja* e *CartaCapital*.

No caso de *Veja*, a primeira fonte – o delegado Geraldo Pereira – é citado em duas ocasiões comentando a existência de várias acusações contrárias ao ato cometido pelos Vedoin em relação à venda de supostas provas acusativas a José Serra. Já em *CartaCapital*, o mesmo delegado aparece no parágrafo em que se destaca que a prisão de membros do PT teria uma intenção de prejudicar eleitoralmente o PT às vésperas das eleições. Assim, nota-se uma clara diferença de enfoque dos enquadramentos das revistas: o conteúdo do Dossiê ou, por outro lado, a forma de obtenção desse mesmo Dossiê.

Já em relação ao outro delegado muito comentado no caso – o delegado Bruno –, *CartaCapital* não poupa críticas à sua atitude, descrevendo sua proximidade com o PSDB. *Veja*, ao contrário, utiliza apenas uma citação de Bruno para comentar que o Caso Dossiê envolveria ainda mais o PT em atos corruptos. Na comparação entre as duas revistas, outro ponto chama atenção: o fato de que ambas revistas utilizaram citações extraídas da mesma coletiva de imprensa do delegado. Ainda assim, as falas veiculadas são opostas, o que mais uma vez leva-nos a constatar a função das fontes apenas como suportes para os enquadramentos pensados pelas revistas semanais de informação.

Por fim, as duas fontes não-partidárias restantes encontram-se em *Época* e *CartaCapital*. Também neste caso percebe-se a mesma divergência registrada na comparação *Veja-CartaCapital*. Em relação à primeira fonte – o Procurador da República Mário Lúcio Avelar –, *Época* veicula apenas uma citação na qual o procurador afirma que as denúncias do Dossiê não provam nada, o que afastaria as acusações de corrupção em torno de José Serra, candidato ao governo do Estado de São Paulo. Já *CartaCapital* traz três citações de Avelar em um enquadramento de duras críticas à fonte. Talvez ele seja um dos personagens mais explicitamente acusados pela revista durante a cobertura ao Caso Dossiê, uma vez que a intenção do semanário foi destacar uma intenção do procurador em prejudicar o PT.

Na edição de 18 de outubro de 2006, por exemplo, há mais de uma página dedicada à biografia sugerida pela revista em relação ao profissional Mário Lúcio Avelar quanto ao seu partidarismo próximo do PSDB e suas decisões não condizentes com o princípio de isenção partidária na atuação de um procurador. Por essa razão, a linha seguida por *CartaCapital* foi a crítica ao procurador, que invalidaria a seriedade das acusações ao PT, expressas por essa fonte e veiculadas, por exemplo, na revista *Época*.

A segunda fonte coincidente em *CartaCapital* e *Época* diz respeito ao jornalista Alberto Dines. Embora ambas exponham citações de Dines que criticam o Governo Lula, *CartaCapital* o faz para, posteriormente, mostrar um contraponto à idéia do jornalista. Caracterizar-se-ia, neste caso, a exposição de uma tese – apresentada por Dines – que seria automaticamente questionada e reprovada pela revista.

Outro aspecto importante é a exposição, nestas citações, de críticas a veículos de comunicação. No primeiro caso, *CartaCapital* veicula uma fala em que ela própria é criticada pelo jornalista Alberto Dines. Já no caso de *Época*, as duas citações dedicam-se a críticas pesadas ao comportamento anti-ético de *IstoÉ*. Na edição de 25 de setembro, por exemplo, a citação destaca uma fala de Dines na qual *IstoÉ* estaria fazendo o inominável há dois anos. Após a fala, *Época* complementa: “Uma das principais acepções do ‘inominável’, no jornalismo, é misturar conteúdo editorial com interesse comercial”. Aqui há uma acusação de que *IstoÉ* teria veiculado uma entrevista exclusiva com os Vedoin na tentativa de prejudicar o PSDB e, assim, conseguir verbas publicitárias do Governo Lula.

É importante comentar que, nesta troca de farpas entre *Época* e *IstoÉ*, está em jogo também uma disputa pelo segundo lugar de vendas das revistas semanais. E, coincidência ou não, Alberto Dines foi utilizado por *Época* para validar uma crítica direta à concorrente *IstoÉ*.

Feita essa análise das coincidências de fontes não-partidárias, é possível reafirmar algumas interpretações já feitas. Além de corroborar a aproximação de enquadramentos buscados por *Veja* e *Época*, em contraposição à *CartaCapital*, a análise das fontes coincidentes permite-nos supor que as fontes sem ligação direta com partidos estão na linha de frente das estratégias das revistas ao decidirem por este ou aquele enquadramento. O apoio, neste caso, é a idéia de isenção dessas fontes, o que confere credibilidade às suas falas apresentadas.

Nesse sentido, é que Sousa (2000) destaca a importância das fontes, uma vez que, segundo ele, o uso de uma outra pessoa tem a função de expor argumentações e pontos de vista compartilhados pelos veículos e que eles próprios gostariam de dizer. A fim de ocupar esse papel, surgem principalmente as fontes não-partidárias, como estratégias importantes e,

assim como apontado na pesquisa, recorrentes nas revistas semanais de informação analisadas.

4.3 Coincidências das fontes partidárias

Ao lado das fontes não-partidárias, a coincidência de vozes diretamente ligadas ao PT foi uma característica presente em diversas ocasiões consideráveis (sete vezes) e que nos dá condições de observar elementos importantes para entender as estratégias de construção dos enquadramentos por meio das fontes de informação.

Primeiramente, começamos pela abordagem à única fonte presente nas quatro revistas: o Presidente Lula. A análise comparativa às citações do Presidente, até mesmo por estarem presentes nos quatro semanários, dá-nos condições para identificar algumas tendências já observadas anteriormente. Uma característica marcante em *Veja* e *Época* é a estratégia em expor os argumentos de Lula para depois respondê-los e invalidá-los. Na edição de 27 de setembro, por exemplo, *Veja* é explícita nesse exercício de responder e desqualificar os argumentos do Presidente: “‘Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil’, disse Lula, durante viagem a Nova York. Respondendo:...” (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 61). Ao elencar as respostas, a revista enumera três argumentos que levariam por terra a fala de Lula.

Da mesma maneira, *Época*, na única veiculação da voz do Presidente, lança mão da exposição e posterior resposta aos argumentos do petista. O mais curioso neste caso é que a revista utiliza uma citação idêntica à veiculada em *CartaCapital*, na edição do mesmo domingo (27 de setembro de 2006), mas, como se pode observar a seguir, a estratégia de responder aos argumentos da fonte dá à citação um enquadramento exatamente oposto ao pretendido por Lula.

‘Por que tantas pessoas se envolveram em uma coisa que para mim não fazia sentido?’, perguntou Lula. A resposta é que a manobra parece fazer, sim, sentido para o PT. Depois das eleições, o principal adversário político de Lula passaria a ser o ocupante do segundo principal cargo executivo do país: o governo de São Paulo. O favorito para ocupar esse posto não é outro senão o tucano José Serra, alvo do dossiê. (*Época*, 25 de setembro de 2006, p. 29).

‘Por que ele (dossiê) valia tanto? Por que tantas pessoas se envolveram numa coisa que para mim não fazia nenhum sentido? Esse dossiê, sendo divulgado ou não, não me ajuda um milímetro na campanha eleitoral’, disse Lula. (CartaCapital, 27 de setembro de 2006, p. 26).

Dessa maneira, a diferença na forma de inserir a mesma citação leva-nos, mais uma vez, a perceber que as fontes e suas falas podem sofrer mudanças radicais de sentido, a fim de corroborar um enquadramento desejado.

CartaCapital, foi a que mais utilizou citações de Lula: em quatro ocasiões e todas elas estão colocadas em enunciados que procuram isentar o Presidente de envolvimento com o escândalo do Dossiê. Mesmo em situações de crítica ao PT, há uma intenção clara de inserir a voz de Lula para reafirmar seu afastamento em relação ao caso.

IstoÉ também expõe a única citação do Presidente na tentativa de desvinculá-lo do escândalo e, mais ainda, de evidenciar uma tentativa dos próprios meios de vincular membros do PT ao Caso, isentando políticos do PSDB.

Assim, a análise do modo como as quatro revistas expuseram falas do Presidente levamos a identificar enquadramentos recorrentes: de um lado *Veja* e *Época* enquadram o Caso Dossiê estreitando-o do Presidente Lula e, de outro, *IstoÉ* e *CartaCapital* procuram afastar qualquer ligação com o Presidente.

4.3.1 Outras fontes petistas

Em relação às outras fontes petistas presentes em mais de um semanário, verifica-se novamente a estratégia de *Veja* de expor as falas petistas para respondê-las e desqualificá-las. Além das citações de Lula, isto ocorre também na veiculação das falas de Ricardo Berzoini e de Aloízio Mercadante. A citação deste último, por exemplo, dá-nos a possibilidade de visualizar a construção de um enquadramento consideravelmente desfavorável à fonte e uma tentativa de até mesmo ridicularizá-la.

Questionado por VEJA sobre essa escolha, Mercadante tentou amenizar o currículo de Lacerda dizendo que ele ‘já perdeu até um olho na militância’. Pois é, o Pirata de Perna de Pau também perdeu uma perna, tinha um olho de vidro, mas continuou pirata. (*Veja*, 27 de setembro de 2006, p. 74).

A utilização de falas do então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, permite-nos também identificar a disputa ideológica existente entre os semanários e expressa nas páginas da cobertura do Caso Dossiê.

Nas edições de 4 de outubro e 18 de outubro de 2006, *Veja* utiliza a mesma fala de Thomaz Bastos (“Isso respinga no Presidente?”), a fim de demonstrar uma preocupação do PT de livrar Lula dos efeitos do Caso Dossiê. Esta citação, segundo *Veja*, teria sido proferida pelo Ministro num telefonema para Geraldo Araújo, superintendente da Polícia Federal em São Paulo.

Entretanto, a veiculação desta fala “extra-oficial” e presumida de Thomaz Bastos é criticada duramente por *CartaCapital*, que acusa *Veja* de criar fatos artificiais e que não conferem com a realidade. Novamente nesta ocasião, é possível então verificar a predominância dos enquadramentos voltadas a aproximar Lula ao Caso Dossiê (por parte de *Veja*) e distancia o Presidente do fato (no caso de *CartaCapital*).

Por fim, outra fonte que nos traz uma constatação importante diz respeito ao político do PSB, aliado ao PT e Presidente da Câmara dos Deputados de Piracicaba (interior paulista), Gustavo Hermann. O político, opositor de Barjas Negri na cidade paulista, aparece em *IstoÉ* e *CartaCapital* levantando supostas irregularidades de Negri na Prefeitura de Piracicaba. A intenção dos semanários, como se vê, era atentar para o histórico de corrupção de Barjas Negri, que, à época, era secretário executivo de Serra no Ministério da Saúde e estaria diretamente envolvido na compra de ambulâncias superfaturadas.

Embora essas duas revistas tenham veiculado falas de Gustavo Hermann, *Veja* e *Época* não deram voz ao político do PSB. Esta não citação leva-nos também a observar a intenção dessas últimas revistas em omitir críticas de corrupção envolvendo o PSDB. Justamente a fonte que apresentou denúncias sobre o partido foi deixado de lado por *Veja* e *Época*, o que mostra que a opção pela busca ou não de uma fonte crítica é uma decisão consciente dos veículos, já que as escolhas de *CartaCapital* e *Veja* foram coerentes com os enquadramentos construídos nas ocasiões anteriores.

Assim, como já destacado em outras ocasiões, o silêncio dos meios de comunicação é importante pista para chegar aos enquadramentos. Não apenas o que é dito, mas, em grande medida, o “não-dito” também nos leva a identificar enquadramentos específicos. De acordo com Robert Entman (1993, p. 52), enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade, tornando-os mais salientes, enquanto outras fatias de uma mesma realidade são deixadas num segundo plano. E, especialmente, esta fração da realidade não contemplada pode ser analisada exatamente quando colocamos em contraposição dois ou mais veículos de

comunicação, a fim de observar quais foram as fontes e citações escolhidas e aquelas deixadas de lado no embate político eleitoral.

4.3.2 Coincidência de fontes do PSDB

Ao contrário do observado com as fontes não-partidárias e petistas, as citações referentes ao PSDB só encontram coincidência em uma ocasião, quando *Veja* e *IstoÉ* dão voz ao deputado Carlos Sampaio. Embora haja apenas esta ocorrência, ela nos evidencia a mesma característica verificada nos exemplos anteriores, ou seja, *Veja* e *IstoÉ* encontram-se em pólos opostos na maneira com que enquadra falas relativas ao caso Dossiê.

Na revista *IstoÉ*, um dado relevante é que a fala de Sampaio é exposta como se representasse todo o seu partido. E, não por acaso, a revista expõe uma avaliação do deputado contrária ao seu próprio partido, como se vê:

Até o PSDB admite o que investigar. ‘Independentemente de o Abel ser vinculado ao Barjas ou ao PSDB, não há dúvidas de que ele deve ser ouvido’, disse a *ISTOÉ* o deputado Carlos Sampaio (SP), sub-relator da Comissão de Inquérito. (*IstoÉ*, 4 de outubro de 2006, p. 61).

Já a revista *Veja* destaca a outra fala de Carlos Sampaio, na qual ele acusa a Polícia Federal de não investigar a relação do PT com o Dossiê da maneira correta. Por essa razão, a utilização desta fonte vem corroborar as observações anteriores que colocam os enquadramentos de *IstoÉ* diametralmente opostos à tentativa de *Veja* de aproximar o Caso Dossiê apenas das irregularidades na montagem dos documentos e não propriamente no conteúdo das revelações.

A comparação da utilização de uma mesma fonte em relação ao mesmo fato é um elemento considerável de apoio às observações quanto às semelhanças e diferenças de enquadramentos. E, pelo que descrevemos até o momento, é claramente possível limitar o enquadramento às fontes nas revistas em análise segundo quatro enquadramentos: 1) as formas irregulares de aquisição do Dossiê; 2) aproximação do fato a Lula; 3) o conteúdo do Dossiê; 4) a exclusão do Presidente no fato. Como já foi dito durante as interpretações, os dois primeiros enquadramentos referem-se às características centrais das coberturas de *Veja* e *Época* e os dois últimos às de *IstoÉ* e *CartaCapital*.

O resultado dessa análise é a partidarização das revistas semanais brasileiras, já apontada em outros trabalhos e que pudemos documentar por meio de evidências das coberturas deste caso.

4.4 As fotos como suporte aos enquadramentos

Ao interpretar o papel das fotos utilizadas pelas quatro revistas, nossa primeira intenção foi verificar se os enquadramentos já evidenciados por meio das fontes eram reafirmados ou não pelo recurso imagético.

Esta análise, ainda que não seja o eixo central deste estudo, não poderia deixar de ser feita ao compreender a força da comunicação visual, principalmente no mundo contemporâneo. Como diz Messaris e Abraham (2001), as fotos carregam consigo a pretensão idéia de serem reproduções naturais da realidade e é exatamente lançando mão dessas estratégias que, muitas vezes, os veículos de comunicação explicitam, por meio das imagens, suas intenções mais claras de enquadramento.

De acordo com Tavares e Vaz (2005, p. 131),

o fotojornalismo torna acessível em imagens a realidade para a qual o jornal se volta, reforçando as palavras e contribuindo para a construção de um imaginário a respeito dos acontecimentos traduzidos como fragmentos metonímicos do mundo, criando também os próprios acontecimentos fotográficos.

No caso da cobertura ao Caso Dossiê, pudemos observar esta característica principalmente a partir de duas características das coberturas: a exposição das fotos do dinheiro utilizado na compra do suposto dossiê e a exposição de fotos das fontes.

4.4.1 Fotos do dinheiro: aproximação ou distanciamento de Lula e do PT

A exposição das fotos do dinheiro foi talvez um dos elementos mais controvertidos da cobertura ao escândalo e caracterizou-se pela maneira com que cada revista optou por

publicar as fotos, publicação esta que ocorreu no início de outubro de 2006, portanto, às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais e para governadores.

Observando-se *Veja* e *Época*, é possível notar que *Veja* utilizou as três veiculações das fotos em contextos de crítica ao PT e *Época* assim o fez na única ocasião em que publicou a imagem do dinheiro. Além disso, é interessante apontar que ambas procuram, tanto nas fotos quanto nas legendas que as acompanham, aproximar o dinheiro ao PT. No caso de *Veja*, esta aproximação é ainda mais direta, já que a revista utiliza, junto ao dinheiro, fotos de Aloizio Mercadante, fazendo portanto uma aproximação clara entre quem seria o beneficiado com a compra do Dossiê. Já a legenda também reafirma esse enquadramento ao descrever: “*Os reais e os dólares que estavam com os petistas presos e que foram entregues a eles por um assessor do candidato ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante. O PT tentou esconder as imagens por meio de liminar.*” (*Veja*, 4 de outubro de 2006, p. 58-59).

De maneira exatamente oposta, *CartaCapital* veicula as fotos do dinheiro em duas ocasiões, mas de modo a enfatizar uma suposta perseguição dos meios ao PT e seus políticos. Nesse sentido, a própria veiculação da foto do dinheiro com pouco destaque, acompanhada de imagens de veículos de comunicação e depoimentos jornalísticos, fazem com que o foco da discussão saia do dinheiro em si e passe para as formas pelas quais os jornalistas conseguiram ter acesso ao material.

Por fim, *IstoÉ* adota o procedimento de não publicar nenhuma foto do dinheiro, o que não caracteriza uma defesa propriamente ao PT, mas ao menos uma postura de evitar situações de crítica ao Partido dos Trabalhadores.

Dessa forma, ao se analisar principalmente o comportamento contrastante de *Veja* e *CartaCapital*, nota-se uma confirmação clara dos enquadramentos verificados por meio das citações das fontes, ou seja, enquanto a primeira revista busca focar a compra irregular do Dossiê, *CartaCapital* volta-se exclusivamente ao seu conteúdo e, em grande medida, às supostas armações dos meios de comunicação para prejudicar Lula e o PT.

4.4.2 Fotos das fontes: confirmação dos enquadramentos textuais

As tabelas 12 e 13 voltam-se à análise das fotos veiculadas das fontes utilizadas nas quatro revistas semanais, tanto as partidárias quanto as não-partidárias. Nesse sentido, o caso da Revista *Veja* é muito ilustrativo ao confirmar e até mesmo intensificar os enquadramentos

já verificados na análise das citações das fontes. Como mostrou o levantamento quantitativo, das 22 fotos de fontes petistas, todas estão em situações de críticas ao PT e a Lula em *Veja*, ao passo que as 5 fotos de fontes do PSDB também estão inseridas para destacar aspectos negativos do Partido dos Trabalhadores.

A revista *Época* também segue a mesma orientação, conferindo a 10 das 13 fotos petistas enfoques de críticas ao próprio partido, enquanto as duas fotos do PSDB também complementam o mesmo objetivo.

CartaCapital, por sua vez, inverte essa lógica de utilização das fotos de fontes, uma vez que 8 das doze fotos de petistas destacam aspectos positivos do partido e desvinculam seus membros da compra do Dossiê. Mesmo nas quatro ocasiões em que a revista critica o PT, não há qualquer imagem que aproxime o Dossiê e Lula, algo incessantemente destacado em *Veja* e *Época*.

Comportamento diferente de suas concorrentes apresentou a revista *IstoÉ*, já que ela foi o único semanário a não veicular fotos de fontes do PT. No entanto, por sete vezes, a revista publicou fotos de fontes do PSDB e, em todas elas, criticou o partido quanto ao conteúdo dos documentos do Dossiê, comportamento, aliás, muito similar ao de *CartaCapital*.

Assim, mais uma vez, é possível corroborar os enquadramentos diferenciados das quatro revistas aos desdobramentos do escândalo, seja para criticar a compra dos documentos (*Veja* e *Época*), seja para distanciar Lula e membros do PT de envolvimento ilegais na compra do Dossiê (*IstoÉ* e *CartaCapital*).

Um ponto que deve ser comentado também diz respeito às fotos de fontes não-partidárias. Como vimos no estudo das citações, este tipo de fontes é o mais recorrente nas matérias. No entanto, na observação das fotos elas ganham muito menos destaque, uma vez que a imagem dos políticos – figuras públicas e conhecidas do leitor – traz mais impacto do que a foto, por exemplo, de um cientista social ou analista de comunicação.

A exceção dessa característica fica por conta de CartaCapital que veicula nada menos do que 14 fotos de fontes não-partidárias para ressaltar imagens que trouxessem críticas ao PSDB em relação ao conteúdo dos documentos do Dossiê, além do grande destaque a fotos de jornalistas de outros veículos da imprensa que, segundo *CartaCapital*, estavam agindo com o objetivo deliberado de prejudicar o PT.

Além disso, se compararmos a utilização das fotos de fontes não-partidárias pelas revistas, chama atenção, por exemplo, a diferença de enquadramento das fotos de Darci e Luiz Antonio Vedoin. Comparando-se *Veja* e *IstoÉ*, aquela publicou quatro fotos dos Vedoin para

evidenciar críticas de corrupção existente dentro do PT, enquanto esta destacou as denúncias feitas por Darci e Luiz Antonio contra José Serra e Barjas Negri, do PSDB. As legendas de ambas já dão o tom dos enquadramentos opostos, como se vê:

Pai e filho. Denúncias feitas pelos Vedoin foram protocoladas na Polícia Federal (IstoÉ, 20 de setembro de 2006, p. 29)

Darci, o pai, e Luiz Antonio, o filho: a família Vedoin queria vender o dossiê, mas estava desconfiada de que poderia levar um calote do PT. (Veja, 27 de setembro de 2006, p. 64)

Dessa forma, por meio da comparação entre os enquadramentos das fotos, é possível evidenciar o descrito por Messaris e Abraham (2001), ou seja, debaixo da pretensa isenção de opiniões das fotos, escondem-se enquadramentos claros que demonstram a orientação dos meios frente à cobertura de um determinado fato.

4.5 As fontes como gênese do enquadramento

A similaridade no discurso da maioria das fontes presentes em uma revista é o primeiro indício que nos chama atenção.

Um leitor mais desavisado poderia pensar: ora, as fontes estão presentes no jornalismo para relatar um acontecimento, trazer informações de todos os desdobramentos que envolvem alguma cobertura jornalística. E, sendo assim, encontraríamos, portanto, várias opiniões no todo de uma reportagem que traduziriam as opiniões de fontes oculares ou de vozes que trouxessem contribuições a determinadas discussões.

Embora esse raciocínio pareça coerente, ele não corresponde à realidade do que foi detalhadamente descrito nesta pesquisa. Isso porque a diversidade de olhares como resultado da utilização das fontes não é contemplada pelos veículos de comunicação, que dão prioridade à veiculação de apenas determinadas visões e enquadramentos.

Após todo levantamento quantitativo e analítico, tona-se possível dizer que a utilização das fontes por parte da imprensa ocorre de modo a apresentar apenas uma visão a respeito de determinado assunto.

Bom, mas novamente alguém poderia argumentar que a existência de apenas uma visão talvez aconteça por não existir outra. Mais uma vez esta afirmação não condiz com a

realidade dos fatos. As análises comparativas feitas em torno das quatro revistas semanais permitem verificar que existem, sim, outras fontes com outras visões de mundo, as quais só aparecem se confrontarmos as coberturas de dois ou mais veículos.

Na verdade, o que estamos querendo dizer é que o papel das fontes verificado nas revistas condiz mais com a função de porta-vozes de opiniões defendidas pela própria revista do que a exposição de fatias da realidade sob a ótica de outras pessoas. Fosse assim, teríamos uma variedade de opiniões e enfoques no detalhamento de um fato, o que não acontece, predominando apenas uma maneira de se enquadrar dada realidade.

Dessa forma, assumindo esta função dos semanários de escolher dar voz apenas a um enquadramento, podemos destacar que as fontes estão, na realidade, no cerne do ato de enquadrar, sendo um dos primeiros elementos que compõem o trabalho jornalístico. Ou seja, ao decidir por determinado enfoque à notícia, o veículo de comunicação procura determinadas fontes que corroborarão suas teses e recortes, dando respaldo às suas estratégias de construção dos enunciados. Além disso, após a própria escolha das fontes, o processo de edição das falas permite a adequação aos enfoques previamente planejados.

Esta simbiose entre fontes e veículos pode ser visualizada principalmente por meio da escolha das fontes não-partidárias. Durante o levantamento quantitativo, verificamos que há grande variedade dessas fontes comparando-se as revistas, o que nos leva a perceber que cada veículo tem suas vozes “preferenciais”. E, na comparação com o enfoque dado às citações de fontes políticas, nota-se que as fontes não-partidárias apresentam um discurso muito similar àquele de crítica ou elogio a determinado partido. Dessa maneira, vê-se então que a escolha das fontes está intrinsecamente ligada à montagem da estrutura das reportagens, estrutura esta que nada mais é do que o suporte do enquadramento.

No Caso Dossê, é possível verificar que o contexto de crítica ao PT no qual as falas políticas estão inseridas confere exatamente com o teor das citações não-partidárias veiculadas. Em *CartaCapital*, por exemplo, o processo se inverte, mas a lógica é a mesma: o enquadramento de isenção de Lula frente ao Caso e a importância dada ao conteúdo do Dossê é confirmada pela quase totalidade das fontes não-partidárias buscadas.

Por tudo isso, pode-se comprovar que, se as fontes realmente ocupam uma importância vital nas reportagens, é por meio da sua análise que se pode chegar aos enquadramentos propostos pelos meios. No caso da presente pesquisa, exatamente esta abordagem das fontes e citações levou-nos a pontuar os seguintes enquadramentos: 1) preocupação com a aquisição do Dossê *versus* preocupação com o conteúdo dos documentos; 2) tentativa em aproximar o

escândalo de Lula *versus* tentativa em afastar qualquer suspeita à figura do Presidente e candidato Lula.

4.6 A função das fontes no jornalismo

Embora o estudo tenha se dedicado à análise de um caso específico de cobertura da imprensa – o Caso Dossiê, na visão das revistas semanais –, pode-se considerar algumas características importantes assumidas pelas fontes no jornalismo, especialmente nos semanários.

O primeiro ponto é que, com algumas distinções, a utilização das fontes e citações literais possui um papel muito importante no jornalismo. O grande número dessas vozes nas páginas dos semanários mostrou-nos claramente essa característica.

Num segundo momento, pode-se então destacar que as fontes devem ser entendidas dentro da estratégia discursiva da imprensa, como recurso de persuasão na elaboração do discurso. Ou seja, a imprensa busca nas fontes a sua prova, uma vez que a escolha das citações a serem veiculadas permite que os jornalistas selecionem enfoques compartilhados, com a vantagem de serem entendidos pelo leitor como opiniões de terceiros e não necessariamente do veículo de imprensa.

Não se está com isso negando o papel das fontes de narrar fatos, de trazer informações sobre os acontecimentos. O que se está querendo pontuar é que as citações de terceiros no jornalismo vêm assumindo uma importância muito grande no discurso da imprensa no sentido de confirmar enquadramentos prévios. Por isso mesmo é que esta característica do jornalismo deve ser detidamente analisada por pesquisadores e pela sociedade em geral, especialmente em momentos eleitorais, quando há um aguçamento da competição política que reflete nos meios e a torna mais evidente.

A idéia popularmente difundida de isenção das fontes funcionou e, em certo sentido, ainda funciona como um passaporte para jornalistas e jornais jogarem nas costas dessas vozes todos os seus anseios de trazer à tona um olhar específico. E essa característica maximiza-se em coberturas político-eleitorais, quando as distinções de enquadramentos tornam-se ainda mais salientes e, por extensão, a diferença de citações também.

Posto isso, podemos dizer que o papel das fontes de informação é estruturar os enquadramentos pretendidos pelos meios. No caso de coberturas políticas, principalmente, as

fontes assumir posições determinadas e os meios as tornam salientes na estruturação dos textos jornalísticos.

Assim, a função central das fontes identificada neste estudo em relação às revistas semanais foi a de trazer opiniões inclinadas diante de um acontecimento e não propriamente informações novas e exclusivas, como muitos ainda atribuem às fontes de informação.

CONCLUSÃO

Qual o peso das fontes no processo de enquadramento?

Esta foi a pergunta inicial da pesquisa e, nesta conclusão, procuraremos sintetizar as respostas a que chegamos durante a análise.

Como vimos nos levantamentos quantitativos e nas análises comparativas, as fontes estão presentes nas revistas de informação como porta-vozes de opiniões taxativas em relação a um determinado fato. Exatamente por isso, pelo fato de ocuparem o papel de expor opiniões em relação aos acontecimentos, é que as fontes tornaram-se não apenas *um* meio de obter informações, mas especialmente *o* meio de fundamentar posições. Grosso modo, as fontes são o recurso encontrado pelos veículos para validar o que eles querem dizer a respeito de algo, mas não poderiam fazê-lo sem perder a suposta isenção. A solução então é utilizar-se de terceiros para, enfim, expor suas opiniões e enfoques desejados de forma indireta.

Por tudo isso, as fontes ganham um papel importantíssimo na construção dos enquadramentos jornalísticos. Daí, surgiu durante a pesquisa uma primeira dúvida: se as fontes realmente são importantes, então elas devem estar presentes em grande número nas reportagens das revistas. Mais do que isso, elas devem trazer opiniões semelhantes às aquelas defendidas ao longo do tempo pelo semanário e opiniões das mais incisivas. Por meio dos levantamentos realizados nesta pesquisa, especialmente nas tabelas de 1 a 5, as duas afirmações acima foram confirmadas.

Assim, superada a dúvida quanto à real importância das fontes, e já assumindo-as como elementos essenciais do discurso jornalístico, chegamos à conclusão de que uma estratégia para a crítica dos enquadramentos jornalísticos seria mesmo através da análise das fontes. E, neste sentido, não se trata apenas de identificar quem foram as pessoas presentes nas páginas sobre o Caso Dossiê, mas quais foram os sentidos veiculados por essas pessoas e qual a sua utilização na edição do texto.

Este foi justamente o procedimento da análise realizada: ir desmontando todo o processo de seleção e escolha das fontes e citações para, posteriormente, verificar seus enfoques centrais.

O processo analítico revelou-nos os contrastes nos enquadramentos das revistas. As citações nos deram subsídios suficientes para destacar que, de um lado, *Veja* e *Época* aplicaram enquadramentos claramente contrários a Lula e ao PT, tentando aproximar o Caso Dossiê o máximo possível do Presidente e candidato Lula. Interessante destacar aqui que,

embora o escândalo tratasse de manobras feitas pelo estafe do candidato petista ao governo paulista, Aloizio Mercadante, as falas das fontes voltam-se quase que completamente ao ataque a Lula, que inicialmente não se constituíra no membro diretamente envolvido nesta suposta manobra política.

Na outra ponta dos enquadramentos, encontra-se *IstoÉ* e *CartaCapital* que, desde o início, destacam o fato sob a ótica das corrupções do PSDB, como poderia comprovar o conteúdo dos supostos documentos do Dossiê. Para isso, é claro, as citações das fontes são quase que unânimes em destacar exatamente este objetivo: tirar de Lula qualquer responsabilidade quanto ao escândalo e aproximar o acontecimento principalmente do ex-Ministro da Saúde e candidato ao Governo do Estado de São Paulo, José Serra.

Reiterando alguns números contundentes apresentados durante a análise, nada menos do que 100% das citações acusativas de fontes ligadas ao PT em *Veja* e *Época* dedicam-se a críticas ao próprio Partido dos Trabalhadores. A revista *IstoÉ* também dedica 100% das citações acusativas destas fontes a apenas um tipo de crítica, mas agora ao PSDB. *CartaCapital*, embora não tão enfaticamente, também aproxima-se de *IstoÉ* dedicando quase 70% das citações petistas à defesa do PT ou a críticas ao PSDB.

Se atentarmos também às citações de fontes do PSDB, os números apresentam-se quase com as mesmas características, reforçando a polarização *Veja-Época versus IstoÉ-CartaCapital*.

No entanto, os grandes definidores dos enquadramentos por meio das fontes são mesmo as citações de pessoas não-partidárias, ou seja, cientistas políticos, historiadores, economistas, dentre outros. A grande quantidade de citações deste tipo de fonte levou-nos a verificar que este recurso parece ser o ponto central de manifestação dos enquadramentos. Isso porque, por não pertencerem formalmente a partidos, as posições contra um ou outro político trariam uma pretensa isenção e, portanto, um peso maior na construção dos enfoques.

Por essa razão, as vozes não-partidárias apresentam-se nas revistas semanais com uma função extremamente opinativa. De maneira semelhante à que ocorre com as fontes partidárias, 95% das citações não-partidárias em *Veja* são utilizadas contrariamente a Lula e ao PT. A revista *Época*, do mesmo modo, utiliza 76% das citações deste tipo para críticas a Lula e seu partido. Em nenhuma das duas revistas, sequer uma fonte não-partidária é encontrada para contestar atos supostamente irregulares de José Serra ou outros políticos do PSDB. Novamente, em posições opostas estão *IstoÉ* e *CartaCapital*, com 100% e 76%, respectivamente, de citações não-partidárias críticas ao PSDB e favoráveis ao PT. Dessa

forma, a exposição percentual deste tipo de fontes indica a polarização entre os dois pares de semanários.

Não há dúvidas de que as fontes não-partidárias, sob o a falsa percepção de apresentarem-se neutros diante do fato, reiteram a posição dos órgãos de imprensa em que estão inseridos, sendo os elementos mais importantes para compreendermos o enquadramento construído pelos meios.

Por fim, não poderíamos deixar de comentar a análise das citações coincidentes, já que, se ainda havia alguma dúvida quanto às diferenças de enquadramentos construídos pelas citações, a comparação da mesma fonte anularia esses questionamentos. E, novamente neste momento, verificamos que as fontes presentes em mais de uma revista não encontram similaridades nos dois pólos de enquadramentos: *Veja-Época*; em contraposição a *IstoÉ-CartaCapital*. A comparação das citações de fontes coincidentes, a nosso ver, fecha o ciclo de análises deste elemento primordial do jornalismo, corroborando todas as observações anteriormente registradas.

Finalmente, o suporte imagético dos enquadramentos apresenta uma similaridade muito grande com os enfoques das fontes. Nas fotos sobre o Caso Dossiê, o recurso visual revelou uma intenção clara de confirmação dos enquadramentos construídos pelas revistas semanais de informação.

A pesquisa procurou trazer uma contribuição aos estudos de enquadramento, no sentido de chamar a atenção ao uso das fontes como definidores dos enfoques jornalísticos. Mais ainda, apontamos que a abordagem das fontes parece ser um caminho para se estudar as formas de construir determinada cobertura da imprensa.

Se a nossa intenção é identificar os enquadramentos, portanto, nada melhor do que destacar, antes de tudo, as próprias fontes. Esta é, sem dúvida alguma, a sugestão central deixada por este estudo para futuras pesquisas e levantamentos que se proponham à análise do comportamento da imprensa na montagem de seus enquadramentos.

Finalmente, cabe aqui uma reflexão final sobre a retidão de comportamento dos meios. Será que este comportamento que pontuamos durante o estudo seria o melhor tipo de jornalismo que a imprensa poderia oferecer aos seus leitores? Será que, ao dar voz apenas às opiniões coincidentes com suas próprias, as revistas não estariam impendendo que seus leitores tivessem também o direito de acesso a outras visões de mundo? Será que os veículos de informação não estão, na realidade, trabalhando muito mais no sentido de informar seus leitores segundo suas opiniões do que servir como instrumento de exposição de perspectivas e interpretações diversas?

Obviamente que, com isso, não estamos defendendo que seja possível haver uma neutralidade pura no ato jornalístico. Evidentemente, as opiniões dos órgãos e do jornalista deixam-se transparecer no próprio recorte que se faz na cobertura de um fato. Isso é enquadramento. No entanto, muito diferente de subjetividade é o que se chama de ética jornalística, que preconiza que os profissionais se esforcem no sentido de oferecer a maior diversidade possível de fontes e visões de um fato.

Encerrada toda essa pesquisa, infelizmente, observamos um quadro totalmente diferente no que diz respeito à cobertura das revistas semanais estudadas durante o Caso Dossiê dos Sanguessugas. O que se viu sistematicamente e sem restar dúvidas foi uma polarização no trabalho jornalístico dos semanários.

PESQUISAS FUTURAS

Além de já ter indicado a importância em voltar as pesquisas em enquadramento para a abordagem às fontes utilizadas pelos veículos de comunicação, seria interessante também observar na realidade brasileira as características que envolvem as fontes jornalísticas também nos veículos diários e nas emissoras de TV. A análise, neste caso, teria a intenção de pontuar as similaridades e distinções na utilização das fontes nestes meios comparativamente àqueles observados nas revisas semanais de informação.

Esse trabalho não deve limitar-se apenas às coberturas político-eleitorais, mas voltar-se para outros tipos de trabalho jornalísticos – culturais, econômicos etc –, a fim de se ter um mapeamento cada vez mais completo do papel das fontes de informação e a veiculação de falas de terceiros para os enquadramentos criados pela grande imprensa brasileira.

O estudo deste elemento contribui, sem dúvida alguma, para entender cada vez mais os processos comunicacionais no jornalismo, tão importantes como criações de sentido na sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. de. Autoridade/identidade: construção de imagem pública de Collor e Lula na campanha de 1989. In: FAUSTO NETO, A; PINTO, M. J. (org.). *Mídia & cultura*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997, p.151-162.

AZEVEDO, F. A. Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: GOULART, J. O. (org) *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

BARBI, E A. Z. *De Caçador de Marajás a Presidente Cassado: O Papel da Imprensa na Ascensão e Queda de Fernando Collor de Mello*. Franca, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. (215 p.).

BOAVENTURA, S. C. *Época: sua linha editorial opinativa e seus anseios traduzidos num padrão de comportamento social*. INTERCOM SUDESTE 2006 – XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ribeirão Preto, SP - 22 a 24 de maio de 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARRAGEE, K. M.; ROEFS, W. *The neglect of power in recent framing research*. Journal of Communication, p. 214-233, June 2004.

CARREIRA BOM, J. (1998) – *A Perversão das Fontes*. Comunicação ao 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março (Publicada nas Actas, edição da Comissão Executiva do 3.º Congresso, Lisboa).

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

COIMBRA, M. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006?. In: *A mídia nas eleições 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CUNHA, I. F. da *et al. Media, imigração e minorias étnicas*. 1ª ed. Lisboa: ACIME, 2004.

DAGNINO, E. *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. Brasília: Brasiliense, 1994.

DICKERSON, D. L. Framing “Political Correctness”: The New York Times Tale of Two Professors. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

ENTMAN, R. Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents. In: *Journal of Communication*. v. 41 n. 4, p. 6-27, Autumn, 1991.

_____. “Framing: Toward clarification of a fractured paradigm,” In: M. Levy; M. Gurevitch, eds., *Defining Media Studies*. New York: Oxford University Press, p. 293-300, 1994.

Faro, José Salvador. *Tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: ULBRA e AEG, 1999.

FAUSTO NESTO, A.; RUBIM, A.A.C.; VERÓN, E. *Lula presidente – televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; S. Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

FERREIRA, S. V. (1996). *A imagem de Collor nas capas da revista Veja: construção, consolidação e queda de um mito*. Rio de Janeiro, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (dissertação de mestrado).

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2002

GANS, H. *Deciding what’s news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Reimpr. Evanston: Northwestern University Press, 2005.

GAMSON, W. A. Forword. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

GAZZOTI, J. *Imprensa e Ditadura: a Revista Veja e os Governos Militares (1968-1985)*. São Carlos, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos. (215 p.)

GOULART, J. O. (org) *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Isabel Christina Esteves (1995). *Cultura política e imaginário. Eleição, cultura política e comunicação: a eleição presidencial de 1989*. Rio de Janeiro, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (dissertação de mestrado).

HERTOG, J. K.; McLEOD, D. M. A Multiperspectival Approach to Framing Analysis: a Field Guide. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e Democracia no Brasil: da “eterna vigilância” à “justa frustração”. In: *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, V. A. de (org) *A mídia nas eleições 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *Mídia – crise política e poder no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Mídia: Teoria e Política*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MAHER, T. M. Framing: an Emerging Paradigm or a Phase of Agenda Setting? In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

MARCUSCHI, L. A. A Propósito de Estratégias Jornalísticas. Série estudos – 8. Linguagem oral, linguagem escrita. Uberaba: CCHL /FIU, 1982 p. 18-23.

MAZZARINO, Jane Márcia. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. In: *Revista Fronteiras – estudos mediáticos*. Unisinos. Vol. IX Nº 1 - jan/abr 2007.

McCOMBS, M.; GHANEM, S. I. The Convergence of Agenda Setting and Framing. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

MEDITSCH, E. B. V. ; SEGALA, Mariana . Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro. Prisma Com, Revista do Cetac. Universidade do Porto, Porto, v. 1, n. 1, 2005.

MESSARIS, P. ; ABRAHAM, L. "The Role of Images in Framing News Stories. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184. Disponível em: <http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.bco.ufscar.br>. Acesso em: 03 out. 2005.

MILLER, M. M.; RIECHERT, B. P. The Spiral of Opportunity and Frame Resonance: Mapping the Issue Cycle in News and Public Discourse. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

MOLOTCH, H. e LESTER, M. 1999. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Veja, p. 34-51.

PINTO, Manuel. Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294

PORTO, M. P. *Media Framing and Citizen Competence: Television and Audiences' Interpretations of Politics in Brazil*. Tese de doutorado, University of California, San Diego, 2002.

_____. *Enquadramentos da mídia e política*. 25º Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Intercom. Salvador, BA, 3 a 6 de set. 2002.

REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

RHEE, J. W. *Strategy and issue frames in election campaign coverage: a social cognitive account of framing effects*. Journal of Communication, p. 26-48, Summer 1997.

RUBIM, A.A.C. Ética da política e ética na política nas eleições de 2006. In: LIMA, V. A. de (org). *A mídia nas eleições 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 159-169.

SANTOS, R. *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1997.

SOARES, M. C. *Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão*. Tese (Doutorado), Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, 371 p.

_____. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUSA, J. P. *Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum?* Porto, 1998. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 15 ago. 2007.

_____. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004a.

_____. *Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004b.

_____. *A utilização de fontes anônimas no noticiário políticos dos diários portugueses de referência: um estudo exploratório*. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM) – Salvador/BA – 1 a 5 de setembro de 2002.

_____. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001.

_____. *As Notícias e os seus efeitos – As “Teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra, Minerva, 2000.

TANKARD, J. W. The Empirical Approach of the Study of Media Framing. In: REESE, D.S.; GANDY, O.H.; GRANT, A.E. (org) *Framing Public Life*. Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

TAVARES, F. de M. B; VAZ, P. B. F. *Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão*.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

_____. *O Estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TCHUMAN, Gaye. *Making News*. New York: Free Press, 1978.

VILCHES, Lorenzo. *La lectura de la imagen: prensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós Editora, 1993.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. São Paulo: Editorial Presença, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - CORPUS

Revista *CartaCapital*, ano XIII, n° 412, 27 de setembro de 2006.

Revista *CartaCapital*, ano XIII, n° 413, 04 de outubro de 2006.

Revista *CartaCapital*, ano XIII, n° 414, 11 de outubro de 2006.

Revista *CartaCapital*, ano XIII, n° 415, 18 de outubro de 2006.

Revista *CartaCapital*, ano XIII, n° 416, 25 de outubro de 2006.

Revista *Época*, n° 435, 18 de setembro de 2006.

Revista *Época*, n° 436, 25 de setembro de 2006.

Revista *Época*, n° 437, 02 de outubro de 2006.

Revista *Época*, n° 441, 30 de outubro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1926, 20 de setembro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1927, 27 de setembro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1928, 04 de outubro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1929, 11 de outubro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1930, 18 de outubro de 2006.

Revista *IstoÉ*, n° 1932, 1° de novembro de 2006.

Revista *Veja*, edição 1974, ano 39, n° 37, 20 de setembro de 2006.

Revista *Veja*, edição 1975, ano 39, n° 38, 27 de setembro de 2006.

Revista *Veja*, edição 1976, ano 39, n° 39, 04 de outubro de 2006.

Revista *Veja*, edição 1978, ano 39, n° 41, 18 de outubro de 2006.

Revista *Veja*, edição 1979, ano 39, n° 42, 25 de outubro de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)